

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Vanderlucia Aparecida da Costa

BLOGUEIRAS NEGRAS:
antecedentes e proposta editorial

Belo Horizonte
2020

Vanderlucia Aparecida da Costa

BLOGUEIRAS NEGRAS:
antecedentes e proposta editorial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira

Área de concentração: Edição, Linguagem e Tecnologia

Belo Horizonte
CEFET-MG
2020

Costa, Vanderlucia Aparecida da.
C837b Blogueiras negras : antecedentes e proposta editorial /
Vanderlucia Aparecida da Costa. – 2020.
118 f. : il.

Orientador: Luiz Henrique Silva de Oliveira

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2020.
Bibliografia.

1. Imprensa dos negros - Brasil - História. 2. Feministas Negras.
3. Escritoras Negras. 4. Produção editorial - Brasil - História. I.
Oliveira, Luiz Henrique Silva de. II. Título.

CDD: 079.81



Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Dissertação intitulada “*Blogueiras negras: antecedentes e proposta editorial*”, de autoria da mestranda Vanderlucia Aparecida da Costa, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira – CEFET-MG – Orientador

Profa. Dra. Maria do Rosário Alves Pereira

Profa. Dra. Paula Renata Melo Moreira

Prof. Dr. RENATO CAIXETA DA SILVA
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens
CEFET-MG

Belo Horizonte, 26 de junho de 2020

Dedico este trabalho às minhas avós, minhas tias e minha mãe. Mulheres negras que, incansavelmente, lutaram para que suas vozes ecoassem por meio de nós: suas filhas, sobrinhas e netas que se tornam cada vez mais professoras, advogadas, engenheiras, mestras.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

É por muitas mãos, muitas lágrimas e muitas lutas que esta etapa de minha vida se conclui. É também por muita solidariedade, dororidade, conforme nos ensina Vilma Piedade, e empatia! E por tanta generosidade sou grata, muito grata:

Ao Professor Doutor Luiz Henrique Silva de Oliveira, mais que um orientador, foi o professor no sentido mais correto e digno que tal função pode ter. Ele me orientou, me cativou, pressionou nos momentos importantes e, principalmente, entendeu meus silêncios e minhas incapacidades, que foram muitas e duras! Aprendi a ser melhor com você e esta lição não está nesta dissertação!

Às minhas amoras, irmãs ganhas na caminhada no CEFET-MG, Anna Carolina e Fabiane, vocês são respiro e alívio, é aquele sorriso teimoso, que quando o desânimo batia, vocês o traziam insistentemente de volta! Para vocês, o céu é o limite e a vida tem a obrigação de tratá-las com carinho; vocês são flores!

À minha irmã Vanderlayne, que me amparou, compreendeu minhas dores, meus silêncios e meus humores... A escrita foi difícil porque eu não me permitia caminhar. Sua presença com toda certeza me trouxe liberdade, leveza, sorrisos, risos e deboche... muito deboche! Obrigada por ser irmã, literalmente, do jeito que eu preciso, mas nem sempre mereço! Obrigada por ser quem é!

À minha mãe, Vanda, que é a maior prova do amor de Deus comigo! É quem me ampara, sustenta, tropeça e levanta comigo! Não me permite desanimar, desistir ou aceitar menos do que eu possa ser... Quem me dera eu ser para o Pedro, o que a senhora é para mim! Meu compromisso é honrar suas lutas e suas renúncias, e quero que se orgulhe de mim, pois foi para que alcançássemos mais do que os limites impostos a nossa origem que a senhora nos criou, nos forjou e nos limou!

Sou grata a Deus por essa caminhada, por mais uma vez me permitir olhar e declarar que, apesar de todas as forças contrárias, a fé, a resiliência e a tenacidade herdadas das mulheres negras incríveis que constroem minha família nos mantêm de pé, lutando e resistindo.

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2017. p. 10-11)

RESUMO

Esta pesquisa pretende demonstrar como o instrumento de publicação *Blogueiras Negras* se insere no campo de pesquisa em edição, permitindo a divulgação da história de mulheres negras, ao mesmo tempo em que o reconhecimento acadêmico da relevância sociocultural da produção coletiva legitima suas narrativas e as inscrevem como partícipes e protagonistas de suas histórias e da história da nação. Para tanto, é traçado, inicialmente, um resumido percurso histórico do surgimento da imprensa negra no Brasil, que embora marginal, é bastante significativo como registro e marca de luta e de resistência dos afro-brasileiros. A apropriação dos conceitos de *campo* e *habitus*, cunhados por Bourdieu (1989), torna eficaz a construção de uma compreensão das estratégias editoriais desenvolvidas pelas blogueiras na consolidação de seu instrumento como referência para a publicação de autoras negras e, ao mesmo tempo, utilizando-se dos artifícios hegemônicos na construção de capital simbólico contra-hegemônico significativo. O potencial político e mobilizador proporcionado pelo ciberespaço transborda, de tal modo, ao mundo real que iniciativas como *Blogueiras Negras* se destacam e se confundem quanto às reverberações em ambos os espaços. A interlocução das ações virtuais e reais, promovida pela blogagem coletiva, aproxima-se ao que Oliveira (2018) convencionou tratar por *quilombo editorial*, perspectiva que ampara a leitura deste trabalho, localizando-o editorialmente, mas no ciberespaço. Esta pesquisa debruça-se, ainda, sobre as diversas vertentes feministas que orientam os artigos publicados por mulheres negras no site *Blogueiras Negras*, bem como a análise da organização, identidade visual e explicitação de um ponto de vista feminino negro nessas publicações. Reconhecer o viés editorial de *Blogueiras Negras*, especialmente quanto à seleção, editoração e publicação dos textos veiculados por meio do site e de suas redes sociais, é inscrevê-las no seletivo *roll* dos editores, tornando-as participantes ativas no campo de lutas para a ruptura das violências simbólicas a que estão submetidas, historicamente, as mulheres negras e, ao mesmo tempo, propondo novas e outras formas de se pensar e produzir o mundo cultural e epistemicamente.

Palavras-chave: Blogueiras Negras; Feminismo Negro; Quilombo Editorial.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate how the publication tool *Blogueiras Negras* is inserted in the research and editing work, allowing the dissemination of the history of black women, at the same time as the academic recognition of the socio-cultural relevance of collective production, legitimizes their narratives and inscribe them as participants and protagonists of their histories and the history of the nation. To this end, a brief history of the emergence of the black press in Brazil is outlined, which, although marginal, is quite significant, as a record and mark of struggle and resistance of Afro-Brazilians. The appropriation of the concepts of field and habitus, coined by Bourdieu (1989), makes the construction of an understanding of the editorial strategies developed by the bloggers in the consolidation of their instrument effective, whereas a reference for the publication of black authors and, still, using the hegemonic artisans, in the construction of significant counter-hegemonic symbolic capital. The political and mobilizing potential provided by cyberspace overflows to the real world in such a way that initiatives, such as *Blogueiras Negras*, stand out and are confused as to the reverberations in both spaces. The interlocution of virtual and real actions, promoted by collective blogging, comes close to what Oliveira (2018) agreed to treat by *quilombo editorial*, a perspective that supports the reading of this work, locating it editorially, although in cyberspace. This research also focuses on the diverse feminist aspects, which guide the articles published by black women on the *Blogueiras Negras* website, as well as analyzing the organization, visual identity and the explanation of a black female point of view in these publications. Recognizing the editorial bias of *Blogueiras Negras*, especially regarding the selection, editing and publication of the texts transmitted, through the website and its social networks, is to enroll them in the select roll of the editors, making them active participants in the field of struggles for the rupture of the symbolic violence to which black women have historically been subjected to and, all together, proposing new and other ways of thinking and producing the world culturally and epistemically.

Keywords: Black Bloggers (*Blogueiras Negras*); Black Feminism; Quilombo Editorial.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. O Mulato ou o Homem de Cor, nº 4, 1833	22
Imagem 2. A mulher do Simplicio ou a fluminense exaltada, 1872.....	24
Imagem 3. O Exemplo, nº 30, 1922.....	28
Imagem 4. Quilombo, nº 1 - 1948.....	33
Imagem 5. Tela inicial do Portal Blogueiras Negras em novembro de 2017	56
Imagens 6 e 7. Índice temático no portal Blogueiras Negras, versão para celular.	61
Imagem 8. Marlene, Jake Breuer (2019)	71
Imagem 9. Tela inicial do portal Blogueiras Negras, em fevereiro de 2018.	72
Imagem 10. Cookie exibido na tela do portal solicitando apoio financeiro e assinatura	74
Imagem 11. Imagem exibida pelo portal Blogueiras Negras no período em que esteve fora do ar, entre maio e setembro de 2019	75
Imagem 12. Convite para a Roda de Conversa “Liberdade na internet”	78
Imagem 13. Novo layout portal Blogueiras Negras apresentado em 10 de setembro de 2019	79
Imagem 14. Abas Guia de segurança e 300 vozes negras.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ESCRITA NEGRA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES.....	16
1. Os primeiros registros da escrita negra no Brasil	17
1.1.1 <i>O Mulato ou O homem de cor</i>	20
1.1.2 <i>A mulher do Simplicio ou A fluminense exaltada</i>	23
1.2 A imprensa negra no pós-abolição.....	26
1.2.1 A Pátria e O Exemplo	27
1.3 A escrita negra no século XX	29
1.3.1 <i>O Clarim da Alvorada</i>	30
1.3.2 <i>Quilombo</i>	32
1.4 Pode a mulher negra falar?	36
1.4.1 <i>Maria Firmina dos Reis</i>	38
1.4.2 <i>Carolina Maria de Jesus</i>	39
1.4.3 <i>“Deixa, deixa, deixa eu dizer o que penso dessa vida...”</i>	41
2. BLOGUEIRAS NEGRAS: CIBERESPAÇO E O CAMPO EDITORIAL	45
2.1 Ciberespaço: a nova era	45
2.2 Campo editorial: tradição x democratização	48
2.3 Blogueiras Negras: mercado e os bens simbólicos	51
2.4 Habitus e escrevivências.....	55
3. BLOGUEIRAS NEGRAS: ESTRATÉGIAS EDITORIAIS	59
3.1 Feminismos (re)existentes e Blogueiras Negras.....	60
3.2 Blogueiras Negras: Identidades e Narrativas	70
3.2.1 <i>A nova logo: resistência, orgulho e feminilidade</i>	71
3.2.2 <i>Quando a luta exige silêncio</i>	73
3.2.3 <i>Memória e autonomia: inscrevendo mulheres negras na história</i>	78
3.2.4 <i>Guia de segurança na rede e 300 vozes negras: Dororidades</i>	82
CONCLUSÃO OU ENCRUZILHADA EDITORIAL	85
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, o ciberespaço é reconhecido como fator de desenvolvimento humano, econômico e social. Estar conectado à rede possibilita o acesso à informação, exercitando o direito à educação e à cultura, a partir da expressão e interação com uma diversidade enorme de pessoas. Além de oportunizar a ressignificação das relações entre o poder público e os cidadãos, por meio dos recursos disponibilizados pelo próprio ciberespaço, ampliando a transparência e estimulando a participação do público na elaboração e implementação de políticas públicas; bem como, funcionando como mecanismo de mobilização, entre governo e movimentos sociais. (ALIMONTI, 2015)

Frank La Rue, então relator especial da Organização das Nações Unidas à promoção e à proteção da liberdade de expressão, em 2011, reconhece as potencialidades do acesso e uso da Internet. Em seu relatório, La Rue (2011) ressalta o papel-chave do ciberespaço na mobilização de populações na luta por justiça, equidade e respeito aos direitos humanos, além de reconhecer que o acesso à Internet, fortalece o exercício da liberdade de expressão e de outros tantos direitos, tais como econômicos, sociais e culturais. Ressalta, ainda, que a interatividade proporcionada pela comunicação no ciberespaço promove a ruptura do fluxo unilateral de transmissão da informação, comuns nos meios de comunicação de massa, tornando os usuários ativos produtores de informação (LA RUE, 2011, p. 4-7).

Em 2017, de acordo com o IBGE¹, cerca de 74,9% dos domicílios brasileiros tinham acesso à Internet, embora ainda seja um recurso relativamente novo, sujeito a informações imprecisas e incorretas, como as famigeradas *fake news*. Nesse sentido, o ciberespaço tem se mostrado um meio de comunicação um pouco mais acessível e financeiramente viável para que pessoas com opiniões e interesses semelhantes se aproximem e compartilhem seus anseios e opiniões. As redes sociais, os canais para conteúdos *online*, dentre outros recursos presentes no ciberespaço, têm se tornado, cada vez mais, meios para formação e informação de uma parte significativa da população brasileira.

¹ Dados disponíveis em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

Recentemente, os canais e páginas em redes sociais sobre feminismos, questões raciais e demais assuntos que perpassam as minorias sociais no Brasil, popularizaram-se e ampliaram suas discussões, extrapolando, inclusive, o virtual em alguns momentos. *Blogueiras Negras* é produto dessas movimentações do ciberespaço, pois surgem a partir de um movimento de *blogagem* coletiva, ou seja, uma comunidade virtual de blogueiras com interesses em comum e disposição para a cooperação e a troca.

Na página *Blogueiras Negras* no Facebook², as coordenadoras se descrevem como

[...] mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019)

E, no site, complementam que são

[...] uma plataforma de publicação feita por, para e sobre mulheres negras, em caráter afirmativo. Mas somos muito mais do que isso. Produzimos conteúdo para fazer a cabeça de todas aquelas que fazem parte da rede que foi formada para que nossa voz ganhasse expressão numa internet que, há cinco anos atrás, não dava minimamente conta dos recortes de gênero e raça. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2017³).

Charô Nunes, uma das co-fundadoras e uma das atuais coordenadoras do *Blogueiras Negras*, explica que a iniciativa se originou a partir do movimento “Blogagem Coletiva Mulheres Negras”, que se propôs a publicação coletiva de mulheres afro-brasileiras, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, em 2012 e em consonância à proximidade ao Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, naquele mesmo ano. O movimento realçou para as blogueiras participantes do projeto, a necessidade de criação de um (ciber)espaço de publicação, que desse visibilidade às suas produções.

Blogueiras Negras é, então, um instrumento de publicação, conforme descrição dada pela própria equipe, que se encontra disseminado nos diversos formatos de redes sociais e em sites acessíveis pela Internet: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, G+, dentre outros. As publicações ocorrem sem periodicidade definida, e

² Disponível em: <<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

³ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

versam sobre temas que dizem respeito ao feminismo negro, à negritude em geral e seus desdobramentos. Embora exista um grupo de discussão em que algumas blogueiras inscritas, previamente, participam e enviam suas publicações, o instrumento é aberto a todas as mulheres negras e afrodescendentes que desejam submeter seus textos para análise, desde que respeitem os requisitos previstos no “Manual da Blogueira Negra”. Por sua vez, esse é um Manual direcionado a um *link* no site, em que são apresentados os objetivos e regras para divulgação e publicação dos textos *online*.

De acordo com o Manual, um dos principais objetivos de *Blogueiras Negras* é aumentar a visibilidade da produção de outras blogueiras, mas também pretendem que essa visibilidade contemple outras comunidades, bandeiras de lutas e demandas. Para tanto, contam com um grupo de discussão, um time de autoras e uma equipe de facilitadoras. Atualmente, o instrumento é coordenado por Charô Nunes, Larissa Santiago e Viviane Rodrigues, no entanto, pelo fato do blog ter um perfil dinâmico, já contou com diversas equipes de coordenação, desde o seu surgimento, em 2012.

O Manual demonstra a preocupação das autoras por uma variabilidade de textos publicados, ao estabelecer um intervalo de tempo entre as publicações de uma mesma autora, garantindo um maior número de participantes e assuntos discutidos. A revisão editorial fica a cargo da equipe de coordenação e colaboradoras, que são responsáveis por ajustes e verificação de conteúdo, quanto à adequação à linha editorial do instrumento. O Manual também orienta sobre assuntos, formatos de publicação, afirmando que o blog privilegia temáticas que digam respeito à negritude e ao feminismo negro, não havendo delimitação quanto à forma do conteúdo apresentado, mas ressaltando que o tamanho usual dos *posts* é em torno de 900 palavras, podendo ser poemas, ensaios, relatos, inclusive, vídeos e áudios.

É interessante observar que o “Manual da Blogueira Negra” apresenta para o público leitor a linha editorial do instrumento de publicação *Blogueiras Negras*. Neste tópico do Manual, as blogueiras afirmam ser o feminismo negro e a experiência da mulher negra a espinha dorsal que orientam as ações e as publicações do instrumento e, que objetivam, em suas publicações, fornecer material para um debate social por meio de seus protagonismos e visibilidades. O editorial⁴ prossegue afirmando que primará

⁴ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

[...] pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão. Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas escreveremos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia.

Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. Estaremos atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós. Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passabilidade, acesso à educação, branquitude etc.

Dessa forma, nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, etarista (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão. Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas. Sempre que possível, pediremos que às autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2020)

A ênfase editorial demonstrada tanto nas regras apresentadas pelo Manual da Blogueira Negra, quanto na explicitação de uma linha editorial propriamente dita, insere o instrumento de publicação ou blog coletivo *Blogueiras Negras* em um padrão editorial formador de opinião e transformador de uma realidade editorialmente pré-estabelecida, que rompe com os modelos tradicionais de publicações, tanto físicas quanto virtuais, por seu viés político, engajado e comprometido com as questões múltiplas que perpassam as mulheres negras e a sua relação com a sociedade.

É o viés editorial do instrumento que motivou o desenvolvimento desta pesquisa. Pretende-se demonstrar como o formato de revista *online*, apresentado pelo site *Blogueiras Negras*, insere-se no contexto editorial, oportunizando escuta da história de mulheres negras, ao mesmo tempo em que o reconhecimento acadêmico e a relevância sociocultural da produção coletiva, apresentada pelo instrumento de publicação, legitima suas narrativas e as inscrevem como partícipes e protagonistas de suas histórias e da história da nação.

Existem inúmeros estudos que teorizam sobre o ciberespaço e seu impacto no ordenamento do mundo ao longo do tempo. Autores como Pierre Levy (1999), Raquel Recuero (2001), Vilem Flusser (1987) dentre outros, refletiram suas implicações nos dias atuais e quão significativas mudanças nas relações sociais a virtualização promovida pelo ciberespaço tem provocado. Também deve-se ressaltar o potencial político e mobilizador proporcionado pelo ciberespaço, que transborda, de tal modo, ao mundo real, com algumas iniciativas que se destacam e se confundem quanto às

reverberações em ambos os espaços. É o que ocorre com a blogagem coletiva, e neste trabalho, representado pelo instrumento *Blogueiras Negras*.

A blogagem coletiva se estrutura, inicialmente, no ciberespaço, e todas as suas ações visam afetar positiva e contundentemente a realidade, tanto que as ações reais, tais como intervenções, debates, encontros, simpósios são destacadas, resenhadas e divulgadas nos meios virtuais, como também em outras produções virtuais publicadas no instrumento. Essa hibridização das ações virtuais e reais promovidas pela blogagem coletiva, verificada em *Blogueiras Negras*, e, provavelmente, em outros coletivos que não são o foco desta pesquisa, aproxima-se ao que Oliveira (2018) convencionou tratar por *quilombo editorial*, perspectiva que ampara a leitura deste trabalho, localizando-o editorialmente no ciberespaço.

Para tanto, o primeiro capítulo discutirá os antecedentes da imprensa negra no Brasil, que surge em meios não legitimados, mas que ainda assim são significativos e fundamentais para a reconstrução da história da população afro-brasileira a partir do século XIX até os dias atuais. Do mesmo modo, a iniciativa *Blogueiras Negras* se apropria de um espaço não reconhecido pelas instâncias legitimadoras para oportunizar publicidade à fala de mulheres negras, historicamente silenciadas no Brasil.

No segundo capítulo, será apresentado o ciberespaço, a sua relação com o mercado editorial e como o *Blogueiras Negras* se inscreve nesse contexto. Os conceitos de campo e *habitus*, a partir de Bourdieu, são essenciais na conformação desse perfil, assim como a compreensão das características editoriais independentes, que moldam o instrumento de publicação *Blogueiras Negras* e sua capacidade geradora de capital simbólico.

Os pesquisadores afirmam que editar é “fazer passar do oficioso ao oficial. A publicação é a ruptura de uma censura” (BOURDIEU; CHARTIER, 1993, p. 294). Para tanto, ao longo do terceiro capítulo será detalhada a identidade editorial do portal *Blogueiras Negras*, seu comprometimento com o feminismo negro e a prática editorial, conforme as orientações contidas no “Manual da Blogueira Negra”, que reafirmam o propósito político, inclusivo, intencionalmente gerador de legitimidade e de valorização do fator autoral, advindo da publicidade do texto escrito.

1. ESCRITA NEGRA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE SILENCIAMENTOS E INVISIBILIDADES

Tratar da formação intelectual negra no Brasil é falar de um processo perpassado por silenciamentos, invisibilidade e intolerância a que o racismo cultural e estrutural nos obriga. Apesar disso, as iniciativas de expressão da escrita negra na sociedade brasileira são observadas desde algumas décadas que antecederam a abolição da escravatura, em 1888, até os dias atuais com a popularização do uso da internet.

Este capítulo pretende discutir a escrita negra no Brasil e sua repercussão histórica. Não se pretende fazer um levantamento minucioso de cada publicação lançada desde o século XIX até os dias atuais, mas sim, mencionar as mais relevantes, em termos de alcance público, longevidade e popularidade. Ao mesmo tempo, observaremos como a escrita de mulheres negras foi considerada ou invisibilizada durante este mesmo período.

Desde o início desta pesquisa, vem à baila a expressão *Imprensa Negra*, termo utilizado por Roger Bastide⁵, ao se referir às publicações realizadas pelos negros no estado de São Paulo entre os séculos XIX até meados do século XX. A expressão é apropriada também por Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), em sua minuciosa investigação sobre a imprensa negra no século XIX e XX, aporte teórico importante para o desenvolvimento deste trabalho; porém, aqui, considerar-se-á imprensa negra, publicações em periódicos de todo o Brasil e escrita negra, publicações em geral, tais como poesias, romances, etc.

Embora existam registros de uma imprensa negra desde início do século XIX, só nos anos de 1950, com a execução do trabalho investigativo de Roger Bastide sobre as publicações realizadas por negros no estado de São Paulo, que os estudos em sociologia passaram a considerar a possibilidade de que tais escritos, apesar de sua inconstância e limitada circulação, pudessem conter material suficiente e revelador da realidade e reivindicações de uma classe que foi relegada às margens e ao

⁵ De acordo com Santos (2011) a expressão *Imprensa Negra* foi registrada e legitimada “por um francês, o que de antemão revela o fato de que o primeiro pesquisador a trabalhar com a imprensa negra brasileira foi um estrangeiro. Roger Bastide publicou *A imprensa negra do Estado de São Paulo*, em 1951 (...) silenciando duas críticas que até então seriam impeditivas para aquele tipo de pesquisa: a primeira, de que os jornais negros não tinham grande tiragem, viviam miseravelmente e duravam pouco; a segunda, de que as publicações representavam muito mais as opiniões e os interesses da ‘pequena classe média negra’ do que as da maioria ou “massa negra”. (SANTOS, 2011, p. 143.)

obscurantismo. O trabalho de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa⁶, dentre outros, deram início à chamada “escola sociológica de São Paulo”, fundamentada especialmente nos estudos sobre a questão racial no Brasil, encomendados pelo Projeto Unesco⁷ e desenvolvidos entre os anos de 1940 e 1950.

Como bem menciona Santos (2011), vale ressaltar que a escrita/imprensa negra só foi considerada objeto de escrutínio e pesquisa quando um pesquisador francês assim o declarou e comprovou. Visto que, até então, nenhum trabalho sobre a escrita e reivindicações do povo negro havia sido considerado relevante ou “passível” de investigação e, portanto, de resultado “científico”. Apesar das invisibilidades, escassos recursos financeiros e dificuldade de circulação, pois boa parte da população negra não possuía renda suficiente e não era alfabetizada, os jornais persistiam e se autossustentavam até o limite de suas condições (BASTIDE, 1972; FERRARA, 1981; SANTOS, 2011).

1.1 Os primeiros registros da escrita negra no Brasil

As primeiras décadas do século XIX foram bastante movimentadas politicamente no Brasil, o que favoreceu profundas mudanças na relação da Coroa com a colônia brasileira, abrindo caminhos para a Independência, a abolição da escravidão e a implantação da República, no final desse mesmo século.

Esse processo inicia-se em 1808, com a transferência (fuga) da Corte portuguesa para o Brasil, com o objetivo de proteger o príncipe regente Dom João de um possível e provável ataque das tropas invasoras francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte (STARLING; SCHWARCZ, 2000; PARRON, 2009). A chegada da Corte ao Brasil alterou a condição colonial brasileira, no que tange ao

⁶ Vide FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1971; IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

⁷ Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste. Objetivava-se apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente. O programa de estudos, que ficou conhecido como Projeto Unesco, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. (MAIO, 1999, p. 141)

desenvolvimento econômico e cultural, que até então era controlado e pouco incentivado pela Coroa portuguesa (STARLING; SCHWARCZ, 2000; PARRON, 2009). Logo que atracou em Salvador, antes mesmo de alcançar seu destino final – Rio de Janeiro – Dom João VI anuncia a abertura dos portos brasileiros ao mercado internacional, pondo fim, assim, ao Pacto Colonial.⁸ Outras iniciativas importantes neste período foram a fundação do Banco do Brasil, a criação da imprensa régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais. Esta última sendo fundamental para a propagação dos ideais de independência e abolição da escravatura nos anos vindouros.

Apesar das mudanças no cenário colonial brasileiro, no que tange ao Absolutismo, nada se alterou. Boris Fausto (1996) ressalta que o surgimento da imprensa no Brasil, longe de ser um mecanismo de expressão das gentes da colônia, tinha caráter basicamente oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações,

[...] a uma comissão de censura encarregada de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes. O jornal brasileiro independente dessa época, que continha críticas à política portuguesa, era o *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa, editado em Londres entre 1808 e 1822. (FAUSTO, 1996, p. 79)

O *Correio Brasiliense*, de acordo com Fausto (1996), era remetido clandestinamente para o Brasil a partir da Inglaterra. Hipólito da Costa, seu editor, defendia ideias liberais como a de uma monarquia constitucional e o fim da escravidão, dando ampla cobertura à Revolução Pernambucana de 1817 e aos acontecimentos de 1821 e de 1822 que conduziram à Independência do Brasil. De acordo com Dourado (1957), o desconforto causado à Coroa Portuguesa pela publicação do periódico fez com que a Corte publicasse, também em Londres, O *Investigador Portuguez em Inglaterra*, visando diminuir a influência do jornal brasileiro. Após a independência do Brasil, Hipólito da Costa encerrou sua publicação, visto que já não fazia sentido editar um jornal no exterior com o país independente. (DOURADO, 1957; FAUSTO, 1996)

Constatar o controle e censura à imprensa no Brasil é um dado importante na compreensão dos desafios que perpassaram as iniciativas de surgimento de uma

⁸ Pacto Colonial, ou Exclusivo Metropolitano, foi uma das medidas administrativas mercantilistas adotadas pelos Estados Europeus, entre os séculos 16 e 18 e que instituiu a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole que a colonizou. (FAUSTO, 2013; GOMES, 2014)

imprensa negra, a começar pelas dificuldades financeiras e, principalmente, as pressões políticas a que estavam sujeitas.

O retorno de D. João a Portugal ocorreu em 1821, como consequência direta da Revolução do Porto⁹ de 1820 e da convocação das Cortes, que idealizavam a volta da família real e da Corte portuguesa. O retorno da família real acabou por desencadear no Brasil a aceleração do processo de Independência. José Murilo de Carvalho (2008) afirma que a Independência não gerou grandes transformações no panorama já existente, visto que o rito de passagem de colônia a país autônomo não se deu por um processo revolucionário, conflituoso e mobilizador como ocorreram na América espanhola ou mesmo nos Estados Unidos.

Carvalho (2008) ressalta que, em matéria de participação popular, a abdicação ao trono, em 1831, por Dom Pedro I e seu retorno a Portugal, foi muito mais decisiva.

Houve grande agitação nas ruas do Rio de Janeiro, e uma multidão se reuniu no Campo de Santana exigindo a reposição do ministério deposto. Ao povo uniram-se a tropa e vários políticos em raro momento de confraternização. Embora o movimento se limitasse ao Rio de Janeiro, o apoio era geral. No entanto, se é possível considerar 1831 como a verdadeira data da independência do país, os efeitos da transição de 1822 já eram suficientemente fortes para garantir a solução monárquica e conservadora. (CARVALHO, 2008. p. 28)

Portanto, a ausência de conflitos na independência brasileira proporcionou a manutenção dos estratos sociais já existentes. Foi implantada uma monarquia constitucional e representativa, e embora houvesse a intenção de tornar o Brasil uma nação liberal, consoante às grandes nações europeias, a abolição da escravidão foi pauta relegada, ou melhor, ignorada, apesar da pressão inglesa para que a encerrasse em território brasileiro. Esse contexto, segundo Carvalho (2008), fez com que a manutenção da escravidão perpetuasse grandes limitações aos direitos civis da população como um todo, e de outro lado, o país avançasse, significativamente, no que se refere aos direitos políticos.

⁹ No dia 24 de agosto de 1820 começou, na cidade do Porto, um movimento liberal que logo se espalhou por outras cidades, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Não houve resistência. Iniciada pela tropa irritada com a falta de pagamento e por comerciantes descontentes, conseguiu o apoio de quase todas as camadas sociais: Clero, Nobreza, e Exército. A junta governativa de Lord Beresford foi substituída por uma junta provisória, que convocou as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa para elaborar uma Constituição para Portugal. Enquanto a Carta estava sendo feita, entrou em vigor uma Constituição provisória, que seguia o modelo espanhol. A revolução vitoriosa, que ficaria conhecida como a Revolução do Porto, exigia o retorno da Corte, visto como forma de "restaurar a dignidade metropolitana", o estabelecimento, em Portugal, de uma Monarquia constitucional e a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil. (Fausto, 1996, p.81)

1.1.1 O mulato ou O homem de cor

Toda a efervescência política das décadas iniciais do século XIX favoreceu o surgimento de iniciativas populares, especialmente as tipografias particulares, que publicavam questionamentos do desrespeito aos direitos já adquiridos por uma parcela da população e, ao mesmo tempo, reivindicavam o cumprimento do acordo feito a Inglaterra quanto à proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravatura. Um dos primeiros registros mais significativos de iniciativas de imprensa negra no Brasil é a publicação, a partir de setembro 1833, de *O mulato ou O homem de cor*, editado por Francisco Paula Brito que, conforme Oswaldo de Camargo (1987), foi o precursor da imprensa negra e iniciador do movimento editorial no Brasil. Camargo assinala que

[...] a publicação de *O Homem de Cor* (Rio de Janeiro, 'Tipografia Fluminense & Cia, 1833), com o título alterado a partir do 3º. número para *O Mulato* ou o *Homem de Cor*, e que circulou de 14 de setembro a 4 de novembro de 1833, altera a data do início da Imprensa Negra, que teria seus primórdios nos fins do século 19. Foi – refere Eunice Ribeiro Godim, biógrafa de Paula Brito – “o primeiro jornal brasileiro dedicado à luta contra os preconceitos de raça” (CAMARGO, 1987, p.41).

As publicações de Paula Brito inseriram-se em um campo de debates de ideias e conflitos raciais, antes mesmo do início das produções jornalísticas da imprensa pró-abolição. Embora não fizesse parte do movimento abolicionista, Paula Brito ressaltava sua posição contrária à escravidão, por meio de versos e de prosas e usava seus pasquins para dar voz aos sujeitos de cor, incluindo no debate a questão racial e publicizando-a.

Editado anonimamente e vendido por 40 réis o exemplar, *O mulato ou o homem de cor*, desde a sua primeira edição

[...] trazia a transcrição do parágrafo XIV do artigo 179 da Constituição de 1824, onde se dizia que “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”, ao lado de uma citação discriminatória do então presidente da província de Pernambuco, Manoel Zeferino dos Santos. (SODRÉ, 1966, p.55)

Manoel Zeferino dos Santos, em ofício enviado à Corte em 12 de junho de 1833, expõe a vontade de distribuir de maneira “diferenciada e hierarquizada os cargos públicos entre os cidadãos de acordo com a tonalidade da pele”¹⁰. O intuito dessa proposta era “controlar quem poderia ocupar as altas posições da Guarda Nacional”, criada em

¹⁰ *O Homem de Cor*, 14/09/1833, p.01.

1831 (PINTO, 2006, p.25). Paula Brito busca, então, explicitar as situações de injustiça e de negação de direitos a que estavam sujeitos os negros livres brasileiros, ao mesmo tempo em que os exorta a lutar por seus direitos, já garantidos na Constituição de 1824.

Criminoso seria o homem de cor, se na crise mais arriscada, na ocasião em que os agentes do poder desembainham as espadas dando profundos golpes na Constituição, na Liberdade, e em tudo que há de mais sagrado no enfeitado Brasil, guardasse mudo silêncio, filho da coação ou do terror. (*O Homem de cor*, 24/10/1833, p.01)

Paula Brito, além da provocação mantida no cabeçalho do jornal sobre a tentativa de desrespeito à Constituição feita pelo governador de Pernambuco, Manoel Zeferino, apresenta também na edição número 04, a sua indignação com a prisão “arbitrária e desumana do Senhor Mauricio Jozé de Lafuente” (*O homem de cor*, nº 4). Lafuente, homem de cor livre e militante político pelo lado dos exaltados, cuja trajetória política seria inspiração para o nome de mais um jornal editado por negros, feito pela tipografia Paraguassu, foi preso, segundo o pasquim de Paula Brito, por portar arma de fogo, fato que era permitido aos homens livres, desde que devidamente autorizado e registrado. Porém, Lafuente, por sua posição política – era um liberal exaltado -, vinha sofrendo, paulatinamente, por parte da imprensa moderada, ataques e acusações à sua índole e comportamento, ataques esses que culminaram em sua prisão.

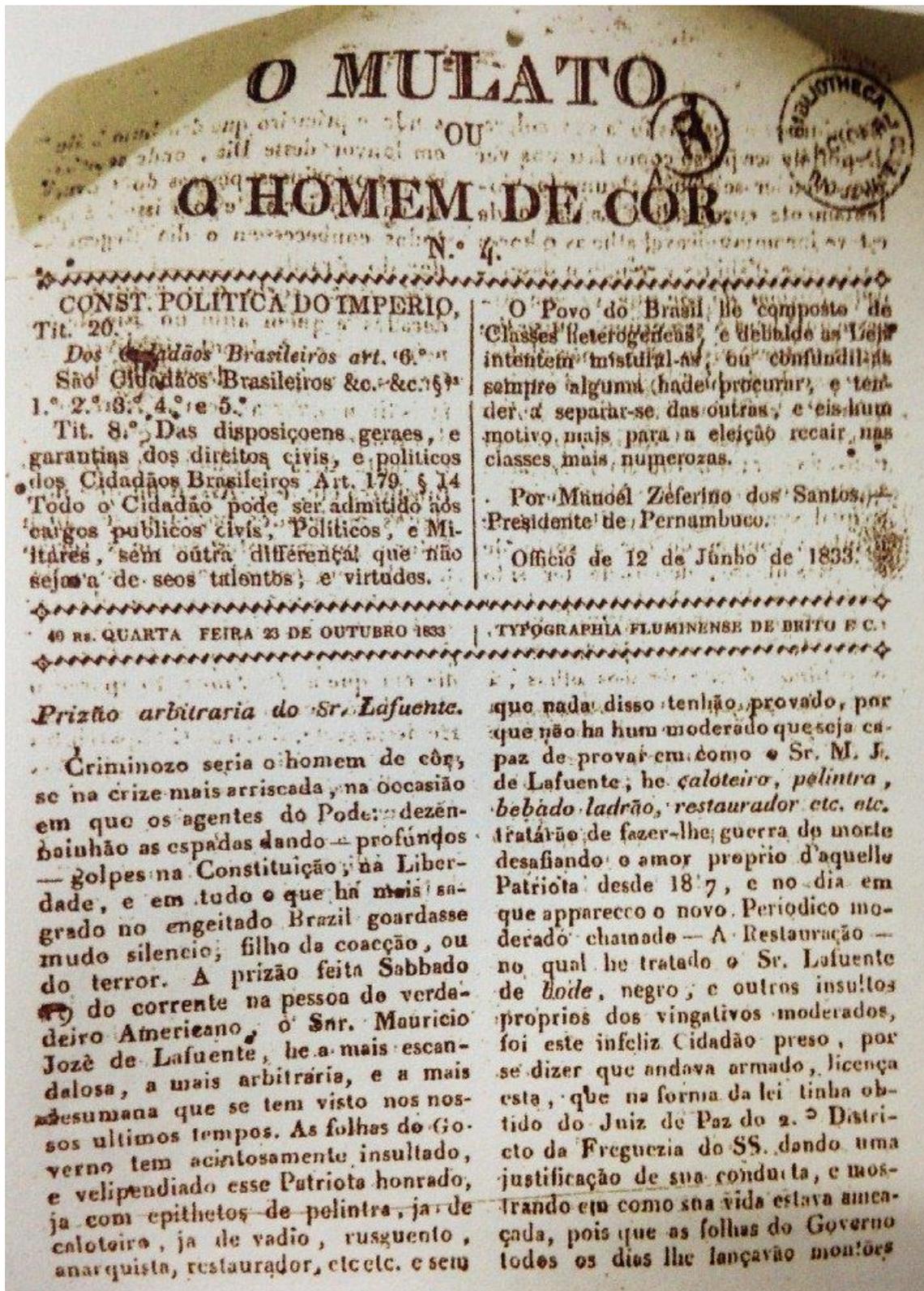


Imagem 1. O Mulato ou o Homem de Cor, nº 4, 1833.

A prisão de Lafuente, além de denotar o clima tenso e persecutório que predominava na Corte entre as principais facções políticas vigentes na ocasião, demonstrou o quão frágil era a conservação aos direitos de cidadãos para os negros livres no Brasil, mesmo que assegurados na Constituição de 1824.

O mulato ou o homem de cor é um documento histórico, por apresentar, em primeira mão, o quanto a existência de uma imprensa que tratava dos assuntos pertinentes à população negra no Brasil era e ainda é necessário, incômodo e, exatamente por isso, revolucionário. Paula Brito compreende essa necessidade de outras vozes repercutindo na sociedade e não se furta ao desafio de emprestar sua própria voz às mulheres, em um intento de fazer circular pela corte, um ponto de vista “feminino”, rompendo, mesmo que limitadamente, como veremos a seguir, com os silêncios e os estereótipos que não permitiam relacionar as mulheres aos assuntos públicos.

1.1.2 A mulher do Simplicio ou A fluminense exaltada

Conforme sinalizado no tópico anterior, um ano antes do lançamento de *O homem de cor*, Paula Brito lançou a primeira edição da revista feminina *A mulher do Simplicio ou a fluminense exaltada*. Caldeira (2012) e Basile (2004) ressaltam que esta publicação recebeu pouca atenção nos estudos sobre história da imprensa no Brasil, mas que, apesar disso, é um exemplar expressivo dos conflitos políticos que vigoravam no país no período regencial. O título *A fluminense exaltada* é referência à facção política dos liberais exaltados, com a qual Paula Brito se identificava ideologicamente. Os Exaltados, como eram tratados à época, faziam oposição aos moderados que ocuparam o poder, logo após a abdicação ao trono por Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831. Possuíam um posicionamento político mais radical que os moderados, conclamando as massas a participarem politicamente. Defendiam o federalismo, a república, o direito de cidadania ao maior número de pessoas possíveis, incluindo negros livres e mulheres. (CALDEIRA, 2012; RODRIGUES, 2013).

Nesse contexto, a intervenção da imprensa negra, mesmo que nascente, demonstra a importância de sua participação política, em um cenário efervescente em reivindicações e lutas por igualdade de direitos e reconhecimento de cidadania a homens e mulheres, independentemente de suas raças e origens.

A publicação de Paula Brito era assinada pelo pseudônimo “A redatora” e escrita em versos, em tom coloquial, quase prosaico, que refletia sobre a condição da mulher e suas ponderações acerca dos rumos da pátria.

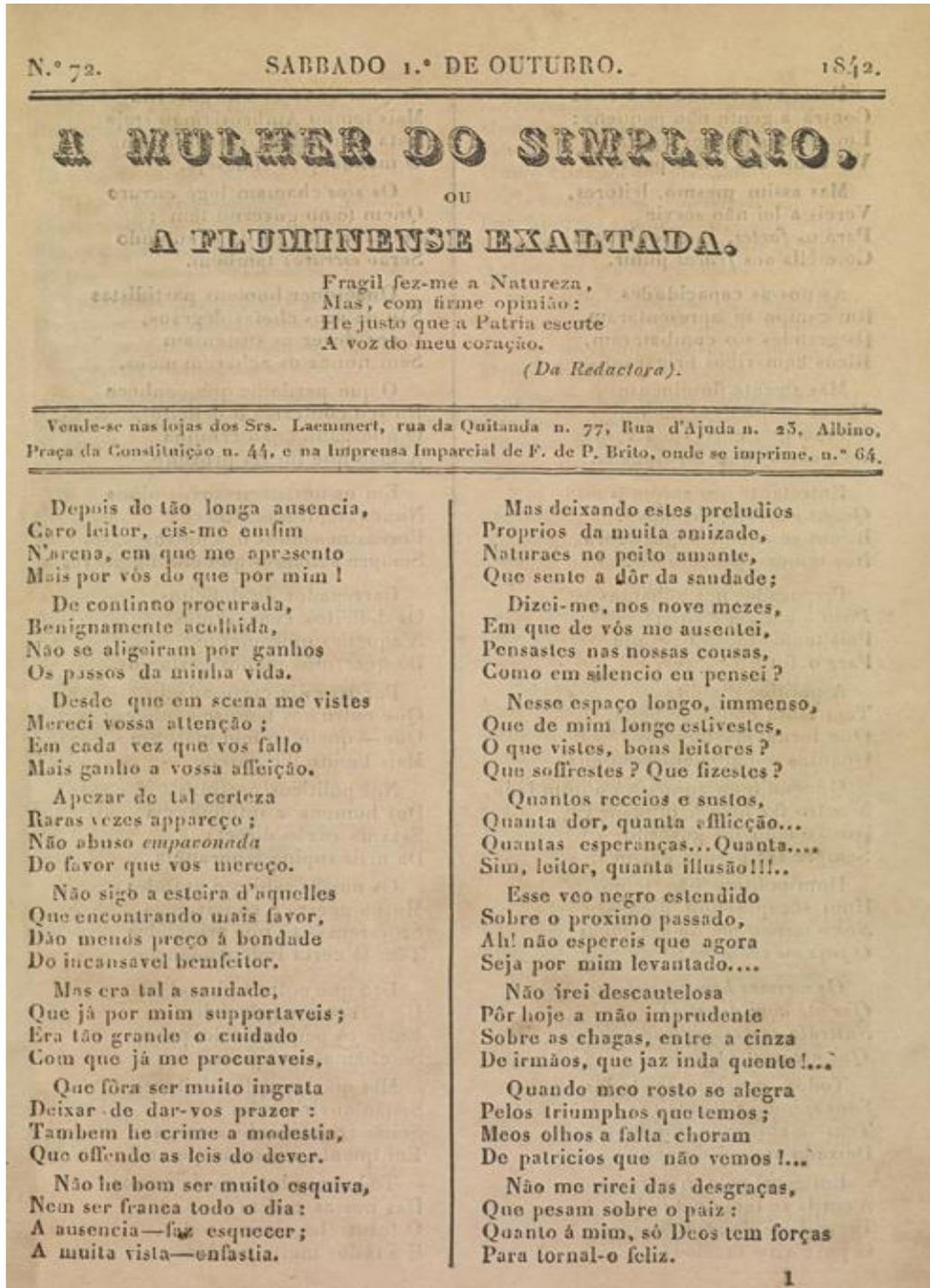


Imagem 2: A mulher do Simplicio ou a fluminense exaltada, 1872.

Desde a primeira edição, o autor reivindica:

Fragil fez me a natureza
mas com firme opinião
He justo que a patria escute
A voz do meo coração.

(*A mulher do Simplicio ou a fluminense exaltada*, nº 1, 1832)

O nome da revista é referência ao formato humorístico da família dos “simplicios”, modelo de publicação que circulara na corte em 1831, “obtendo tão grande aceitação que logo deflagrou uma epidemia de títulos parecidos” (MAGALHÃES JR., 1958, p. 11). Paula Brito inovou ao trazer à série cômica uma representação da “mulher simples”, e pouco ou nada escolarizada daquela época.

Apesar da inovação corajosa em tentar reproduzir, anonimamente, uma voz feminina oriunda das classes pobres da corte, o texto de Paula Brito, por seu tom coloquial e humorístico, mantém a mulher numa posição inferior intelectualmente ou infantilizada. O autor, mesmo que ingenuamente, mantém os estereótipos machistas, já observados em outras publicações endereçadas às mulheres nesta mesma época e editadas por homens. Constância Lima Duarte (2016), em sua publicação sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX, faz uma análise semântica dessas primeiras publicações, observando a ideologia patriarcal que as orientava. O primeiro periódico destinado ao público feminino que se tem notícia no Brasil foi o *Espelho Diamantino*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828, com foco em literatura, política e defesa da instrução feminina. Dois anos mais tarde, surgiu em São João del-Rei o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), também dirigido por um homem, o professor José Alcebíades Carneiro, advogando pela escolarização do sexo feminino. Duarte (2016) ressalta que esses periódicos demonstram uma orientação machista, pois ao apresentarem-se como “mentor” e “espelho” – além de outros títulos como “farol”, “manual” e “despertar” – se colocavam “acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*” (DUARTE, 2016, p. 21).

O título da revista: *Fluminense exaltada*, embora faça referência à facção política dos Exaltados, o adjetivo “exaltada” remete ao descontrole emocional, à histeria. Essas características negativas são comuns de serem relacionadas às mulheres, e se tratando de uma publicação, que se entende subversiva, acaba por reforçar tais estereótipos. Já o subtítulo, “mulher do Simplicio”, denota outra possível exclusão no sentido de que “Simplicio” é uma referência ao homem simples europeu,

portanto, a mulher a quem se dirige Paula Brito, não inclui negras livres ou escravizadas, aparentemente.

Contudo, a ousadia e as iniciativas da Typographia Fluminense e de seu editor Paula Brito em publicar para o público feminino e, especialmente, para o leitor negro, despertou a simpatia de alguns editores e trouxe à baila o surgimento de outras produções, como o *Brasileiro Pardo*, e *O Lafuente*, da tipografia Paraguassu, *O Cabrito* pela Miranda & Carneiro, *O Crioulinho*, pela Typographia do Diário – todos circulantes em 1833. Fora da Corte (Rio de Janeiro), *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social* foi o primeiro impresso a circular em Recife (1876), seguido por *A Pátria*, em São Paulo (1889); e *O Exemplo*, em Porto Alegre (1892); todos com editoriais cujo teor era a denúncia contra o preconceito, a opressão e as arbitrariedades cometidas na capital do Império contra as pessoas de cor (OLIVEIRA, 2002).

Por este breve levantamento de publicações da imprensa negra no Brasil durante os anos iniciais do século XIX, observa-se a importância do engajamento e do debate protagonizado por esses veículos na luta por garantias de direitos já adquiridos por cidadãos livres, e na construção da trajetória de reivindicações de ações políticas que culminariam na assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Porém, seguida a promulgação da Lei, a imprensa negra teve sua atuação reduzida, contrariando a expectativa de ainda mais engajamento na luta por direitos e reconhecimento de cidadania dos libertos. (PINTO, 2006; GOMES, 2017)

1.2 A imprensa negra no pós-abolição

As décadas finais do século XIX foram marcadas por uma intensa política imigratória, ao mesmo tempo em que leis que proibiam a entrada de negros no Brasil eram colocadas em vigor. Segundo Seyferth (2005), o estado de São Paulo recebia em seus portos milhares de imigrantes europeus como símbolo da promessa de “progresso” para o país.

Nesse contexto, segundo Gomes (2017), as questões referentes à integração dos recém-libertos na vida nacional foram debatidas com muito menos intensidade pelos intelectuais, mesmo pelos que mais efusivamente atuaram como porta-vozes da grande causa da extinção da escravidão. Esse progresso se manifestava, entretanto, com poucos recursos e não podendo contar com a fidelidade de um

público-leitor – que seriam, obviamente, os próprios afrodescendentes, se nesse grupo não predominasse o analfabetismo.

Pinto (2006) ressalta que o

[...] afã da modernização nacional caminha *pari passu* com a modernização do racismo. Figurando como pressuposto e meta, o silenciamento das vozes e o apagamento dos interesses das pessoas negras. (PINTO, 2006, p.133)

No entanto, vale mencionar dois jornais que circularam em anos imediatamente subsequentes à assinatura da Lei Áurea: *A Pátria* e *O Exemplo*, o primeiro circulante em São Paulo e o segundo no Rio Grande do Sul, sendo mencionado por sua longevidade, mesmo fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, centro das discussões políticas do Brasil.

1.2.1 *A Pátria* e *O Exemplo*

O jornal *A Pátria* surgiu em 1889 e, conforme Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), foi o primeiro jornal da imprensa negra a trazer imagens em sua edição. O segundo número do jornal, datado em 02 de agosto de 1889, trouxe em sua primeira página a ilustração do busto de três abolicionistas: Visconde do Rio Branco, Feliciano Bicudo e Fernando de Albuquerque. A autora chama atenção ao fato de que nenhum dos três homenageados eram negros, algo que poderia ser visto como contraditório, em um jornal que se autodenomina “órgão dos homens de cor”. Para a redação do *A Pátria*, o feito desses e de outros senhores homenageados na primeira edição, de lutarem e lograrem alcançar a abolição da escravatura era fato muito mais relevante que a cor de suas peles:

Aos nossos leitores, no primeiro número do nosso jornal, oferecemos uma trindade¹¹ que inscreveram [sic] seus nomes nos corações dos brasileiros, que contraíram para com ela uma dívida sagrada. Em nosso segundo número, apresentamos outra não menos distinta. Qual será o homem de cor que não se curve ouvindo falar nesses beneméritos da pátria? (*A Pátria*, nº 2, p.4)

Pinto (2006) ressalta que *A Pátria*, atento às movimentações políticas da época e, especialmente, quanto à implantação da república que se avizinhava, fazia questão de demonstrar sua posição apartidária, comprometido, exclusivamente, com os

¹¹ No primeiro número de *A Pátria* foram homenageados Luiz Gama, José Bonifácio e Fernandes Coelho. (PINTO, 2006)

interesses da população negra recém-liberta: “quanto a isso é bastante taxativo ao afirmar no primeiro artigo da edição: ‘Para nós homens de cor, em nada influiu para a queda dos conservadores, assim como a subida dos liberais ao poder.’” (PINTO, 2006, p. 136) O jornal reconhecia, portanto, a ausência de representatividade política às causas da população negra, mesmo sendo um momento histórico-político revolucionário e, teoricamente, moderno.

O jornal *O exemplo* foi o primeiro periódico lançado por negros, no Rio Grande do Sul, logo após a Lei Áurea. Sua trajetória impressiona pelo longo tempo de publicação, se comparado à duração média de jornais pertencentes à imprensa negra no Brasil. Iniciando no ano de 1892 e encerrando em 1930, *O exemplo* circulou entre os anos de 1892 a 1895 – primeira fase; depois de 1902 a 1905 – segunda fase; a terceira fase foi entre os anos de 1910 e 1911 e a quarta e última fase compreendendo os anos de 1916 e 1930 (PINTO, 2006; CARVALHO, 2009). Desde o seu número de estreia, a temática do preconceito e de injustiças sofridas pelo povo negro gaúcho era o assunto principal da publicação, assim como a reivindicação por oportunidades e direitos iguais para todos, tal como previa a Constituição, e continuou a ser, ao longo dos anos, a principal bandeira de luta e de crítica do jornal.



Imagem 3 – *O Exemplo*, nº 30, 1922

O Exemplo surge dois anos após a assinatura do decreto que fechava as fronteiras nacionais aos negros. Segundo a historiadora Célia Maria Marinho Azevedo (2004), esse ato representava a efetivação de um pensamento preconceituoso e

discriminatório que considerava o negro uma raça inferior, embasado nas teorias deterministas surgidas em meados do século XIX. Essas teorias preconizavam a superioridade da raça branca frente às demais raças; no Brasil, devido à forte miscigenação, criavam um cenário conflituoso e ambíguo para os defensores da eugenia¹² ou do branqueamento, a partir da forte entrada de imigrantes europeus no país.

Diante disso, o jornal exorta aos negros para que provassem sua capacidade cognitiva e buscassem para si funções que os aproveitassem intelectualmente, no intuito de desconstruir o imaginário preconceituoso fortalecido a partir das teorias raciais e, ao mesmo tempo, ampliar os espaços de atuação profissional, além daqueles subalternos aos negros reservados no pós-abolição. O jornal também critica grupos brancos da sociedade gaúcha que demonstravam receio de que a população negra alcançasse algum *status* social e os inferiorizavam em função da cor de suas peles.

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo grau de estudo a que o sujeitamos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estuto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme. (*O exemplo*, nº 1, p.1. In: PINTO, 2006)

O jornal perseverou durante muitos anos, sendo uma fonte histórica importante para a comprovação da luta incessante da população negra gaúcha por espaço e ruptura com a tradição racista e opressora herdada do período escravagista.

1.3 A escrita negra no século XX

A maneira desorganizada que se deu o fim da escravidão e o processo de (não) integração dos negros livres na sociedade brasileira geraram uma relação discriminatória e excludente entre brancos e negros em todo o território nacional. Expulsos para as periferias das grandes cidades e preteridos à mão de obra europeia recém-chegada ao Brasil, os negros brasileiros se viram obrigados a criar formas outras de sobrevivência e socialização.

¹² Intervenção na reprodução das populações para “melhoramento” das raças. (Galton *apud* Schwarcz, 1993).

A fundação de grêmios recreativos, clubes dançantes e jornais são exemplos dessas socializações (FERREIRA, 2011; CARVALHO, 2009). Especialmente em São Paulo, no início do século XX, com a criação de associações e irmandades que objetivavam organizar e fortalecer a inserção do negro na sociedade, fortalecer sua autoestima, além de denunciar as muitas situações de preconceitos e discriminação a que a população recém-liberta era vítima.

Essas associações foram fundamentais no ressurgimento e fortalecimento da imprensa negra no Brasil, visto que a maioria delas providenciou para divulgação de suas programações e ideais, a criação de jornais e folhetins que circulavam com certa periodicidade e a preços módicos no intuito de alcançar o maior número possível de negros. Os jornais *O Clarim da Alvorada* e *A voz da raça* ligados à Frente Negra Brasileira, assim como o jornal *Quilombo*, ligado ao TEN – Teatro Experimental do Negro, são iniciativas editoriais que reivindicavam e localizavam o negro na sociedade brasileira, retomando o comprometimento político e social que as publicações do século XIX traziam consigo e não permitindo sufocar-se pelo silêncio e invisibilidade impostos aos negros pós-abolição.

1.3.1 O Clarim da Alvorada

A imprensa negra, em meados dos anos de 1920, volta a ser um espaço importante para a resistência da gente negra no pós-abolição, por fazer frente aos estigmas e estereótipos negativos construídos em relação à população de cor escura e auxiliar na formação de uma nova percepção dos próprios indivíduos. Ao se deparar com o racismo da sociedade brasileira, os integrantes dessa imprensa buscaram meios de se unir para enfrentá-lo.

O *Clarim D'Alvorada* surge, então, no ano de 1924, fundado pelos militantes Jayme de Aguiar e José Correia Leite, em meio à necessidade de expressão, visto que, nesse período, poucos se colocavam dispostos a refletir sobre as questões da negritude. Por isso, é importante destacar que os jornais da imprensa negra que circulavam, estimulavam a população afrodescendente na luta contra a opressão e na reivindicação de sua inserção social.

A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras

davam aquelas informações que não se obtinham em outra parte. (LEITE, 1992, p. 22)

Desse modo, com o passar dos anos, a imprensa negra, além de difundir o conhecimento, denunciava os novos casos de discriminação racial nos espaços públicos.

O *Clarim d'Alvorada* trouxe a questão da militância política, especialmente em sua segunda fase, a partir de 1928, quando Correia Leite assume a chefia de redação do jornal, dando à publicação um tom mais assertivo e denunciativo. A nova roupagem do jornal paulista é notória com a influência dos negros americanos na consolidação dessa militância. José Correia Leite, que também foi informante de Bastide em sua pesquisa, afirma que

[...] fez parte de um “grupo garveysta”, dentro do jornal *O Clarim D'Alvorada*. Naquela oportunidade, chegou-se a criar uma coluna com o título de “O mundo negro”, que era justamente o nome do periódico criado por Marcus Garvey nos Estados Unidos. Ele lembrava também que no início da década de 1920, logo depois da visita de Robert Abott ao Brasil, principal fundador e editor do periódico negro *Chicago Defender*, passaram a realizar trocas de exemplares entre os dois jornais. (SANTOS, 2011, p.149)

No início da década de 1930, um grupo de influentes negros da sociedade paulistana, juntamente com o corpo editorial do jornal *Clarim D'Alvorada*, fundou a Frente Negra Brasileira, associação cujo objetivo era a elevação moral do negro (OLIVEIRA, 2002), consolidando a autoestima do negro brasileiro numa sociedade que o havia relegado à margem desde a abolição. A Frente discutia possibilidades de inserção e de manutenção do negro de alguma forma no centro das atividades sociais. Laiana Oliveira (2002) descreve o intenso trabalho de publicidade e de produtividade exercido pela Frente, no intuito de garantir credibilidade e, por conseguinte, arrecadação monetária para a manutenção de suas ações. A pesquisadora ressalta que tudo que pudesse demonstrar a importância e o reconhecimento público da entidade era registrado e amplamente divulgado. Para tanto, os associados precisavam demonstrar eficiência e resultados concretos para manterem a Frente atraente ao engajamento do maior número possível de negros à instituição.

E tudo isso se dá (a miserável situação do negro), porque a lei que libertou os pretos não cuidou de os instruir, de os elevar mental e moralmente. Por isso, para levar a efeito a obra que o governo não quis ou não pode fazer, formou-se em São Paulo a FNB. O fim dessa nobre associação é difundir intensamente a instrução e civilização... procurando sobretudo, infundir-lhes o patriotismo, o amor por esta terra que tanto lhes deve. *A voz da raça*, nº 2 – Artigo de Joaquim Pedro (OLIVEIRA, 2002, p.61)

A descrição de Laiana Oliveira (2002) demonstra a importância que a Imprensa Negra possuía neste trabalho de divulgação das ações da Frente para toda a sociedade. *A Voz da Raça*, periódico editado pela própria Frente Negra Brasileira, embora de circulação limitada, reverberava os ideais da organização, ao mesmo tempo em que conclamava novos membros a participarem de seu movimento. A Frente Negra Brasileira foi dissolvida durante os anos de 1930 com os cercos políticos organizados pelos apoiadores getulistas.

1.3.2 Quilombo

Também da insistente negação da voz aos negros nos espaços artísticos brasileiros, surge, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN),

[...] que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. (NASCIMENTO, 2004, p. 210)

Nos anos seguintes ao surgimento do TEN, o mundo se empenhava na construção de uma legalidade baseada em direitos fundamentais, por meio da consolidação da ONU e da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, o momento histórico era de consolidação do regime de direito após a derrota do Estado Novo, em 1945, e a Constituinte de 1946. Os objetivos do TEN se articulavam plenamente nesse sentido, buscando

[...] "... que o negro rompa o dique das resistências atuais com seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegure a todos os brasileiros igualdade de oportunidades e obrigações". (*Quilombo*, 1948, s.p.)

Abdias Nascimento (2004), fundador do Teatro Experimental do Negro, em sua descrição dos passos iniciais de seu projeto cultural, ressalta a dificuldade em localizar textos a serem encenados que tratasse de forma crítica e sincera a realidade do negro no Brasil. O autor assim descreve a necessidade do "lugar de fala" do negro no teatro brasileiro: "Uma coisa é aquilo que o branco exprime como sentimentos e dramas do negro; outra coisa 'é o seu até então oculto coração, isto é, o negro desde dentro. A experiência de ser negro num mundo branco 'é algo intransferível". (NASCIMENTO, 2004, p.214)

O primeiro editorial de *Quilombo*, lançado em 9 dezembro de 1948, foi ousado e contundente, ao trazer desde o princípio o polêmico tema da discriminação racial, nomeando-a e condenando-a, visto que, nesse período, figurava e era popularmente defendido o mito da “democracia racial¹³”. Ao anunciar os propósitos do 1º Congresso do Negro Brasileiro¹⁴, o jornal afirma que a “tomada de posição” do negro brasileiro “nada mais é do que uma resposta do Brasil a um apelo do mundo que reclama a participação das minorias no grande jogo democrático da cultura” (*Quilombo*, 1948, p. 1). Sagazmente, o tema da discriminação racial é abordado, além do editorial, em um artigo produzido pelo reconhecido romancista, teatrólogo e, branco, Nelson Rodrigues. Em seu texto, Rodrigues (1948, p.6) afirma que “é preciso uma ingenuidade perfeitamente obtusa ou uma má-fé cínica para se negar a existência do preconceito racial” no Brasil. Por isso, insiste o editorial do primeiro número do jornal, “nós saímos – vigorosa e altivamente – ao encontro de todos aqueles que acreditam – com ingenuidade ou malícia – que pretendemos criar um problema no país.” (*Quilombo*; 1948, p. 1)

¹³ (...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...). No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 41 e 92)

¹⁴ Realizado entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950 e organizado pelo TEN, o Congresso reunia em si teses, indicações, depoimentos e contribuições acerca do negro brasileiro, o evento pretendia ir além do debate acadêmico, mas também permitir a presença ativa do negro como um agente produtor de conhecimento e também participante ativo ao lado de especialistas brancos. (MAYBEL, 2017, p. 5)

Direção de ABDIAS NASCIMENTO

Quilombo

VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO

NÓS

ABDIAS NASCIMENTO

NÓS somos — vigorosa e altivamente — ao encontro de todos aqueles que acreditam, — com impiedade ou inocência — que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (Senador Hamilton Nogueira). Porém a luta de **QUILOMBO** não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, simão em especial para fazer lembrar os conceitos ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura.

A cultura, com intuição e acentos africanos, a arte, poesia, pensamento, fé, ciência, como expressão étnica do grupo brasileiro mais pigmentado, paulatinamente vai sendo relegada ao abandono, ridicularizada pelos líderes do "branqueamento", esquecendo-se estas "aristocratas" de que o pluralismo étnico, cultural, religioso e político dá vitalidade aos organismos nacionais, sendo o próprio sangue da democracia (Gilberto Freyre). Podemos dizer que o desconhecimento do negro como homem criador e receptor vem desde 13 de maio de 1888 (Artur Ramos).

Neste caso se relaciona com todo o problema que determina o predomínio político de uma raça ou grupo étnico de maior força econômica sobre outro grupo étnico ou raça sem meios. Apesar do tempo que antecede a conquista da América quando o Papa Pio II, Nihilus Sanctus Romanus, levantou impedimentos teológicos ao tráfico português de africanos; depois da guerra de secessão nos Estados Unidos motivada pela emancipação dos escravos; após as lutas libertadoras de Cuba e Brasil, o problema segue no mesmo pé. Quando já não se pode falar de terrido e submisso súltito, querem arrancar ao negro o domínio econômico e político de sua terra, como na África do Sul; tiram-lhe violentamente seus direitos no país que ajudou a formar e construir, como nos Estados Unidos; os arduamente despojam-lhe dos meios psicológicos e mentais que o capacitariam a adquirir a consciência de sua verdadeira condição ante uma igualdade legal, como no Brasil.

A situação apenas esboçada torna-se mais nítida quando assistimos o Brasil pleitear consagrar, no Pacto de São Francisco, a condenação de todas as discriminações raciais. Nos últimos eleições dos Estados Unidos, aparece o candidato dos subcretos Strom Thurmond com programa beligeramente racista e abusivo, que conseguiu mais de um milhão de votos, e a própria vitória de Truman baseou-se na campanha pelos direitos civis para todo o povo norte-americano, inclusive os negros. A Índia, neste mesmo momento que se realiza em Paris, levou ao conhecimento dos Estados Unidos o problema da discriminação na África do Sul, onde reacionários descendentes dos contrabandistas "boers" com unicamente um milhão e meio sobre nove milhões de nativos, venceram as eleições contra o partido do general Smuts, favorável aos negros.

É transparente esta verdade histórica: o negro ganhou sua liberdade não por filantropia ou bondade dos brancos, mas por sua própria luta e pela insubordinação do sistema escravocrata (Cano Prado Jr.). Aqui ou em qualquer país onde tenha existido a escravidão, o negro repete a piedade e o filantropismo arifantes e luta pelo seu direito ao Direito.

O negro brasileiro já conquistou seu direito teórico e codificado mas necessita o exercício ativo desse direito. Como brasileiros nós protestamos contra a existência, não só dos Ku-Klux-Klan alienígenas, como das autôctones *huklaxian* de mentalidades e atitudes.

O nosso trabalho, o esforço de **QUILOMBO** é para que o negro sempre o firme das resistências atuais com seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegure a todos os brasileiros igualdade de oportunidades e obrigações. Os atentados à essa paridade jurídica, e de fato praticados frequentemente em nosso meio, são anti-democráticos, separatistas e lesivos à integridade.

(Continua na pág. 4)

Há preconceito de cor no Teatro?

RESPOSTA A NOSSA ENQUETE NELSON RODRIGUES, O DISCUTIDO AUTOR DE "ANJO NEGRO": — "INIGUIDADE OU MA FE NEGAR O PRECONCEITO RACIAL NOS PALCOS BRASILEIROS"

Nelson Rodrigues marca uma fase no ecclédo do teatro brasileiro. Suas peças "Festão de Noiva" e "A Mulher sem pecado" provocaram a rejeição de novo maior actor dramático, e outras, "Album de Família" — interdita pela Censura — e "Anjo Negro", recentemente apresentada no Fênix, provocaram debates acorados em torno do valor de sua obra teatral, um considerado Nelson Rodrigues verdadeiro genio, outro negando-lhe qualquer valor. Enquanto tudo isso acontece, Nelson Rodrigues prepara-se para enfrentar nova tempestade com a próxima representação de "Sinhora das Alagoas", a nossa "Ecléira" que a policia interdita também. Ninguém, portanto, mais autorizado para abrir a discussão de **QUILOMBO** em torno da existência ou não do preconceito de cor e de raça em nosso teatro.

A QUE ATRIBUE O AFASTAMENTO DO NEGRO OU MEXICANO DOS NOSSOS PALCOS?

A nossa pergunta Nelson Rodrigues responde com precisão:

— "Não, isto é, tenho a certeza de que é para e sempre questão de dinheiro. Desprezo em todos os sentidos, mas físico, sobretudo. Razões econômicas, atraindo de ter negro em cena; e quando uma peça existe o elemento de cor, adota-se a seguinte solução: brocha-se um branco. "Branco pintado" — eis o nome do teatro nacional. Claro, não devemos contar uma ou outra excepção. Mas isto não constitui uma regra. É preciso uma quantidade perfeitamente óbvia de uma má se critica para se negar a existência do preconceito racial nos palcos brasileiros. A não ser no Teatro Experimental do Negro, os artistas de cor, ou talvez moléculas gelatas, ou carregam bandeira da, por último, ficção de fóca. Por que esta situação humilhante? Vejamos alguns dos motivos mais sérios. Em primeiro lugar, substitua-se a capacidade emocional do negro, e seu ímpeto dramático, a sua força física e tudo o que ele possui de sentimento trágico. Ninguém admitem que ele possa superar a



Nelson Rodrigues

DOIS MUNDOOS: PRETO E BRANCO, DENTRO DE UM SÓ PAÍS

SOBRE A VIDA DO NEGRO NOS ESTADOS UNIDOS FALAMOS O BRILHANTE JORNALISTA GEORGE S. SCHUYLER — ESTUDOS NA AMERICA LATINA SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL.



George S. Schuyler palestrando com o diretor de **QUILOMBO**

Quando o Dr. George S. Schuyler passou pelo Rio em recente jornalista do "The Pittsburgh Courier", tive-me com ele um longo encontro. Sorriente e bem humorado, Schuyler não esconde o escritor irónico, o redactor vivo e agil daquela secção "O mundo numa colina", do "Pittsburgh Courier". Guardamos trechos da conversa que mantive com ele. Quando lhe perguntamos sobre a possibilidade da mostra de raças nos Estados Unidos, Schuyler falou com a segurança de quem representa de fato o pensamento de toda a raça.

— É uma noção muito distante e teórica. O negro não pensa em nenhuma actividade de casamento. Para que e por que ele havia de pensar nisso? Em qualquer condição social ou cultural em que se achasse, ele encontra para se casar pretas cul-

ta, educadas. O negro possui uma sociedade completa e tem gosto de admitir nela o branco. — Porque? — Porque de que o branco traga consigo o 14 e 15. Mesmo que ele não seja racista, o negro suspeita sempre.

(Continua na pág. 2)



A grande atriz Ruth de Souza no filme "Pérola Violenta" — Nota sobre cinema na p. 5 pág.

Ano 1 N.º 1
 RIO DE JANEIRO, 9 DE DEZEMBRO DE 1948
 1 CRUZEIRO
 COLABORAM: Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, Efraim Ferrás, Bô Maria Nascimento, Francisco de Assis Barbosa, J. S. Guimarães.

Imagem 4 – Quilombo, nº 1 – 1948.

Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento (2011), na apresentação do livro *Quilombo* (2002), artigo republicado pela *Folha* em maio de 2011, afirmam que no periódico *Quilombo*, a tensão entre o discurso afirmativo do protagonismo do negro

na escrita de sua própria história e o discurso mais convencional, defensor de uma democracia racial manchada por incidentes pontuais e ultrapassados, cumprem o objetivo de denúncia e combate à discriminação racial existente no Brasil. No entanto, afirmam que os defensores da democracia racial, como Gilberto Freyre, advertem “contra qualquer tentativa de separar brancos e negros”, numa alusão ao receio de que eclodisse um conflito racial explícito no país. (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2011). Os autores comentam ainda que *Quilombo* foi precursor das reivindicações por políticas públicas e “ações afirmativas” para a população negra brasileira, em uma época em que nem se tinha ideia do que estas expressões significavam. As demandas do periódico versavam desde bolsas para alunos negros em escolas e universidades à inclusão de candidatos negros a cargos eletivos para a consolidação de uma política, de fato, inclusiva e igualitária.

Oliveira e Rodrigues (2016), ao fazer o levantamento das publicações negras ao longo dos séculos no Brasil, ressaltam a interrupção das iniciativas de publicação provocadas pelos dois períodos ditatoriais que atravessaram o século XX: a “Era Vargas”, compreendida entre os anos de 1930 e 1945, que foi responsável, inclusive, pela suspensão das atividades da Frente Negra Brasileira e o fechamento do periódico “A voz da raça”; e a Ditadura Militar (1964 – 1985), período que foi marcado por perseguições a intelectuais negros que tinham interesse em tornar pública e debater abertamente a situação do negro no Brasil. Vale ressaltar que políticas de branqueamento da população e assimilação cultural europeia, incentivadas pela Ditadura Vargas, não foram abandonadas no intervalo político “democrático” que intercalou as duas ditaduras. Exemplo disso é a censura aos espetáculos do TEN e a consequente suspensão de suas atividades em 1961, três anos antes do Golpe de 1964. Oliveira e Rodrigues (2016) afirmam que

[...] o reduzido número de publicações no período de 1901 a 1978 é apenas um dos reflexos de uma política herdeira do pensamento colonial, segundo o qual, nas palavras de Florentina Souza, “aos negros, africanos ou afrodescendentes [...] não caberia escrever, publicar ou mesmo falar de si ou de seu grupo”. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016, p. 100).

Nesse contexto, o estudo encomendado pela UNESCO, em meados do século XX e publicizado em princípios dos anos de 1960, foi fundamental na manutenção das discussões acerca das questões raciais no Brasil em tempos de repressão e silenciamento, ao apresentarem resultados que confrontavam e constrangiam a falácia nacional sobre um país democrático racialmente.

Analisar a resistência e a persistência de todas essas iniciativas editoriais apresentadas até o momento, demonstra a insistência dos negros brasileiros em se fazer ouvir e, principalmente, existir em uma sociedade que sempre se esforçou em negar direitos e voz a essa parcela da população. Embora a imprensa negra tenha conseguido, em algum momento, tornar incômoda e visível suas reivindicações, houve uma parte dessa população que permaneceu emudecida e sub-representada: as mulheres negras. Apesar disso, mesmo sem o devido destaque e reconhecimento, mulheres negras sempre buscaram e ainda buscam maneiras de se fazerem ouvir. No próximo tópico, será observado como o “acaso” permitiu a redescoberta de uma literatura feminina negra do século XIX, e como o “acaso” apresentou para o Brasil uma escrita que verbaliza o que é ser mulher negra e pobre no século XX. A escrita de mulheres negras não é uma leitura fácil, porque trata da violência com que o Brasil foi fundado, mas é uma escrita necessária, para que esse ciclo violento seja interrompido, e uma realidade mais justa e equânime seja construída.

1.4 Pode a mulher negra falar?

O levantamento feito nos tópicos anteriores sobre as principais publicações da imprensa negra dos séculos XIX e XX, chama a atenção à ausência de publicações feitas por mulheres negras nesse período. Apesar de toda a combatividade e ousadia de homens negros que tentaram burlar a opressão escravista, denunciar suas agruras e apresentar reivindicações, as vozes de mulheres, no mesmo período, foi relegada ao silêncio e à construção estereotipada do imaginário masculino por muitas décadas, até meados do século passado.

Os estudos feministas e a crítica literária normalmente justificam a dificuldade em localizar a escrita feminina nesse período histórico, devido ao fato de que por muitos anos a mulher foi considerada intelectualmente inferior ao homem. Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos e do acesso à educação superior, as mulheres do século 19 estavam, majoritariamente, circunscritas ao espaço privado (TELLES, 1997, p. 408). Além disso, estavam constringidas por enredos de arte e ficção masculinas que reforçavam a idealização das mulheres em seus papéis familiares, como mães amorosas, esposas virtuosas e filhas dedicadas. Contudo, também foram muitas as mulheres que conquistaram o território da escrita, superando a “tirania do alfabeto, tendo primeiro

que aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contidos” (TELLES, 1997, p. 410). Ou seja, apesar de todas as tentativas de silenciamento e de sua ausência negada pela crítica no cânone nacional, a produção literária feminina foi presença constante nos periódicos e revistas da época, tanto como colunistas quanto editoras e mantenedoras de suas próprias publicações. (MUZART, 2003; DUARTE, 2016).

Porém, quando se trata da mulher negra no Brasil, a justificativa convencional não se aplica, visto que a violência do racismo e machismo agiram conjuntamente na anulação de suas vozes, sendo sua existência atrelada a fala de outrem, ou seja, do homem, quase sempre, branco. Sueli Carneiro (2003) afirma que mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira por serem diferentes do modelo estético da mulher branca. A autora afirma ainda que

[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, p.2)

Em geral, “a negação da legitimidade da mulher (negra) como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação foi, no contexto dessas literaturas, uma realidade que perdurou até, mais ou menos, a década de 1970.” (SCHIMIDT; NAVARRO, 2007, p.86). Rita Schimidt e Márcia Navarro (2007) localizam a “descoberta” da literatura escrita por mulheres no Brasil, especialmente na década de 1970, mas nos anos de 1960 revelaram ao país dois grandes nomes da literatura afro-brasileira escrita por mulheres, que ressignificaram a escrita feminina, ao mesmo tempo que trouxe luz e significado à expressão de mulheres negras ignoradas pela crítica até então.

Embora este trabalho tenha se debruçado, até o momento, em um levantamento dos antecedentes da escrita afro-brasileira, a partir dos registros de uma pretensa imprensa negra; nesta seção, será privilegiada a escrita de mulheres negras no meio literário. Como já sinalizado anteriormente, embora exista um esforço para que os direitos de cidadania dos negros no Brasil fossem levados em consideração, tanto política quanto socialmente, ao longo dos séculos XIX e XX, a voz da mulher negra não foi considerada significativa como parte das lutas e reivindicações pela imprensa propagada. Portanto, é a partir do texto literário que as vozes de Maria

Firmina dos Reis, autora do primeiro romance afro-brasileiro, e de Carolina Maria de Jesus, autoras que provocaram, em meados do século XX, desconforto e um tardio reconhecimento das vozes de mulheres negras, que foram ignoradas, mas que a história do Brasil não pode negá-las indefinidamente, tem-se a (re)inauguração de uma literatura afro-brasileira feminina.

1.4.1 Maria Firmina dos Reis

Uma das primeiras redescobertas da década de 1960 foi a escritora Maria Firmina dos Reis, nascida em 11 de março de 1822, em São Luís do Maranhão. A *maranhense*, pseudônimo utilizado pela autora para assinar o seu primeiro romance e primeiro romance afro-brasileiro, chamado *Úrsula*, foi precursora e inovadora não apenas na concepção de seu romance, mas especialmente em sua atenção engajada e comprometida à educação e cultura maranhenses. (ADLER, 2017; ZIN, 2016). Filha de Leonor Felippa dos Reis e de pai desconhecido, Maria Firmina destaca-se por sua intensa produção literária e, também, por seu pioneirismo em sua vida profissional. Foi a primeira mulher e afrodescendente a passar em um concurso público e assumir a Cadeira de Instrução Primária na cidade de Guimarães no Maranhão. Além disso, funda, em 1880, na cidade de Maçaricó, a primeira escola de educação mista no Brasil, sendo obrigada a encerrar suas atividades dois anos após sua inauguração, devido à resistência da sociedade da época (ADLER, 2017; ZIN, 2016)

A escrita de Maria Firmina se destaca, especialmente em *Úrsula*, por

[...] salientar as especificidades de uma narrativa marcadamente afrodescendente, o que se pode ver tanto no caráter representativo das pessoas negras, quanto na postura do enunciador ao se colocar nada imparcial no texto. (OLIVEIRA, 2019, p. 659)

Para Oliveira (2019), Firmina, ao apresentar a tríade de personagens negros, que coadjuvam a narrativa, o faz de um ponto de vista reconhecedor e humanizador, rompendo, em certa medida, com o postulado no romantismo brasileiro. A escola romântica como alegoria da nação (SOMMER, 2004) não incluía o africano escravizado como parte da identidade nacional, o mais próximo desse reconhecimento é percebido na presença cabocla de alguns personagens, sendo sua tez o mais clara e eurocêntrica possível. Os personagens Tulio, jovem negro escravizado, a anciã Susana e o negro Antero tem suas narrativas destacadas ao

longo do romance e suas falas autorizadas pelo narrador. O jovem Tulio é apresentado como um homem corajoso, íntegro e consciente de sua condição escrava, mas que, apesar disso, não lhe rouba sua bondade e empatia para com os demais. As características definidas para o jovem Tulio são as mesmas conferidas a qualquer herói romântico, com a diferença de que esses heróis nunca são negros escravizados. As memórias de África e do processo de escravização relatados pela anciã Susana, colocam luz sobre a violência em que é fundado o solo da nação brasileira, da voz e humaniza todos aqueles que passaram pelo sofrimento e reificação imposto por esse sequestro histórico. As narrativas de Susana são dolorosas, mas seu lugar de fala é inquestionável, pois é a descrição de sua própria experiência e de seus iguais. Experiência que em certa medida justifica a subserviência e vícios do negro Antero. Vítima da violência da escravidão, demonstra em sua precoce debilidade e dependência alcoólica as marcas de uma vida roubada e as dores não curadas ao longo de todos os anos de escravidão.

Oliveira (2019) afirma que o trabalho de Maria Firmina dos Reis se inscreve no que Mbembe (2014) denomina crítica da razão negra, visto que a autora, ao se apropriar da estrutura romântica para dar voz e visibilidade a personagens ignorados pela historiografia brasileira, cria um novo olhar epistemológico, permitindo protagonismo e propriedade de ponto de vista ao negro escravizado, talvez, por isso, o apagamento histórico de que foi vítima a autora.

Vale ressaltar também que, além de *Úrsula*, a autora publicou, em forma de folhetim nos jornais da época, o conto *Gupeva*, de temática indianista, a coletânea de poesias *Cantos à beira-mar*, e em 1887, quando a manutenção da escravidão já se tornava praticamente inviável, a autora corajosamente publica o conto *A escrava*, em que reflete sobre a luta e resistência à escravidão dos cativos e a rede de apoio formada por abolicionistas do Rio de Janeiro ao Maranhão (ZIN, 2016). A obra de Maria Firmina apresenta um ponto de vista e propriedade ao escrever, que acaba por reivindicar para si e para todas as mulheres negras a oportunidade de serem ouvidas e demonstra a idiosincrasia que esse grupo silenciado e marginalizado representa na dolorosa história da nação brasileira.

1.4.2 Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus é a antimusa, para mencionar Sueli Carneiro (2003), que personifica com crueza e legitimidade a incontornável e nada romântica escrita da mulher negra. Nascida em Sacramento (MG), e com apenas o segundo ano primário de escolaridade, a autora mudou-se muito jovem para São Paulo. Lá trabalhou em algumas residências, mas foi como catadora de reciclados que chamou a atenção do jornalista Audálio Dantas, em 1958. O jornalista se encontrava na favela do Canindé para fazer uma reportagem, quando observou a figura de uma mulher ativa e briguenta, que ameaçava aos desafetos da vizinhança, de mencioná-los no livro que escrevia. Ao questioná-la, Audálio tomou conhecimento dos mais de vinte cadernos que Carolina trazia consigo, em que descrevia sua rotina e suas reflexões acerca da vida que levava e de seus iguais (RISO, 2015; MONTEIRO, 2016). A escrita de Carolina revela o “quarto de despejo” das grandes cidades ao descrever com precisão cirúrgica e inteligente ironia o descaso e manipulação política de que são vítimas os moradores das regiões periféricas da cidade. Ana Cristina Chiara (2006) afirma que Carolina precisou desentranhar de restos o sustento e a literatura e avaliava a cultura como um meio de superar a escassez de sua vida. Riso (2016), por sua vez, observa que a autora “oferece-nos provas de que a ‘boa’ literatura se revela sobretudo no ‘como’ dizer.” (RISO, 2015, s.p.). E que “neste quesito Carolina é maestrina, pois trabalha com desenvoltura e criatividade a descrição do seu cotidiano entrecortado pelas agruras intermináveis da fome” (RISO, 2015, s.p.).

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. (JESUS, 2007, p. 50)

A reflexão trazida por Carolina Maria de Jesus acerca do impasse da possibilidade de um relacionamento amoroso e o conflito com sua produção literária denota o distanciamento entre a concepção do que é esperado de uma mulher branca e sua dedicação privada à leitura e educação das crianças, do que é “imposto” à mulher negra no que tange à sua dedicação exclusiva ao trabalho e ao sustento familiar. O que para uma mulher é virtude, para outra é vício. O exposto também dialoga com a crítica desenvolvida por Miriam Alves (2010) ao movimento feminista quando reivindica para si a ruptura da imagem da mulher dona de casa e manifesta o desejo de que a mulher desempenhe outros papéis na esfera pública e mercado de trabalho.

Torna-se compreensível porque a questão de identidade racial não fez parte do agenciamento feminista e não abrangeu a totalidade de mulheres, justamente as que já faziam parte do mercado de trabalho, em empregos e subempregos, mal remunerados e sem garantias trabalhistas, trabalhando como empregadas domésticas ou babás (ALVES, 2010, p. 62-63).

Spivak (2010) questiona a impossibilidade de fala dos subalternos, sujeitos que são objetos de pesquisa ou massa numerosa nas estatísticas, porém heterogêneos e únicos em suas reivindicações e necessidades. A escrita da mulher negra revela a fala subalternizada e forçosamente silenciada ao longo dos séculos, especialmente no Brasil. Permitir que essa camada significativa da sociedade exponha seus silêncios, é, ao mesmo tempo, constrangedor, por desvelar ainda mais os caminhos violentos que perpassam a história da colonização; mas também redentora, ao possibilitar reflexão e reconhecimento de lutas e dores até então invisíveis.

Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus apresentam ao cenário literário brasileiro perspectivas femininas em épocas bastante distintas entre si, porém que as percepções da primeira, reverberam na realidade da segunda. A falta de oportunidades causada por um processo de abolição sem planejamento e cuidado com o destino dos ex-escravizados repercute na escrita simples, pouco escolarizada, porém real e dura de Carolina Maria de Jesus. As autoras apresentam as dores de mulheres negras, um discurso incômodo que, de tão visceral e ruidoso, uma vez publicizado, não pode mais ser silenciado ou contido. A escrita de mulheres negras no Brasil passou a ser, desde então, uma urgência e uma voz que não mais poderia ser ignorada, visto que evidenciava uma face da sociedade brasileira dolorida, porém vigorosa e resiliente. A escrita dessas mulheres dão fôlego a publicidade de outras autoras, assim como as iniciativas da imprensa negra do século XIX inspirou as iniciativas editoriais do século XX, que serão analisadas no próximo tópico. São precursores e significadores da presença africana no Brasil, que construíram o devir-negro, para citar Mbembe (2014) e uma nova perspectiva epistemológica colocadas ainda mais em evidência a partir das repercussões no ciberespaço.

1.4.3 “Deixa, deixa, deixa eu dizer o que penso dessa vida...”

Enquanto os anos de 1960 foram marcados pelos lançamentos das obras de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, que resignificaram a visão estereotipada que, até então, a literatura brasileira produzia acerca das mulheres

negras. Os anos de 1970, por sua vez, foram significativos no que tange à organização e criação de grupos e coletivos negros, fundamentais para o surgimento de iniciativas editoriais afro-brasileiras, denominadas por Luiz Henrique Silva de Oliveira (2018) de “quilombos editoriais”. Quilombos editoriais são, na perspectiva do autor,

[...] um conjunto de iniciativas no campo editorial comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico. Essas iniciativas possuem caráter deliberadamente independente e seus autores são, preferencialmente, negros ou, em alguns casos, não negros comprometidos com o combate ao racismo em todas as suas formas. O catálogo é vasto e diverso, com ênfase em ciências humanas, cultura, artes e literatura. Possuem nítido projeto de intervenção político-intelectual a fim de criar debates e formar continuamente leitores sensíveis à diversidade em sentido amplo. Para além de casas de publicação, operam como territórios de ação e resistência ao bloqueio tácito no campo editorial brasileiro. (OLIVEIRA, 2018, p. 157)

Consoante à definição de quilombo editorial, em 1975, surge, no Rio de Janeiro, a Pallas Editora, comprometida com a produção cultural afrodescendente, aos moldes das tipografias fundadas por Paula Brito no século XIX. Pallas foi idealizada por Antônio Carlos Fernandes, que procurou demonstrar, a partir de suas publicações, consciência da importância de uma intervenção no “campo cultural por meio do agenciamento de autores e textos num cenário precário de informações sobre a herança negra, como ocorre no Brasil.” (OLIVEIRA, 2018, p. 163). O catálogo de publicação da editora é bastante diversificado, versando desde religião, yoga e tarô às obras de referência, filosofia e ficção. Atualmente, a Editora é conduzida por Cristina Fernandes Warth e que mantém a proposta de seu fundador, quanto à busca pela recuperação e registro de tradições dos vários povos africanos que participam da formação do povo brasileiro, bem como a valorização das manifestações afro-brasileiras na contemporaneidade (OLIVEIRA, 2018).

Em 1978, o coletivo de autores, liderados por Cuti, se destaca ao lançar *Cadernos Negros*. Uma publicação que se consolidou como um referencial na divulgação da literatura afro-brasileira, por décadas. Surgindo do anseio de jovens estudantes por maior representação e visibilidade da escrita negra nos meios acadêmicos e editoriais, *Cadernos Negros* hoje é símbolo de resistência e de expressão identitária.

A publicação trouxe em sua primeira edição a produção de oito escritores, compostos por seis homens e duas mulheres: Ângela Lopes Galvão, mato-grossense e Célia Aparecida Pereira, paulista. A escrita dessas mulheres indicava o quão

destoante é o discurso poético ficcional de escritoras negras em comparação às escritoras brancas. Como sinaliza Alves (2011), embora ambas vivenciem o silenciar (não-fala), o lugar de produção é outro significativamente diferente. Conforme se observa, as mulheres negras iniciam timidamente a sua participação desde a primeira edição de *Cadernos Negros*, e sinalizam a percepção de que essa publicação deve oportunizar publicidade e espaço de produção para mulheres negras no Brasil.

Já em 1981, surge a editora Mazza, que se propõe à publicação e à publicidade da literatura afro-brasileira e que, conforme apurado por Oliveira (2018), efeito da efervescência política e cultural da época, associado à ampla discussão acerca da negritude – como pensamento, ação e empreendimentos editoriais na Espanha, França, América Latina e Estados Unidos – fizeram que com Maria Mazarello se resolvesse a criar uma editora genuinamente voltada para a publicação da cultura afrodescendente gestada no Brasil. É relevante mencionar que Maria Mazarello é uma mulher negra com uma trajetória acadêmica internacional e bem-sucedida, algo que a motivou e inspirou em seu empreendimento editorial em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2018).

Além das iniciativas já comentadas, Oliveira (2018) menciona outras editoras que podem ser consideradas “quilombos editoriais”, por sua independência e engajamento, que surgiram ao longo dos anos 2000, e que reforçam o interesse em publicar sobre cultura, religiões e história afro-brasileira; dentre estas, foram localizadas Ciclo Contínuo Editorial, fundada em 2009; Nandyala Editora, fundada em Belo Horizonte no início dos anos 2000; a Editora Ogum’s Toques Negros, que surge no ano de 2014 e, mais recentemente, no ano de 2015, a editora e a produtora cultural Malê, inaugurada com os objetivos de aumentar a visibilidade de escritores e escritoras negras contemporâneas; ampliar o acesso às suas obras; e contribuir com a modificação das ideias pré-concebidas sobre os indivíduos negros no Brasil”, conforme assinala Vagner Amaro em entrevista concedida ao site *Literafro* em 2018.

Considerando que o ciberespaço, especialmente as redes sociais, tem sido um dos principais veículos de informação e de trocas na atualidade, a centralidade das discussões raciais termina por deslocar-se da exclusividade dos livros e das revistas impressas para ocupar cada vez mais espaço em páginas de Facebook, canais no YouTube, dentre outros aportes disponibilizados na Internet.

Nesse contexto, esta pesquisa visa destacar como a atividade de blogagem coletiva, as *Blogueiras Negras*, desenvolvida pelo grupo de mulheres negras

apresentam um novo modelo de produção editorial engajada e comprometida com as causas raciais e feministas. Dialogando com o formato mobilizador das casas editoriais mencionadas anteriormente, o instrumento de publicação *Blogueiras Negras* traz uma intensa produção textual de diversos estilos e diversas autoras. As blogueiras mantêm uma agenda intensa de divulgação e de participação em eventos que versam sobre o feminismo negro e o racismo institucional, cuja luta para superação é constante e intensa.

Por todo o exposto, neste trabalho pretende-se demonstrar como, o instrumento de publicação *Blogueiras Negras*, incluindo o portal e suas redes sociais, pode ser considerado, também no ciberespaço, mais um “quilombo editorial” em sua resistência e empoderamento de suas parceiras e público leitor, já que a permanência independente de todas essas iniciativas editoriais são fundamentais na consolidação e legitimação de uma tradição escrita de mulheres negras no Brasil. Essas são publicações surgidas à margem, que descolonizam o olhar e possibilitam a construção de novos paradigmas, além do cânone tradicional, e também mais representativo e aglutinador de toda a diversidade nacional.

2. BLOGUEIRAS NEGRAS: CIBERESPAÇO E O CAMPO EDITORIAL

O mercado editorial tradicional, como foi demonstrado historicamente no capítulo anterior, apresenta-se distante e pouco acessível aos negros no Brasil. O ciberespaço tem de mostrado um caminho alternativo, amplo e de múltiplas possibilidades, no intuito de dar voz e oportunidade de publicação àqueles que o mercado tradicional não oportuniza. Compreender as estratégias de consolidação no ciberespaço, ao mesmo tempo, romper a hegemonia editorial e propor novas leituras do mundo e sua conformação, são os desafios impostos às *Blogueiras Negras* e analisados neste capítulo.

2.1 Ciberespaço: a nova era

O ciberespaço tem se mostrado um território dinâmico e, até certo ponto, democrático, no sentido em que as ferramentas necessárias para ocupá-lo e desbravá-lo estão disponíveis para todos os tipos de público, possibilitando as mais diversas discussões, debates e até mobilizações que transbordam ao mundo real. Levy (1999) define o ciberespaço “como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (LEVY, 1999, p. 93). E complementa que:

[...] o termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

O termo ciberespaço foi cunhado por William Gibson, em 1984, a partir de sua obra de ficção científica *Neuromante*. De acordo com Levy (1999), a obra de Gibson inaugura o universo das redes digitais e “torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível” (LEVY, 1999, p.93). Desta obra surgem os adeptos do afã tecnológico provocado pelo texto de Gibson, corrente esta que passou a ser denominada Cibercultura.

Levy (1999) aponta que o crescimento do ciberespaço é orientado por três princípios fundamentais: a interconexão; a criação de comunidades virtuais; e a inteligência coletiva.

A **interconexão**, mundial ou local, é um princípio básico do ciberespaço, na medida em que sua dinâmica é dialógica, ou seja, ela pressupõe que dois ou mais indivíduos estejam conectados à *Internet* e estabeleçam entre si conexões que poderão ser ampliadas até o surgimento das comunidades virtuais.

As **comunidades virtuais**, por sua vez, “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca” (LÉVY, 1999, p.127). É nesse ambiente virtual que as interconexões estabelecidas são ampliadas, discutidas e replicadas de modo a alcançar, inclusive, o mundo real. Raquel Recuero (2001) faz uma profícua discussão sobre o conceito “comunidade virtual” partindo da concepção de Reinghold (1994) sobre o tema. A autora afirma que, para Reinghold (1994), as comunidades virtuais são formadas pelas discussões públicas, por pessoas que se encontram e reencontram e, que mantêm contato através da *Internet* para levar adiante a discussão, o tempo e o sentimento (RECUERO, 2001). “Esses elementos, combinados através do ciberespaço, poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em comunidades” (RECUERO, 2001, s/p). Recuero (2001) ressalta que Reinghold (1994), assim como Pierre Levy (1999), extrapolam o conceito de comunidade, até então concebido por grande parte dos sociólogos, ao não considerar a necessidade de uma base territorial para consolidação das relações humanas na *Internet*.

Já a **inteligência coletiva** pode ser considerada a finalidade última do ciberespaço, pois ela descreve um tipo de inteligência compartilhada, que surge da colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades. “É uma inteligência distribuída por toda parte, na qual todo o saber está na humanidade, já que, ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa” (LÉVY, 1999, p. 212). Lévy (2007) afirma que o problema da inteligência coletiva consiste em descobrir um além da escrita ou da linguagem, de tal maneira que a informação seja universalmente difundida, que não seja controlada por organizações sociais isoladas, mas que seja naturalmente integrada por todas as pessoas e por uma usufruída.

A preocupação de Levy (2007) quanto ao futuro do acesso às informações, por meios que extrapolem a linguagem escrita, dialoga com as questões levantadas por Vilem Flusser, publicado originalmente em 1987, em seu livro *A escrita: há futuro para a escrita?*. Flusser (2010), como o próprio título demonstra, questiona o futuro da escrita após o advento dos códigos digitais, ou seja, o surgimento do ciberespaço. O autor reflete sobre a mudança da lógica de pensamento, lembrando que a escrita

alfabética de textos produz um pensamento linear, que por muitos séculos esforçou-se na superação de uma concepção imagética do mundo, enquanto a leitura de códigos digitais proporciona, por sua vez, um pensamento multidimensional, cibernético, estrutural. Nas palavras do estudioso,

[...] da mesma maneira como o alfabeto procedeu originalmente contra os pictogramas, os códigos digitais procedem atualmente contra as letras, para superá-las. Da mesma maneira como, originalmente, o pensamento fundamentado no alfabeto se engajou contra a magia e o mito (contra o pensamento imagético), também o pensamento baseado em códigos digitais se engaja contra ideologias processuais, “progressivas”, para substituí-las por modos de pensar cibernéticos, sistemoanalíticos e estruturais. E da mesma maneira como as imagens ao longo da história se defenderam para não serem suplantadas por textos, também o alfabeto atualmente defende-se para não ser suplantado pelos novos códigos – apenas um pequeno consolo para todos aqueles engajados na permanência da escrita de textos, pois a coisa se acelerou. O texto só conseguiu impelir as imagens e seus mitos mágicos para recantos como museus e o inconsciente no século 18, depois de uma luta de três mil anos. O pensamento digital vencerá de maneira mais veloz. (FLUSSER, 2010, p. 161)

Porém, antes de se aprofundar nas questões digitais, o autor saudosamente reflete sobre o poder que emana da pena (a escrita), tratando-o como uma espécie de campo magnético, ou o campo da pena. (FLUSSER, 2010, p. 139) Segundo Flusser (2010), o desejo de apropriação deste poder “se realizou na forma da cultura ocidental, e nesse sentido o campo de poder da pena pode ser caracterizado como a ‘infraestrutura’ de nossa sociedade” (FLUSSER, 2010, p.140).

Nesse contexto, *Blogueiras Negras*, ao inserirem-se no ciberespaço, firmam sua apropriação dos códigos digitais e ao mesmo tempo tornam-se visíveis no domínio da escrita como instrumento de poder e legitimidade na sociedade ocidental. Elas afirmam que a escrita é um dos principais caminhos para que, na atualidade, seja construída a identidade de mulheres negras de ascendência africana. “Mulheres, caneta e teclado para reinventar a tela e amplificar nossas vozes e nossas vidas, produzindo informação para fazer a cabeça.” (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019).

Portanto, a reflexão proposta por Flusser (2010), em princípios dos anos de 1980, demonstra o quanto o acesso à escrita é signo de poder na sociedade ocidental e, chama a atenção para a importância de uma leitura digital na era da cibercultura.

2.2 Campo editorial: tradição x democratização

Cientes, de que a “palavra publicada exerce sobre o mundo edificado pelo homem um efeito que simultaneamente o ordena e é atestador desse ordenamento” (MEDEIROS, 2009, p.131); *Blogueiras Negras* tomam para si a função de edição e organização de uma série de textos dos mais diversos formatos, oriundos de autoras negras de todos os cantos do Brasil e do mundo, no intuito de tornar real e legitimamente ordenada a escrita e, por conseguinte, a existência dessas mulheres e de suas histórias. Portanto, investigar o instrumento de publicação *Blogueiras Negras* é buscar colocar em prática uma lógica decolonial de construção de novas epistemologias, a partir dos muitos feminismos existentes e suas justas reivindicações.

Aníbal Bragança (2005), em seu texto sobre o ofício do editor, analisa a etimologia da palavra e, por conseguinte, relaciona as múltiplas funções que o cargo encerra. Bragança (2005) ressalta a posição crucial que o editor ocupa na organização e distribuição de um livro, define a importância de sua função na sociedade ocidental e o poder que carrega:

São os editores, (...), que decidem que textos vão ser transformados em livros. E, pensando em qual público a que devem servir, como serão feitos esses livros. Mesmo quando não é deles a iniciativa dos projetos, é deles que parte a direção a seguir. É neste lugar de decisão e de comando, e de criação, que está o coração do trabalho de editor. É também esse lugar que exige dele saberes específicos (“escolher, fabricar, distribuir”), que o diferenciam dos demais agentes envolvidos no processo editorial, e lhe impõe responsabilidades únicas, profissionais, sociais, econômicas, financeiras, administrativas e mesmo (juntamente com os autores) judiciais. (BRAGANÇA, 2005, p. 224)

Nuno Medeiros (2009, 2012), ao refletir sobre o mesmo tema, rememora a supervalorização com que, historicamente, foi tratada a figura do editor e atualiza sua interpretação, demonstrando a amplitude de sujeitos que estão envolvidos no processo de edição, porém continua ressaltando a sua função de descobridor e seletor de textos publicáveis e seu poder de outorga e autorização para edição e publicação da obra escrita.

O editor será, nesta acepção, um interveniente activo na descoberta e triagem de textos passíveis de publicação, imiscuindo-se activamente no texto seleccionado ou encomendado, propondo alterações de estilo, conteúdo ou forma. (...) Actor de corpo inteiro no livro, o editor percorre o mosaico de interstícios funcionais e simbólicos que modelam a casa onde actua e a posição que ocupa no sector perante os vários co-protagonistas, do leitor ao professor, do impressor ao bibliotecário, do distribuidor ao livreiro. Pensado e

pensando-se como instância de autorização das obras, os seus cometimentos substanciam-se numa afectividade professada com o plano da cultura. (MEDEIROS, 2012, p. 36 e 37)

Bragança (2005) e Medeiros (2009, 2012) explicitam em suas análises a especial capacidade que o editor possui de conferir ou não poder simbólico a textos e autores que a eles se acorrem em busca de reconhecimento a partir de suas publicações.

Pierre Bourdieu (1989) nomeia as instâncias de construção do conhecimento e de conformação do mundo social como sistemas simbólicos. Esses sistemas, como arte, religião, língua, cumprem a função de instrumentalizar, politicamente, a dominação de uma classe sobre a outra, legitimando-a e reforçando a sua própria força em relação à força dos dominados. Essa força, denominada pelo autor de poder simbólico, é na verdade

[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social), (...) uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 1989, p. 9)

Nesse contexto, os processos ideológicos são fundamentais na consolidação do poder simbólico entre os grupos dominantes e dominados. Visto que, conforme Bourdieu (1989), a ideologia tende a apresentar como interesse universal, algo que, a princípio, serve a interesses particulares; além de (a ideologia) se opor (e tornar pejorativo) ao mito, fruto do coletivo e coletivamente apropriado. Por conseguinte, a cultura dominante, produto dessas interações ideológicas, contribui sobremaneira para a integração real da classe dominante, como geradora de uma comunicação imediata e distintiva de outras classes. A cultura dominante integra de forma fictícia toda a sociedade, a partir da desmobilização das classes dominadas e legitima a ordem estabelecida, assim como as instâncias que reproduzem essas legitimações (BOURDIEU, 1989).

Aníbal Quijano (1992), ao apresentar o conceito de colonialidade do poder, demonstra o exposto por Bourdieu (1989) sobre a utilização do poder simbólico como estratégia de manipulação das classes dominadas. Sua reflexão toma por base os processos de colonização na América Latina, África e Ásia e a reverberação desse processo até os dias atuais, especialmente na América Latina, onde foi imposta uma atrofiação em seu desenvolvimento cultural. A colonialidade do poder ou cultural, como o autor cita em alguns momentos, consistia na imposição pelos colonizadores de uma

imagem mistificada de seus próprios padrões de conhecimentos e significações, primeiro

Los colocaron (...) lejos del acceso de los dominados. Más tarde los enseñaron de modo parcial y selectivo para cooptar algunos dominados en algunas instancias del poder de los dominadores. Entonces, la cultura europea se convirtió, además, en una seducción: daba acceso al poder. Después de todo, más allá de la represión, el instrumento de todo poder es la seducción. La europeización cultural se convirtió en una aspiración. Era un modo de participación en el poder colonial pero también podía servir para destruirlo y, después, para alcanzar los mismos beneficios materiales y el mismo poder que los europeos; para conquistar la naturaleza. Em fin, para el “desarrollo”. La cultura europea pasó a ser un modelo cultural universal. El imaginario en las culturas no-europeas, hoy difícilmente podría existir y, sobre todo, reproducirse, fuera de esas relaciones. (QUIJANO, 1992, p. 12)¹⁵

O modo como é descrita e qualificada a função do editor por Bragança (2005) e Medeiros (2009, 2012), atrelada às formas de dominação cultural analisadas e explicitadas por Bourdieu (1989) e Quijano (1992), instauram o editor de livros e o processo de edição em uma posição estratégica dentro deste arquitetado jogo de dominação e aniquilação cultural.

Portanto, reconhecer o viés editorial de *Blogueiras Negras*, especialmente quanto à seleção, organização e editoração dos textos veiculados, por meio do site *Blogueiras Negras* e suas redes sociais, é inscrevê-las no seletivo *roll* dos editores, o que significa para alguns autores fazer parte do grupo de entes que “moldam a criação e a dispersão de ideias, do conhecimento científico e da cultura popular” (POWELL *apud* MEDEIROS, 2009, p. 134); “personagens-filtro, decidindo quem merece patrocínio e exclusão na arena de circulação textual, interferindo na própria outorga da distinção autoral.” (MEDEIROS, 2009, p. 134); tornando-as participantes ativas no campo de lutas para a ruptura das violências simbólicas a que estão submetidas, historicamente, as mulheres negras e, ao mesmo tempo, propondo novas e outras formas de se pensar e produzir o mundo cultural e epistemicamente.

Bourdieu (1989) localiza as condições de produção e disseminação cultural no campo de lutas simbólicas, em que está em jogo a legitimação da violência simbólica, ou seja, o poder de impor instrumentos de conhecimentos e de expressão arbitrários

¹⁵ “Colocaram (os padrões de conhecimentos europeus) longe do acesso dos dominados. Mais tarde os ensinaram de modo parcial e seletivo para cooptar alguns dominados em algumas instâncias de poder dos dominadores. Então, a cultura europeia se converteu em uma aspiração. Era um modo de participação no poder colonial, mas também podia servir para destruí-lo e, depois, para alcançar os mesmos benefícios materiais e o mesmo poder que os europeus, para conquistar a natureza. Enfim, para o “desenvolvimento”, a cultura europeia passou a ser um modelo cultural universal. O imaginário nas culturas não europeias, hoje difícilmente poderia existir e, sobretudo, se reproduzir fora destas relações.”(QUIJANO, 1992, p. 12) Tradução nossa.

à realidade social. Apropriar-se do ciberespaço como campo de lutas e meio de ruptura desse ciclo violento é um caminho viável, mas que também implica reconhecimento e legitimidade por aqueles saudosos do livro impresso propriamente dito. Bragança (2005) conclui seu texto sobre o editor, sem se debruçar sobre a questão das produções no ciberespaço e minimizando a importância do editor neste veículo.

Sabe-se que a crise no setor trouxe mudanças e novas possibilidades, que levaram ao surgimento de tipos novos de editores, como o editor executivo e o editor “autônomo”. E que essa função não é mais só a que faz o livro nascer e circular o livro impresso. Sem a importância que teve antes, sua atuação espalha-se por diferentes mídias, inclusive, em muito, no mundo digital. (BRAGANÇA, 2005, p. 235)

E Medeiros ao refletir sobre o ciberespaço e o papel do editor conclui que

À medida que a tecnologia aumenta a sua influência na edição, a definição do que é editar torna-se crescentemente difusa. Sob muitos pontos de vista, tornar público, hoje, é criar um blogue, um sítio na internet ou fotocopiar um conjunto de palavras apostas numa folha de papel e distribuí-lo. (MEDEIROS, 2012, p. 34 e 35)

A reflexão feita por Medeiros (2012) acerca da função do editor e do ciberespaço foi limitante e, de certo modo, pejorativa frente a amplitude de possibilidades que as tecnologias de informação e comunicação oferecem para disseminação e transformação das estruturas vigentes de conhecimento.

De certo modo, ambos autores explicitam os desafios de ruptura do *status quo* do controle e disseminação cultural e, muito embora *Blogueiras Negras* não se constitua em um espaço editorial convencional – mas exista no ciberespaço e, por causa disso, sujeito, de forma mais imediata, às interferências do mundo externo – ainda assim o processo de editoração de textos em *Blogueiras Negras* obedece regras, parâmetros e perfil editorial, tal qual às editoras tradicionais. O ciberespaço é um território fluido, cujos limites aparentemente não existem, e que por mais que as correntes tradicionais resistam, é o meio em que as transformações e as visões de mundo tem se reconstruído.

2.3 *Blogueiras Negras*: mercado e os bens simbólicos

Entendendo que o instrumento de publicação *Blogueiras Negras* é um instrumento político de denúncia e de reivindicação feminista negro e que a arena

escolhida para o desenvolvimento de suas lutas é o terreno movediço do ciberespaço, a apropriação dos conceitos de *campo* e *habitus*, cunhados por Bourdieu, é eficaz na construção de uma compreensão das estratégias editoriais desenvolvidas pelas blogueiras na consolidação de seu instrumento, como também referência para a publicação de autoras negras e, ao mesmo tempo, utilizando-se dos artifícios hegemônicos na construção de capital simbólico contra-hegemônico significativo.

De um lado, Bourdieu (1983) caracteriza o campo por espaço social, mais ou menos limitado, em que os atos individuais e coletivos acontecem dentro de um conjunto de regras criadas e transformadas todo o tempo por essas ações. Por outro lado, esses espaços trazem em seu cerne uma dinâmica determinada ou determinante, na mesma medida que sofrem influências e, portanto, modificações de seus atores. Devendo ser entendidos entre si, originando espaços sociais mais abrangentes, conexos, influenciadores e influenciados ao mesmo tempo.

O campo pode ser considerado, ainda, tanto como um "campo de forças", pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um "campo de lutas", no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura (BOURDIEU, 1996). O autor complementa que o campo científico é, dessa maneira, um espaço em que pesquisadores disputam o monopólio da competência científica, cujo funcionamento pode ser comparado a um jogo, onde os princípios do funcionamento são dominados por seus participantes. (BOURDIEU, 1998)

Blogueiras Negras é um instrumento editorial que demonstra consciência dos desafios representados pelo campo escolhido e buscou, desde a sua concepção, apropriar-se dos recursos oferecidos pelo campo para consolidar-se, ampliar seu alcance e tornar-se referência dentro do nicho em que resolveu se fixar. *Blogueiras Negras* cria sua própria

[...] lógica anti-econômica, (...) pois privilegia a produção e suas exigências específicas, oriundas de uma história autônoma, essa produção que não pode conhecer outra demanda, senão a que ela própria pode produzir. (BOURDIEU, 1992, p. 162)

A demanda: produção intelectual de mulheres negras, refletindo a própria realidade, com respaldo e as exigências que as "regras da arte" já estabelecidas impõem. Em outras palavras, garantindo credibilidade e legitimidade.

Bourdieu (1992) em seu texto "O Mercado dos bens simbólicos" faz uma análise detalhada do mercado editorial a partir de princípios do século 20 até meados deste

mesmo século, e observa que fatores como tempo, público e instituições são os que garantem ou não a permanência e consolidação de uma editora no mercado. Bourdieu (1992) destaca os dois diferentes modos de produção e circulação dos bens oriundos dos campos artístico e literário.

Em um polo, a economia anti-"econômica" da "arte pura", que se baseia na acumulação de capital simbólico, cuja legitimação ocorre por meio da negação do capital econômico e do afastamento das necessidades criadas por outras demandas. No outro polo, a lógica "econômica" das indústrias literárias e artísticas que, fazendo do comércio dos bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade à difusão, ao sucesso imediato e temporário, medido, por exemplo, pela tiragem, e contentam-se em ajustar-se à demanda preexistente da clientela. (BOURDIEU, 1992, p. 163)

A figura a seguir descreve, *grosso modo*, como Bourdieu interpreta o comportamento das editoras francesas frente ao mercado e à demanda do público e como isso resulta na produção de "obras puras" ou capital simbólico, e/ou ainda, produtos comerciais massificados.

PRODUÇÃO CULTURAL PARA O MERCADO	PRODUÇÃO DE OBRAS PURAS
LUCRO IMEDIATO, SEM CAPITAL SIMBÓLICO	GERA CAPITAL SIMBÓLICO – LUCRO ECONÔMICO A LONGO PRAZO
DEMANDA PREEXISTENTE	PRODUZ PRÓPRIA DEMANDA
CICLO DE PRODUÇÃO CURTO	CICLO DE PRODUÇÃO LONGO
ENVELHECE RAPIDAMENTE, TENDENDO AO DESAPARECIMENTO	O ENVELHECIMENTO VEM ATRELADO AO RECONHECIMENTO

Figura 1: Duas lógicas econômicas – Bourdieu, 1992.

López Winne e Malumián (2016) categorizam os dois modelos de editoras descritas na figura como capitalista selvagem (primeira) e humanista (segunda). O modelo capitalista selvagem é

El que la publicación está determinada por los beneficios económicos y no por la calidad de los libros. El factor fundamental al momento de decidir si un libro integrará su catálogo no son los méritos intrínsecos sino su capacidad de venta. Este tipo de editor compra los derechos de una obra con miras

exclusivamente en el rédito económico. (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016, p. 15)¹⁶

O modelo humanista, por sua vez, é definido pelos autores cujo editor está mais interessado com os ganhos de ordem simbólica que a obra publicada poderá lhe proporcionar. O editor, nesse caso, possui liberdade financeira para publicar o que gosta e pode alcançar a mais alta qualidade sem se preocupar com o valor investido (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016). Os autores provocam uma reflexão acerca do controle do julgamento do gosto cultural e, conseqüentemente, da capacidade geradora de capital simbólico que as editoras detêm e o quanto suas intenções comerciais interferem na cena cultural de forma geral.

Si tomamos em consideración que la bibliodiversidad no es más que la diversidad cultural aplicada al mundo del libro, veremos que las editoriales que materializan esa polifonía son aquellas que juzgan las obras por su calidad literaria o intelectual y no por su rédito económico. Si la edición que no se limita a la mera búsqueda de retorno comercial queda marginada a quienes pueden financiarse con otros ingresos, entonces estamos en presencia de un sector débil, pequeño y antojadizo. Si una gran parte de la industria respondiera a este tipo de editor, tendríamos un problema de corte sociocultural, pues quedaría en manos de las clases con los medios de producción la selección de los textos que deberían fomentar el pensamiento crítico, la literatura de calidad y la bibliodiversidad en el más amplio de sus sentidos. (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016, p. 14 e 15)¹⁷

Tentando equilibrar as duas demandas que a produção editorial reivindica para si, tanto financeira quanto simbólica, os autores apresentam as iniciativas híbridas ou independentes, que são aquelas que buscam equilibrar a capacidade de geração de lucros e o comprometimento com a qualidade e a geração de capital cultural significativo (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016). As iniciativas independentes, como sinaliza Oliveira (2018), buscam atrair a atenção de públicos específicos, de modo a

¹⁶ “O que a produção está determinada pelos benefícios econômicos e não pela qualidade dos livros. O fator fundamental no momento de decidir se um livro integrará seu catálogo, não são os méritos intrínsecos, sim sua capacidade de venda. Este tipo de editor compra os direitos de uma obra com vistas exclusivamente ao retorno econômico.” (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016, p. 15). Tradução nossa.

¹⁷ “Se considerarmos que a bibliodiversidade não é mais que a diversidade cultural aplicada ao mundo do livro, veremos que as editoras que materializam essa polifonia são aquelas que julgam as obras por sua qualidade literária ou intelectual e não por seu retorno econômico. Se a edição que não se limita a mera busca por retorno financeiro fica a margem de quem pode se financiar com outros recursos de entrada, então estamos diante de um setor fraco, pequeno e caprichoso. Se uma grande parte da indústria respondesse a este tipo de editor, teríamos um problema de corte sociocultural, pois ficaria nas mãos das classes com os meios de produção a seleção dos textos que deveriam fomentar o pensamento crítico, a literatura de qualidade e a bibliodiversidade no mais amplo de seus sentidos.” (LÓPEZ WINNE; MALUMIÁN, 2016, p. 14 e 15)

garantir rentabilidade, ao mesmo tempo em que atenta-se à qualidade do conteúdo publicado.

Atualizando essa reflexão para uma análise do instrumento de publicação *Blogueiras Negras*, observa-se o princípio de não-priorização do capital econômico, mas a busca de uma consolidação de um capital simbólico relevante como uma das características na produção dessas mulheres. Fatores como demanda, ciclo de produção e manutenção ao longo do tempo, se analisados à luz das reflexões bourdieianas, demonstram que, como uma “editora independente” de pequeno porte, *Blogueiras Negras*, quanto à sua postura editorial, tende ao reconhecimento e, conseqüentemente, legitimação de seus pares, visto que suas publicações são geridas pelas demandas de seu público leitor, que em parte também são coautores. O ciclo de produção é constante e a periodicidade de publicação é intensa por um período relativamente longo, considerando-se o ciberespaço como meio de publicação. No entanto, reforça-se a não existência de retorno financeiro ou de lucro, visto que as publicações são gratuitas e as contribuições financeiras são espontâneas partindo das colaboradoras e leitoras do portal.

Essas características, além de enquadrá-las no modelo editorial proposto por Bourdieu (1992), também as posiciona no conjunto de iniciativas denominadas por Luiz Henrique Silva Oliveira (2018) de quilombo editorial. *Blogueiras Negras* é um quilombo editorial por seu comprometimento

[...] com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico, (OLIVEIRA, 2018, 157)

Alem disso, o comprometimento também é o de privilegiar a escrita de mulheres negras, suas ações estabelecimento de redes de sociabilidade, atuação, intervenção cultural e resistência.

2.4 *Habitus* e escrevivências

Habitus, conceito retomado por Bourdieu (1983), propicia uma interpretação aguda e, ao mesmo tempo, sensível das estratégias desenvolvidas por *Blogueiras Negras* para romper com as hegemonias editoriais existentes no mundo real, e sua consolidação no Ciberespaço. *Habitus*, é definido por Bourdieu por um conhecimento praxeológico, ou seja, produto da atividade histórica socialmente constituída e

portador de experiências acumuladas no curso de trajetórias individuais ao longo do tempo. O *habitus* pode ser visto como uma síntese dos estilos de vida e dos gostos pelos quais apreciamos o mundo e nos comportamos nele. (Bourdieu, 2007).

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais; concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquiridos nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e agir do cotidiano. (Setton 2002, p.63) *Habitus*

[...] é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p. 56)

Quando tomamos conhecimento do *Blogueiras Negras* em 2015 e de sua profícua produção, o site apresentava um layout arrojado, moderno, dialogando com as lutas urbanas e marginais que perpassam o grupo, mas ao mesmo tempo trazia uma organização temática e de conteúdos a exemplo de revistas femininas *online* convencionais¹⁸.



Imagem 5 – Tela inicial do Portal *Blogueiras Negras* em novembro de 2017

O site trazia, na ocasião, a organização das abas temáticas encabeçadas por “Identidade” e “Resistência”, que explicitavam as intenções e objetivos de todo o

¹⁸ *Alto Astral*. Disponível em: <<https://www.altoastral.com.br/>>. Acesso em: 28 fev. 2020. *Claudia* Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/>>. Acesso em: 20 fev.2020. *Marie Claire*. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/>>. Acesso em: 28 fev. 2020; *Vogue* Disponível em: <<https://vogue.globo.com/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

grupo, seguidas das convencionais “Saúde e beleza”, “Estilo de vida”, dentre outras. A organização da página inicial do portal *Blogueiras Negras* colocava em operação o que Bourdieu (1998) convencionou tratar por *habitus*, visto que houve, conforme comentado anteriormente, uma apropriação de parte do layout de uma revista eletrônica convencional, acrescida da introdução em primeiro plano dos temas que mobilizam aquelas mulheres: “identidade e resistência”. Bourdieu (1998) explica que *habitus* é uma internalização de regras e normas sociais, sujeitas a aspectos de condutas do indivíduo, que não são previsíveis. É como um jogo que se conhece as regras e o seu sentido, mas é possível improvisar. (Bourdieu, 1998)

Essa disposição transborda na concepção do instrumento de publicação, que além de conteúdos característicos de uma revista feminina *online*, tais como saúde, beleza e bem-estar da mulher negra, apresenta também questionamentos políticos e reivindicações, numa tentativa de rompimento com séculos de silenciamento e naturalização das desigualdades.

Blogueiras Negras, traduzido a partir deste conceito, é a materialidade da observância ao longo dos anos do fazer intelectual branco, associado às próprias necessidades e reivindicações ressignificadas em um formato midiático, acadêmico, político, denunciativo e pedagógico. Para tanto, as blogueiras valem-se de suas escrevivências atreladas ao manual por elas desenvolvidos, que orientam o formato das publicações, apropriando-se do *habitus* editorial branco e ressignificando-o para o ciberespaço e, especialmente, para mulheres negras.

Conceição Evaristo (2005), ao tratar do conceito de escrevivências, por ela cunhado, digressiona sobre o machismo e o racismo que circunscreve a escrita e, porque não, a existência da mulher negra na sociedade. Evaristo diz

Assenhoreando-se ‘da pena’, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no *corpus* literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. Na escrita busca-se afirmar a duas faces da moeda num único movimento, pois o racismo como lucidamente observa Sueli Carneiro, (op.cit. 51) ‘determina a própria hierarquia de gênero’ em sociedades como as latino-americanas, multirraciais, pluriculturais e racistas. (EVARISTO, 2005, p. 2014)

As publicações veiculadas no instrumento de publicação *Blogueiras Negras* (site, redes sociais, etc.) estão intrinsecamente relacionadas às experiências pessoais

de suas autoras. Portanto, cada publicação disponível no portal é, de fato, uma escrevivência. O trabalho de edição desenvolvido é uma atividade de mediação entre as autoras e o público, “forjando um processo comunicativo entre a elaboração textual e o quadro social mais vasto (...), fazendo parte daquelas realidades que determinam o sentido.” (MEDEIROS, 2009, p. 132).

Bourdieu (1992), embora não teorizasse sobre o ciberespaço, e Flusser (2010), que apresentou suas conjecturas a respeito sem, de fato, experienciá-lo, explicitaram, a seu modo, os processos culturais hegemônicos que demarcam a sociedade ocidental e apontaram, até certo ponto, os limites dessa dominação. Flusser (2010), ao preconizar o fim da escrita e o advento dos códigos digitais, e Bourdieu (1989), ao evidenciar as estruturas pelas quais são construídas as hegemonias culturais, econômicas e sociais e, de certo modo, municiam àqueles que desejam romper ou ao menos questionar tais estruturas, com argumentos e estratégias para fazê-lo.

3. *BLOGUEIRAS NEGRAS*: ESTRATÉGIAS EDITORIAIS

O ciberespaço como espaço popular, concorrido, cuja temporalidade destoa do tempo real, desafia seus usuários a persistir em publicações ou ofertas de conteúdos que cativa o público e gere expectativa quanto às próximas atualizações e discussões propostas. Devido à enormidade de informações que flui todo o tempo pela rede, tornar-se interessante é missão desafiadora e incontestável para que o site, blog ou qual seja a ferramenta utilizada mantenha-se minimamente relevante em todo esse contexto disputado e efervescente. Para tanto, iniciativas de publicação como *Blogueiras Negras* apropriam-se do ciberespaço num exercício do que Malin e Autoun (2013) convencionaram chamar de midialivrismo ciberativista, ou seja,

[...] reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos. (MALIN E AUTOUN, 2013, p. 22)

Charô Nunes (2019) reconhece o perfil midialivrista do *Blogueiras Negras*. Nos objetivos do grupo, a autora descreve o compromisso de suas publicações com a busca por justiça social e democracia.

Promover e celebrar a cultura afrodescendente através da mídia negra, usando como instrumentos as bases midialivristas e democráticas de comunicação, buscando sempre o diálogo com a sociedade, sempre deixando nossos espaços abertos a interação, contribuindo com a comunidade na troca de informação. (*BLOGUEIRAS NEGRAS*, 2019)

Como já informado anteriormente, *Blogueiras Negras*, quando apresentado ao público, surge, simultaneamente, nas diversas redes sociais e ferramentas de publicação disponíveis na Internet, possibilitando uma ampliação do acesso e alcance de suas publicações. Para o desenvolvimento deste trabalho, será analisado mais detidamente o site *Blogueiras Negras*¹⁹. O site por possuir maior riqueza de informações acerca da iniciativa e, por seu formato mais independente e menos engessado que o imposto pelas redes sociais, explicita melhor a identidade visual do projeto, bem como, traz maiores informações acerca da história, intenções e agendas das envolvidas com o instrumento de publicação.

¹⁹ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

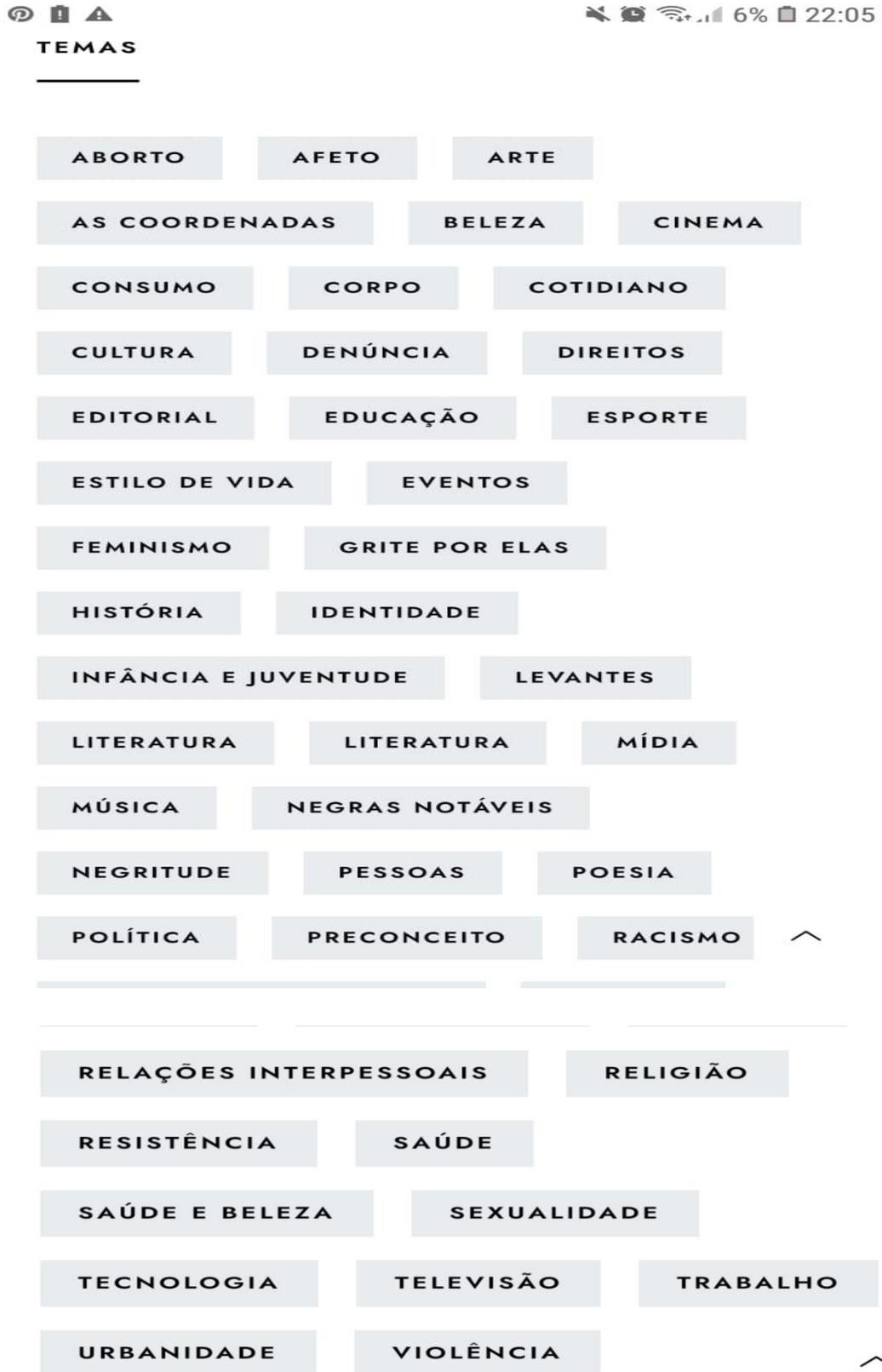
3.1 Feminismos (re)existentes e *Blogueiras Negras*

Blogueiras Negras, desde a sua concepção, sempre ressaltou a postura feminista negra ou interseccional que as ações desenvolvidas pela coordenação ou pelas colaboradoras denotam. Essa autoafirmação confirma o comprometimento e a determinação destas mulheres em se fazerem ouvir e proporcionar à sociedade uma reflexão menos misógina e racista da realidade.

Constância Lima Duarte (2003) reflete que, diferentemente ao ocorrido em outros países, existe na sociedade brasileira uma forte resistência em torno da palavra “feminismo”. Embora exista o reconhecimento das conquistas inquestionáveis do movimento, no que tange aos direitos das mulheres, tais como a luta constante por equiparação nos salários, direito ao voto, frequentar a universidade, dentre outros, para a autora, a maior derrota do feminismo foi

[...] ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra, e não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d’água, o oposto de “feminina”. (DUARTE, 2013, p. 151)

Blogueiras Negras é um exemplo de movimentação que se consolida no terreno fluido das redes sociais e do ciberespaço. Com seus mais de 1000 artigos publicados, desde 2012, em um contexto em que afirmar-se “feminista negra” é correr o risco de ser rotulada pelas alcunhas negativas, a que estão relacionadas às mulheres conscientes dessa corrente crítica no Brasil. A diversidade temática observada nas publicações do *Blogueiras Negras* reforça a necessidade de uma pauta feminista negra no Brasil frente às reivindicações do feminismo hegemônico, por assim dizer.



Imagens 6 e 7 – Índice temático no portal *Blogueiras Negras*, versão para celular.
 Fonte: < <http://blogueirasnegras.org/> >. Acesso em: 15 mar. 2020.

Apesar dos contornos negativos em torno dos feminismos existentes, afirmar-se feminista negra demonstra a coragem de se impor politicamente e participante das reivindicações dos movimentos feministas contra-hegemônicos como um todo, mas reiterando as idiosincrasias do ser mulher e negra em uma sociedade sexista e racista como a brasileira. *Blogueiras Negras* autoafirmam-se e fazem de suas redes no ciberespaço, instrumentos de luta e dão voz a centenas de blogueiras/escritoras que em textos/crônicas refletem, debatem e denunciam os silenciamentos e a invisibilidade a que estão fadadas as mulheres negras na sociedade, desde a colonização.

Como feminista negra tenho basicamente duas opções. Conquistar espaços que me são hostis ou criar novas possibilidades. (...) Estou dizendo que feministas negras também precisam de seus espaços. Você pode chamar isso de feminismo negro excludente (à exemplo do que fazem com o próprio feminismo) ou você pode, antes de nos criticar, se informar sobre os porquês dessa necessidade. Não há qualquer racismo reverso envolvido, tal coisa não existe. Nós não temos o poder de segregar a nós mesmas. O que estamos fazendo é justamente lutar contra tudo que nos aparta, nos torna inviáveis até mesmo nos meios feministas²⁰. (NUNES, 2013).

Vejo certa relutância por parte de feministas brancas a conceberem relevância ao feminismo negro dentro do movimento feminista hegemônico. A voz da negra, até mesmo dentro desses movimentos, é silenciada, como se fôssemos dramáticas demais, enxergássemos demais, ouvíssemos demais: contudo, entre tantas, essa é apenas mais uma forma de silenciamento²¹. (PAULA, 2014.)

Rosalia de Oliveira Lemos (1997), em sua dissertação de mestrado, traça um percurso histórico da formação do feminismo negro no Rio de Janeiro, a partir da década de 1950 até meados da década de 1990. É interessante observar que os movimentos de mulheres negras investigados não se denominavam feministas a princípio, já que eles surgiram, principalmente, para incluir nas pautas do movimento negro, reivindicações pertinentes à vivência de mulheres negras na sociedade. Lemos (1997) cita Gonzáles (1982) ao descrever, como que os primeiros contatos, entre os Movimentos de Mulheres Negras e as feministas eram pautados pela acusação destas últimas de que as mulheres negras e suas questões provocavam cisões dentro do movimento feminista e suas colocações rotuladas de emocional ou até mesmo revanchistas. Nesses embates, as mulheres negras só encontravam apoio e

²⁰ Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/como-feminista-negra/>>. Acesso em: 20 jan. 2020

²¹ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/voces-veem-preconceito-em-tudo-o-silencio-da-mulher-negra-nos-movimentos-feministas/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

solidariedade nas representantes de regiões mais pobres, visto que eram mestiças em sua maioria. González (1997) conclui que

Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma grande questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca. (GONZÁLEZ apud LEMOS, 1997, p. 57)

No mesmo período em que González (1982) colocava em debate pautas e questões de mulheres negras para o feminismo hegemônico no Brasil, hooks (2015), em texto publicado originalmente em 1981, desenvolvia, nos Estados Unidos, uma veemente crítica ao movimento feminista tradicional, por não considerá-lo representativo de todas as classes de mulheres que constituem a sociedade. Para ela, mulheres negras estão em uma condição social geral mais inferior a de qualquer outro grupo, pois suporta a opressão machista, racista e classista. hooks (2015) explica que, para a mulher negra, não existe o “outro” a ser oprimido, pois ela é o “outro” de todos os demais grupos. E, por isso, as lutas anti-racismo não são, de fato, justas e igualitárias, pois não questionam o sexismo do homem negro em relação à mulher negra. Por isso, as lutas feministas não alcançam a totalidade das mulheres, por não colocarem a questão racial como fator de privilégio e de opressão entre as mulheres brancas em relação às mulheres negras. A autora conclui ser

[...] essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. (hooks, 2015, p.208)

Angela Davis (2016), em seu livro *Mulheres, raça e classe*²², trata da questão da interseccionalidade no feminismo americano, antes mesmo de o termo ser cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Para Davis (2016), é importante a utilização de outros parâmetros para a feminilidade, visto que no período escravagista, homens e mulheres eram tratados da mesma forma, ambos desempenhando o mesmo tipo de trabalho forçado sem diferenciação por gênero. Para a autora, essa configuração da força de trabalho, neste período, rompe com a lógica que relaciona a fragilidade à

²² Obra lançada nos Estados Unidos em 1981, sendo publicada no Brasil apenas em 2016 pela Editora Boitempo.

figura feminina, quando se trata da mulher negra; ou seja, se faz necessário observar que a escravidão construiu uma feminilidade outra, baseada na exploração da força de trabalho e sexual, opressão e negação de direitos. Portanto, construir um movimento feminista que repense a reivindicação de direitos para as mulheres sob uma lógica anti-capitalista, anti-racista e anti-sexista, é fundamental e urgente.

Djamila Ribeiro (2017), em seu livro *O que é lugar de fala?*, traz um trecho do épico discurso de Sojourner Truth, “*Ain’t a woman*”, que em pleno século XIX, nas lutas americanas pelo sufrágio feminino, já apresenta as premissas e a necessidade de um feminismo negro, ou seja, um feminismo que abranja outras lutas e reivindicações e não somente a de mulheres brancas americanas:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? (...) Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? (RIBEIRO *apud* GELEDÉS, 2017, p.20.)

O excerto acima é bem representativo do que Angela Davis (2016) afirma sobre a não distinção entre o trabalho masculino e feminino no período escravagista americano e, portanto, a incongruência existente nos discursos feministas da época no que tange às reivindicações e às necessidades de mulheres negras frente às defendidas por mulheres brancas.

Sueli Carneiro (2003), ao reivindicar o “enegrecimento” do feminismo, atualiza o discurso de Sojourner Truth e retoma o posicionamento de Davis (2016), ao questionar sobre quais mulheres o feminismo representa. Segundo a autora, mulheres negras nunca se enquadraram no mito da fragilidade feminina, visto que sempre fizemos parte de um contingente de mulheres,

[...] que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. (...) Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhaszinhas e de senhores de engenhos tarados. (...) Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2003, p. 1)

As exposições feitas por estas autoras refletem a desumanização e a objetificação com que mulheres negras foram e são tratadas, historicamente no Brasil e, conforme citações, também nos Estados Unidos. A crueza da invisibilidade da mulher negra e sua reificação realçam a violência em que foi calcada a civilização do “Novo mundo” e, embasam os resultados da pesquisa de Trindade (2019), que serão discutidos nos próximos tópicos, em que explicita a naturalização desta violência e a resistência de alguns grupos em modificar este estado de coisas.

Nesse contexto, os feminismos contra-hegemônicos têm encontrado na união e valorização dos diferentes anseios expressos, conforme sua posição geográfica, de classe ou racial e, de gênero; uma estratégia poderosa na publicização das diferentes realidades das mulheres ao redor do mundo. Partindo das reflexões propostas por González (1982), hooks (2015), Davis (2016), Truth e Carneiro (2003), por uma reflexão feminista contra-hegemônica, toma espaço nos meios acadêmicos às teorias feministas interseccionais, pós-coloniais, decoloniais/comunitárias, trazendo cada uma dessas teorias uma ampliação da discussão feminista e explicitando a diferente concepção do “ser mulher” no mundo contemporâneo.

Kimberlè Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Blogueiras Negras afirmam a condição interseccional de seu instrumento de publicação no link “Quem somos”, no portal *Blogueiras Negras*, ao comprometerem-se em tornar sua escrita

[...] ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente. Acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos²³. (BLOGUEIRAS NEGRAS)

Colocando em destaque o combate às diversas formas de opressão e exclusão a que estão submetidas as mulheres negras e, principalmente, cumprindo a promessa

²³ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

de celebrar a história de cada mulher em toda sua complexidade e luta para existir, a iniciativa *Blogueiras Negras* torna-se um refúgio e a consolidação de um desejo, até então, utópico de escuta e compreensão.

Já no contexto pós-colonialista, Spivak (2010) e Bahri (2013) desenvolvem uma crítica ao feminismo ocidental, por razões similares às descritas por hooks (2015) e, especialmente, ao estereotipar ou generalizar em excesso a questão da “mulher do Terceiro Mundo”, e criticam, também, os estudos pós-colonialistas, por não problematizarem, com veemência, o que Bahri (2013) chama de “*conluio do patriarcado e do colonialismo*” em um movimento orquestrado de opressão às mulheres. Spivak (2010), em seu livro *Pode o subalterno falar?*, explicita o sujeito subalterno como um sujeito marginalizado, aquele que se localiza nas

[...] camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. (SPIVAK, 2010, p.12.)

A autora defende a autonomia e oportunidade de fala de mulheres subalternizadas, ou seja, as mulheres sob opressão de classe ou de raça, pois o intelectual não deve jamais “falar em nome de”. A proposta de Spivak é que seja tarefa do intelectual pós-colonial criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido. Pois, para Spivak, “falar em nome” dessas mulheres implicaria a manutenção de sua subalternidade, elas continuariam silenciadas.

Mônica Santana (2016), jornalista e colaboradora do *Blogueiras Negras*, a partir de uma reflexão em torno de mulheres negras que tiveram destaques significativos no ciberespaço por seus discursos e engajamentos nos anos recentes, apropria-se do texto de Spivak (2010), demonstrando o quanto é significativo e impactante à mulher negra permitida de emitir a sua voz. Neste excerto, destaca-se a leitura de Santana (2016), da participação da cantora afro-americana Beyoncé no intervalo do SuperBowl²⁴, em 2016, quando lança seu single “Formation”, parte do álbum *Lemonade*, que coloca no centro da discussão o empoderamento da mulher negra,

²⁴ O intervalo do Superbowl, final do campeonato da NFL (National Football League), a principal liga de futebol americano dos Estados Unidos, é um dos mais caros horários da TV americana. Dada sua absurda audiência, “com mais de 100 milhões de espectadores – cerca de um terço da população do país, este ano (2020), trinta segundos no intervalo do jogo custaram em torno de US\$5,6 milhões (R\$23 milhões).” (DIAS, Marina, 2020). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/diversidade-divide-espaco-com-candidatos-a-casa-branca-em-comerciais-do-super-bowl>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

evoca a memória de líderes como Malcolm X e os Panteras Negras e denuncia a violência policial.

E quando uma mulher, cuja estética embranquecida em parte de sua trajetória artística ofuscou sua negritude para os olhos menos atentos, usa a potência de sua voz e do corpo para falar seu discurso – que não pode ser esvaziado pela força física, mas por argumentos quase pueris como “por que ela se tornou politizada?”, “mas ela está dentro da indústria”, “ela não sofre violência policial”. Pueris porque são frágeis, facilmente desmontáveis e seguem a serviço da lógica que no fundo diz “era melhor quando ela só fazia música para a gente dançar na boate e mexia o quadril”. Ainda que faça parte da prática discursiva e de celebração das mulheres negras, dançar, mexer e tremer seus quadris em fúria, não precisamos engolir a velha dicotomia de quem balança a bunda não consegue pensar – que há tanto tempo, é apenas mais uma das prisões que nos encerraram. Beyoncé ousou falar sobre solidão da mulher negra, sobre as opressões que muitas vezes, nossos irmãos, homens negros, nos devolvem. Ousou ser misândrica e rir disso – pois às vezes, a misandria se faz necessária no processo de libertação da voz feminina. Ousou balançar as estruturas do sistema, por dentro dele, conhecendo os mecanismos de funcionamento. E sim, ficando mais rica com isso. Mas ela ainda é uma mulher negra. E isso incomoda – mesmo os esquerdistas, mesmo os vanguardistas, assim como os de direita, como os conservadores.

Como não podem silenciá-la, criam mecanismos de esvaziar seu discurso e boicotes. Como sempre fizeram. Como continuarão a fazer. E a interdição segue posta – porque nossa voz, assim como nossos corpos precisam se debater e muito, até que se façam ver e ouvir. Spivak afirma que o subalterno não pode ser lido e ouvido. Falta o respeito necessário para tornar possível esse diálogo. Essa constatação me dói. Me debato dentro dela. Esperneio e grito. É o que me faz fazer arte e engajar meu corpo na minha forma de tecer a luta. É preciso mais corpo. Mais potência. Mais criação de estratégias conjuntas e ousadas – para que nosso corpo não sucumba frente a marcha daqueles que querem nos esmagar. Talvez, perfurando o sistema. E o sacudindo por dentro. São muitos talvez. (SANTANA, 2016)²⁵.

Santana (2016) conclui sua reflexão falando da própria angústia de sentir-se silenciada frente a tantas impossibilidades a que nós, mulheres negras, somos submetidas, e ressalta, repetindo Spivak (2010), a necessidade de criação de estratégias e mecanismos para que mais espaços sejam ocupados, mais silenciamentos rompidos, “talvez perfurando o sistema” e sacudindo-o por dentro.

Amparada nesta necessidade de divergência de pensamento, a abordagem decolonial²⁶ para as reivindicações feministas proporciona uma leitura plural e ampla

²⁵ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/pode-a-mulher-negra-falar/>>. Acesso em: 17 mar. 2020)

²⁶ O conceito de decolonialidade cunhado por Maldonado-Torres durante o encontro do grupo Modernidade/Colonialidade – Mapping Decolonial Turn – realizado em Berkeley, consiste em um movimento de resistência, teórico, prático, político e epistemológico, em relação à lógica modernidade/colonialidade (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007): “O conceito de ‘decolonialidade’ [...] resulta útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo o qual, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, ao contrário, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias,

do ser mulher em toda a América Latina. Pois, busca uma epistemologia própria, valorizando saberes locais e entende, que as feridas abertas pela violência colonizadora não serão cicatrizadas se não houver uma reapropriação dos povos colonizados de sua própria história. María Lugones (2014) e Claudia de Lima Costa (2013) apresentam as premissas para a abordagem de feminismos decoloniais, que estão ligados

[...] à história das Américas desde os anos 1500 até o presente, enfatiza a continuidade das relações coloniais de poder (colonialidade do poder) através das categorias de gênero, raça e classe (...), busca em seu projeto um desligamento das epistemologias eurocêntricas, ao salientar a importância dos diferentes saberes e paradigmas outros. (COSTA, 2014, p. 929)

Lugones (2014) entende que a imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os colonizados, visto que todos que não se enquadrassem na dicotomia hierárquica, quanto aos papéis do masculino e feminino, eram julgados como bestiais promíscuos e pecaminosos. “Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina.” (LUGONES, 2014, p. 937). A autora sugere que, a partir da tomada de consciência, quanto à influência colonial e à existência da colonialidade de gênero, é possível uma emancipação feminista de mulheres de cor. Para tanto, é importante a compreensão de que a resistência à colonialidade ocorre diariamente e é coletivamente construída.

Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (LUGONES, 2014, p. 949)

assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia.” (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 13). Embora o termo decolonialidade tenha sido descrito, inicialmente, por Maldonado Torrez (2007), o feminismo decolonial vem sendo discutido e apresentado desde os anos de 1980 por Lélia Gonzáles, no Brasil e seu conceito de *amefricanidade*; Gloria Anzaldúa (2005) e suas reflexões sobre *bordelands womans*, dentre outras autoras que buscaram extrapolar o conceito feminista, além da proposição americana.

Anterior às reflexões de Lugones (2014) e sua busca por uma epistemologia que contemple a realidade das mulheres latino-americanas e a influência colonial, acontece na Bolívia, em 2003, a partir da mobilização das mulheres na luta contra a privatização da água e da guerra do gás, a “Asamblea Feminista”. Esse momento proporcionou reflexão e organização do movimento que, posteriormente, foi chamado de Feminismo Comunitário.

Protagonizado maiormente por mulheres indígenas, o feminismo comunitário tem em suas integrantes uma experiência sólida de ativismos e de lutas, adquiridas a partir de seus engajamentos no grupo “Mujeres Creando Comunidad”, em que partem do princípio da construção de direitos coletivos e não individuais, a partir da comunidade, do seu local de identidade coletiva e ancestral. (PAREDES, 2016; SACAVINO, 2016; VERA CRUZ et al., 2019)

Julieta Paredes, uma das mentoras do movimento de mulheres, explica que o feminismo comunitário tenta abranger as diversas esferas que compõem a vida das mulheres – natureza, medicina ancestral, cosmovisão –, além de proporcionar uma profícua reflexão acerca das violações que, historicamente, afetam os territórios indígenas e que, reverberam nas violações que afetam os corpos (territórios) de mulheres. (PAREDES, 2016.) É importante observar que as características do feminismo comunitário dialoga estritamente com o proposto por Lugones (2014), ao questionar a colonialidade do gênero e indicar a coletividade e a busca por saberes ancestrais como caminhos possíveis para a reconstrução de uma epistemologia própria da América Latina ou, como denominam as feministas comunitárias, em Abya Yala.²⁷

No portal *Blogueiras Negras*, Dheik Praia (2019) publica um artigo com título provocador, como que testando a real disposição das blogueiras e demais mulheres negras, em ouvir outras vozes, outras opressões que não apenas as suas. Em “Quantos feminismos seu pensamento consegue catalogar?”, a autora inicia o texto chamando a atenção sobre o passado violento e usurpado em territórios, riquezas e cultura de que foram vítimas os negros em diáspora e os povos originários na América do Sul. E ressalta suas insistentes lutas em ressignificarem por meio da oralidade e

²⁷ Expressão originária do idioma do povo “Kuna do Panamá, em especial na América do Sul, é utilizada pelos movimentos indígenas para referir-se à América por considerar esta uma nomeação colonial.” (SACAVINO, 2016, p. 99)

de práticas ancestrais sua existência e manutenção de seus espaços territoriais e culturais.

Nessa perspectiva, Praia (2019) descreve sua participação nos eventos ocorridos durante a Primeira Marcha de Mulheres Indígenas realizada em agosto de 2019 em Brasília – DF, e sua aproximação às discussões levantadas pelas feministas comunitárias, especialmente por Julieta Paredes em uma das rodas de conversa em que participou:

Segundo ela (Julieta Paredes), “vivemos em um mundo hegemonicamente eurocêntrico, precisamos posicionar nossos corpos; essa deve ser uma estratégia de resistência, mas para além do físico, precisamos ocupar o território simbólico das palavras”. Ao longo da roda de conversa, foi possível compreender que o respeito às diferenças é a base para compreender o feminismo comunitário, visto que cada ser humano, cada povo tem sua biografia de luta. O objetivo desta nova vertente do feminismo, partindo da experiência boliviana, é intensificar a noção de resistência a partir da unificação de lutas em um território. Para Julieta, o pensamento revolucionário eurocidental na América Latina é binário, mas o pensamento indígena é muito amplo, não é quem é amigo ou inimigo e sim quem está disposto a construir soluções para o futuro partindo de uma vivência do presente. Qual seria então os passos para a descolonização desses corpos, dessas mulheres?²⁸ (PRAIA, 2019)

O artigo de Praia (2019) e seu título questionador, demonstra o quão atual e necessário é pensar outros modos do ser mulher na sociedade, ao mesmo tempo em que realça a importância de iniciativas como as das *Blogueiras Negras*, na proposição de um espaço em que as diferenças, ou melhor, as interseccionalidades possam ser compreendidas. Também demonstra o cuidado que essas iniciativas precisam ter, para que na tentativa de se fazer ouvir e ter visibilidade nos espaços hegemônicos, deixa de proporcionar visibilidade a outras minorias ou não reconhecer a similaridade e a legitimidade de lutas outras que caminham juntas e cujas vozes podem ser unificadas, fortalecendo e ampliando alcances e realizações.

3.2 *Blogueiras Negras*: Identidades e Narrativas

Blogueiras Negras é um projeto planejado, com sua identidade visual pensada em consonância com as suas bandeiras políticas. O portal *Blogueiras Negras*, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa sofreu algumas alterações, que dialogam diretamente com a perspectiva política e as novas estratégias definidas por seu corpo

²⁸ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/quantos-feminismos-seu-pensamento-consegue-catalogar/>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

editorial. Estratégias essas que explicitam a identidade editorial do instrumento, sempre em consonância com as necessidades presentificadas por suas colaboradoras, ao mesmo tempo em que atualiza as lutas e as reivindicações, recurso favorecido pela dinamicidade do ciberespaço.

Na versão atualizada a partir de setembro de 2019, as blogueiras prestam homenagem, em forma de *link* permanente, à primeira imagem utilizada como identidade visual do projeto: a garotinha jamaicana Marlene, interna do orfanato americano Christiana, que tinha 6 anos em 2004, quando foi fotografada. Segundo o portal aqui estudado, o que mais impressionou o fotógrafo, Jake Breuer, foi o orgulho com que a menina penteava seus cabelos e sorria. Ela foi o primeiro rosto a representar as *Blogueiras Negras*. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019)



Imagem 8 – Marlene, Jake Breuer (2019)
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/integralfocus/85178880/>

É interessante observar que a escolha da menina Marlene, como imagem que inicia os trabalhos de *Blogueiras Negras* nas redes, ressalta a estética negra, especialmente as diversas texturas de cabelo, como uma das bandeiras de luta e reivindicações fundantes do instrumento de publicação, numa busca de valorização e de construção de uma estima positiva e orgulhosa.

3.2.1 A nova logo: resistência, orgulho e feminilidade

Em 2017, *Blogueiras Negras* apresenta ao público uma nova logo, desta vez pensada e desenvolvida pela Associação Imagem Comunitária – AIC²⁹, em que se destaca o perfil de uma mulher negra careca, de porte altivo, com uma argola grande na orelha e um colar. Retratada em preto sob um fundo amarelo e com o título *Blogueiras Negras* em vermelho, a nova logo proporciona identificação e reflexão quanto a tudo que pode significar e a tantas que representa.

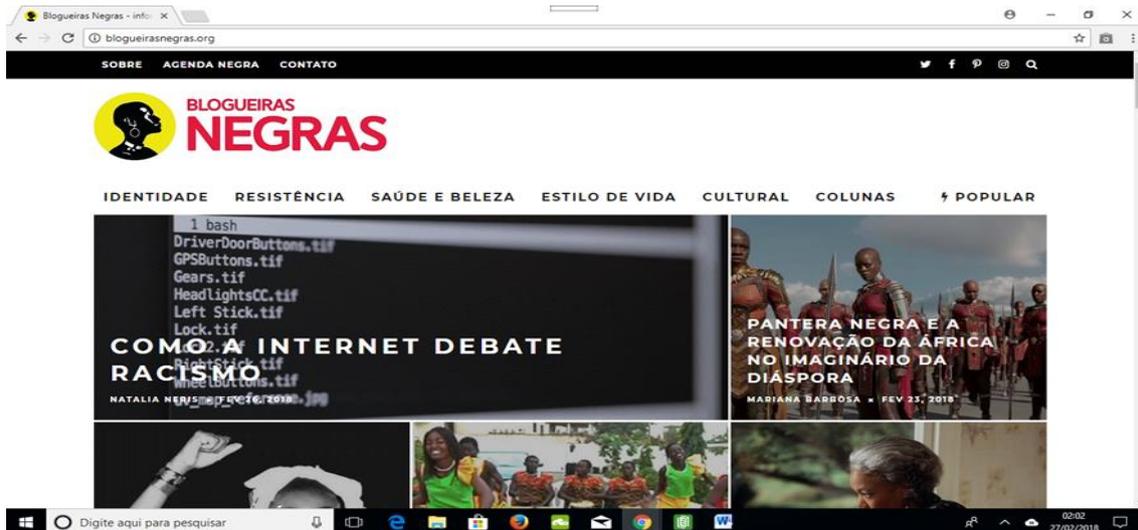


Imagem 9: Tela inicial do portal *Blogueiras Negras*, em fevereiro de 2018.

Peirce (2008, p. 65) afirma que “um Signo é um *Representamen* com um interpretante mental”, ou seja, o autor considera que o signo provoca cognitivamente a mente do intérprete, constituindo um processo denominado, por ele, de semiose ou ação do signo. Nesse contexto, a eleição feita por *Blogueiras Negras*, por uma representação gráfica de uma mulher negra careca como símbolo da identidade visual de suas redes sociais e do portal, explicita para seus leitores e seguidores, o público a quem prioritariamente é dirigida suas ações, ao mesmo tempo que a ausência de cabelos, o queixo erguido e nariz em riste da imagem feminina sugere desafio aos padrões de beleza impostos por uma sociedade branca que não consegue significar a beleza da mulher negra e, portanto, não a valoriza. Assim como o uso de acessórios como o brinco de argola e o colar reforçam a feminilidade, a vaidade, o orgulho e o desejo de perseverar na luta sem perder-se de si.

²⁹ A AIC – Associação Imagem Comunitária é uma organização não-governamental, localizada na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, cujo objetivo, descrito em sua página no Facebook, “é promover o direito à comunicação e à expressão, a valorização da diversidade cultural, o exercício da cidadania e da democracia, fomentando o acesso público aos espaços midiáticos e desenvolvendo processos educativos emancipatórios.” AIC, 2019

A contundência das cores preto, amarelo e vermelho na composição da logo, também é significativa para a construção da identidade visual do portal. As cores primárias amarelo e vermelho, por serem quentes e “alegres”, transmitem a força e a energia características da iniciativa *Blogueiras Negras*. Já o preto, por ser o resultado da ausência de cor, simbolicamente remete e justifica a luta por visibilidade e respeito reivindicado por negros e afro-brasileiros no Brasil. Peirce (2008) reflete sobre o encadeamento da relação signo, objeto e interpretante na construção de significado. Para o autor

Um *Signo* é tudo aquilo que está relacionado com uma segunda coisa seu *objeto*, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma terceira coisa, seu *Interpretante*, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum*. (PEIRCE, 2008, p. 28 – grifos do autor)

Em suma, trazendo para esta análise uma “quarta” possibilidade de relação com o signo, conforme citação acima de Peirce (2008), quando observamos a nova logo de *Blogueiras Negras* em sua simplicidade corajosa, não há como não mencionar, que para nós mulheres negras – sim, me incluo e me reconheço neste grupo – , que sofremos ao longo dos anos com as tentativas de apagamento de nossa cor e de nossa beleza, as cores alegres e enérgicas também formam parte do desafio de nossa autoafirmação, porque para muitas de nós, durante décadas era fundamental que não vestíssemos cores “cheguei”, ou seja, chamativas, para que inconsciente, ingênua e, simbolicamente violenta, não realçássemos a cor de nossa pele e, conseqüentemente, nossa existência.

3.2.2 Quando a luta exige silêncio

Em 2018, embora o portal *Blogueiras Negras* tenha apresentado uma identidade visual bastante afirmativa e arrojada para seu público e um volume considerável de publicações, no ano de 2019, por sua vez, apresentou um ritmo bastante diferente do apresentado no ano anterior. A intensificação da polarização política, provocada pelo processo eleitoral no ano de 2018 e, por conseguinte, o aumento de manifestações intolerantes e violentas nas redes sociais às páginas e aos perfis militantes das causas feministas, LGBTQ´s e negras fizeram com que as ações e publicações desenvolvidas pelas *Blogueiras Negras* tivessem uma diminuição significativa, tanto no portal, quanto em suas redes sociais. Outro fato contundente foi

a grave falta de recursos financeiros para manutenção das atividades, o que culminou com a retirada do ar, em maio deste mesmo ano, do portal, permanecendo as redes sociais como canal disponível para a atualização da agenda militante das blogueiras enquanto estavam suspensas as atividades de publicação.

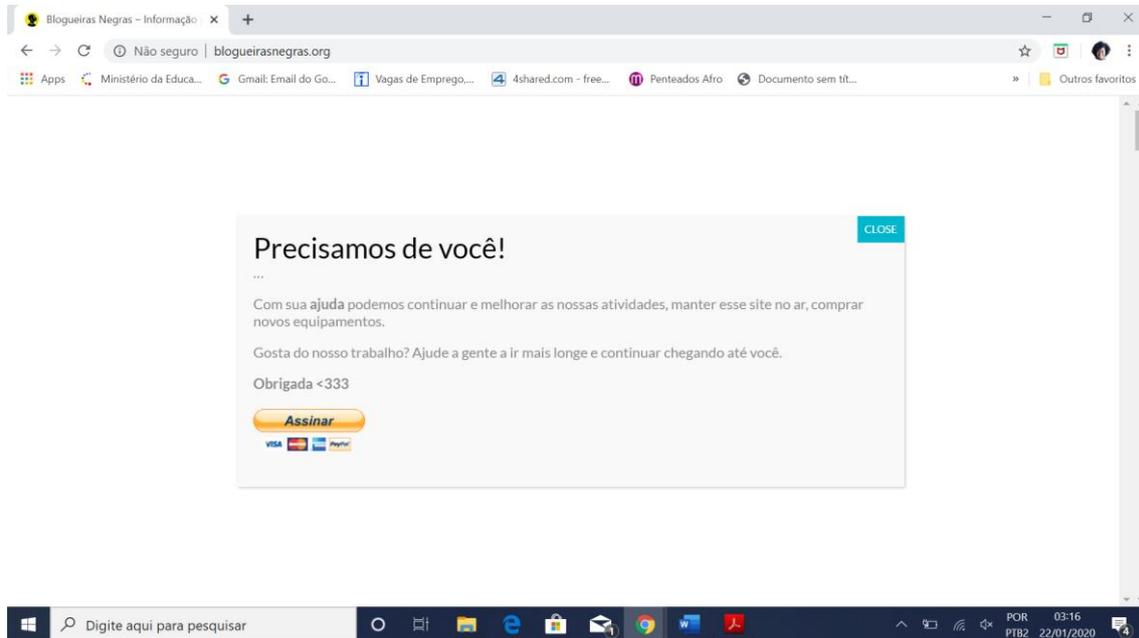


Imagem 10 – Cookie exibido na tela do portal solicitando apoio financeiro e assinatura
 Fonte: Portal *Blogueiras Negras* <http://blogueirasnegras.org/> Acesso em 14/03/2020

Durante o período em que permaneceu fora do ar, a tela do portal *Blogueiras Negras* exibia a frase da escritora feminista e negra estadunidense Audre Lorde³⁰, proclamada em um de seus ensaios do livro *Irmã Outsider*. “Restam tantos silêncios para romper.” (LORDE, 2019, p. 45), em uma indicação de que a suspensão de suas atividades de publicação era temporária e que a militância acontecia, dessa vez, nos bastidores.

³⁰ Audre Lorde foi uma escritora estadunidense de descendência caribenha, feminista lésbica e ativista na luta pelos direitos humanos. Seus romances e poesias abordam temáticas como feminismo e opressão, amor, traição, nascimento, classe social, idade, raça, sexualidade, gênero e saúde, haja vista que veio a falecer, em 1992 aos 58 anos, devido a um câncer de mama. Seus escritos surgem em meados dos anos de 1960 e sua poesia é um espaço em que se afirma como lésbica e feminista negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tag/audre-lorde/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.



Imagem 11 – Imagem exibida pelo portal *Blogueiras Negras* no período em que esteve fora do ar, entre maio e setembro de 2019

Tanto que, em sua página no Facebook, em 18 de junho de 2019, as Blogueiras publicaram a seguinte mensagem, associada à imagem que já era exibida desde maio no portal:

Estamos silentes. Mas não significa que não estamos produzindo, ao contrário! Continuamos nossos fluxos contínuos, nossas trocas e trânsitos pra voltarmos fortes, diferentes e mais coletivas. Um recolhimento, pra quem constrói "Informação pra Fazer a Cabeça" - até já já 🍷🍷🍷 (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019)³¹.

Conforme já mencionado, um dos fatores que dificultaram e modificaram o cenário da militância *online* no Brasil, foi a proliferação de *haters* e seu discurso de ódio ou de deslegitimação de lutas dos LGBTs, das feministas e dos negros, especialmente, em meados desta última década em que a polarização política irrigou os radicalismos (OLIVA E ANTONIALLI, 2018; PEREIRA DE SÁ, 2016; REBS E ERNST, 2017). Em se tratando da presença de mulheres negras no ciberespaço, de acordo com pesquisa desenvolvida por Luiz Valério P. Trindade (2019), tendo como fonte primária o Facebook, 81% das vítimas de racismo nesta rede social são mulheres negras de classe média, entre 20 e 35 anos, com ensino superior completo. O estudo revelou,

31

Disponível

em:

<<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/photos/a.544588315647378/1924354507670745/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

[...] que as mulheres negras em ascensão social constituem o grupo mais vulnerável nesse contexto por ultrapassarem o que se chama de 'linha invisível', que separa os espaços sociais de privilégio e oportunidades, dos demais de subserviência e inferioridade social e racial. (...) Em outras palavras, ao ascender socialmente, as mulheres negras brasileiras rompem esta 'linha invisível' e frustram a ideologia que nutre a enraizada percepção estereotipada de que elas não são merecedoras de ocupar espaços sociais associados com privilégio, prestígio e visibilidade qualificada. Pelo contrário, de acordo com tal ideologia, elas deveriam estar engajadas unicamente em atividades de baixa qualificação, subserviência e pouca ou nenhuma visibilidade social. Nesse contexto, me recordo que um dos inúmeros posts altamente depreciativos que analisei trazia o seguinte comentário a respeito de uma mulher negra que havia publicado fotos dela e de seu parceiro quando em viagem de férias pela Europa: "O lugar de mulher negra não é viajando pela Europa, mas sim no campo colhendo algodão". (TRINDADE, 2019, p.3)

Apesar de longa, a citação retrata a violência com que a possibilidade de ascensão social de mulheres negras na sociedade é encarada com repugnância por certos grupos. O lugar de subalternidade e silêncio é tão naturalizado, que toda e qualquer mobilidade alcançada por essas mulheres causa uma comoção negativa, beirando ou gerando, de fato, violência. Mara Gomes (2013), uma colaboradora do portal *Blogueiras Negras*, em seu texto "De mucama a doméstica: um breve relato da mulher negra contemporânea", descreve como sentiu na pele a dificuldade em escapar ao destino de tornar-se empregada, mesmo com os pais lutando, imperativamente, para que seus caminhos fossem distintos dos de sua mãe, avós, tias:

A relação da mulher negra com o trabalho doméstico não acontece em uma forma de escolha, mas sim de coação, até mesmo de obrigação por muitas vezes. (...) Eu, mulher negra filha de uma mãe negra e trabalhadora doméstica me senti profundamente atingida por esse estereotipo profissional, mesmo não comprovando ele na prática. Dentro de onde cresci sempre fui coagida pelos meus pais a ter um futuro diferente do que eles tiveram, a estudar, ter um emprego que me fizesse feliz, dentre outras coisas que todos os pais desejam para os seus filhos. Mas mesmo assim, passando por escolas públicas precárias e um ensino ruim, sempre dentro de mim ficava aquele receio de um dia não conseguir o que eu sonhava e aceitar o destino que me era dado e colocado desde o meu nascimento aos meus pés. (...) Não quero por nenhum segundo aqui desmerecer essa profissão, porque tenho um orgulho imenso da minha mãe, (...) trabalhou desde os 7 anos de idade, abafando dentro de seu peito o desejo de estudar e ser professora. O que explicito aqui é o jeito que a profissão doméstica nos é dada e não escolhida por nós, quantas meninas não abafam sonhos todos os dias porque precisam trabalhar em casas de madame com direitos precários?³² (GOMES, 2013)

O relato da então estudante de psicologia, Mara Gomes, encontra eco nos vários comentários que surgiram no portal após sua publicação, inclusive em minha

³² Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/de-mucama-a-domestica-um-breve-relato-da-mulher-negra-contemporanea/>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

própria vivência, filha de uma ex-empregada. É interessante observar como a naturalização da imobilidade profissional e, conseqüentemente, social da mulher negra, é vista como meritória por aqueles detentores dos privilégios sociais, e encarada como destino, praticamente inexorável, por essas mulheres herdeiras de um passado escravagista, que se perpetua até os dias de hoje.

Como vítimas e denunciantes dessa realidade explicitada matematicamente por Trindade (2019) e, ao mesmo tempo, conscientes da luta por permanência e ampliação dos espaços de fala e visibilidade, *Blogueiras Negras*, assim como outras lideranças e movimentos organizaram-se no intuito de se protegerem e apoiarem-se numa realidade agressiva, beligerante e, de fato, arriscada para aqueles que se posicionam e se autoafirmam no ciberespaço. Estando ainda com as publicações suspensas e o portal fora do ar, as blogueiras mobilizaram-se via redes sociais e convocaram diversas lideranças para que fossem discutidas a atual situação das muitas militâncias silenciadas e sua segurança. Citando Lélia González, as blogueiras conclamam:

👉 As maiorias silenciadas (González, 1986) tem sido encorajadas a desistir de seus trabalhos, vida e ativismos por conta da violência que tem sofrido *online*. Ao que parece, os discursos de ódio e discriminação, nesse sentido, tem cumprido seu papel de frear as transformações iniciadas por esses grupos, (mulheres negras, populações LGBT's, mulheres trans) fazendo com que grande parte dessas pessoas estagnem seus trabalhos e desistam de continuar atuando tanto na rede quanto fora dela. 🙄

👥 Vamos reunir mulheres negras, travestis e transexuais e outras maiorias silenciadas para avaliar se esta hipótese se confirma, além de promover o diálogo entre esses grupos buscando soluções possíveis para a reação à violência, desenhando o que seria nosso Mapa Anti-Ódio³³. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019)

³³Disponível em:

<<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/photos/a.351861161586762/1928214380618091/?type=3&theater>, 2019>. Acesso em: 26 maio. 2019.



Imagem 12: Convite para a Roda de Conversa “Liberdade na internet”
 Fonte: Página *Blogueiras Negras*³⁴

Vale comentar que o convite foi direcionado, especial e principalmente, às mulheres negras, travestis e transexuais, público a quem o *Blogueiras Negras* dentro da perspectiva do feminismo interseccional privilegia em suas ações e publicações e que segundo as estatísticas³⁵, são as maiores vítimas de violência no mundo virtual e real, conseqüente ou coincidentemente.

3.2.3 Memória e autonomia: inscrevendo mulheres negras na história

Percebe-se que o evento promovido pelas blogueiras cumpriu sua função de fortalecer e inspirar estratégias de superação e combate aos *haters* e suas investidas. A partir de então, outras rodas de conversa vem sendo organizadas e o retorno ao ar do portal *Blogueiras Negras*, em setembro de 2019, trouxe em seu layout a nova perspectiva de ação e reflexão proposta pelo coletivo. Sob o tema “Autonomia & Memória”, as autoras afirmam:

Voltamos: iniciando um novo ciclo de atividades, de textos e de atuação, motivadas em pensar o tema da Autonomia e Memória, ligando nossa trajetória a História e memória de tantas outras Feministas Negras. Um novo ciclo, respirando ares de cura, tecnologia e irmandade! Para todes que nos

³⁴ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/photos/a.351861161586762/1928214380618091/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 maio 2020.

³⁵ De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2019), a taxa de homicídios de mulheres não negras no Brasil, “teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, já a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

ajudaram a chegar até aqui, dividiram a ansiedade desse retorno e sentiram tanta saudade quanto a gente: voltamos! Muito obrigada de todas nós. <3 (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019, FACEBOOK, 10/09/2019)

Mais uma vez o layout do portal acompanha as motivações políticas e os novos rumos traçados pela equipe de blogueiras. Mantendo-se a logo da versão anterior, a imagem vem acompanhada da frase “Informação para fazer a cabeça”, *slogan* que já era mencionado em alguns textos e em algumas ocasiões nas redes sociais, que denota a intenção das blogueiras de atrair cada vez mais leitoras, e principalmente, formá-las militantes e conscientes da luta por direitos e resistência em que estão empreendidas.



Imagem 13– Novo layout portal *Blogueiras Negras* apresentado em 10 de setembro de 2019³⁶.

O portal *Blogueiras Negras* ressurgiu moderno, porém mais *clean* e com mudanças fundamentais em seus links de apresentação. Nesta versão reinaugural, apresenta o título “Autonomia & Memória”, em destaque e acima uma nova organização de abas, que privilegia a segurança e a construção coletiva de seu midiavivismo. Essa nova apresentação do portal já reverbera a aplicação das estratégias de proteção nas redes, tema de discussão enquanto estiveram fora do ar, assim como realça a intenção de uma caminhada coletiva e de fortalecimento de mulheres negras.

³⁶ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

Tedesco (2011) afirma que “a História oficial é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideológica, em vez de ser uma memória criticada ou criticizada.” (TEDESCO, 2011, p. 18). A afirmação de Tedesco (2011) pode ser ilustrada pela história oficial brasileira, em que sempre houve um esforço de negação ou romantização da memória da escravidão, assim como a necessidade de reforçar no imaginário popular o mito da democracia racial, que turva a visão dos grupos privilegiados e deslegitima as reivindicações daqueles que lutam por igualdade de oportunidades e respeito entre brancos e negros no Brasil.

Blogueiras Negras, ao trazer os temas da memória e autonomia como norteadores das ações e intenções nessa nova fase, propõe que as memórias de mulheres negras sejam contadas como parte da construção da História da nação e do imaginário coletivo, que suas histórias sejam, de fato, ouvidas, valorizadas e ressignificadas em nossa sociedade.

Na primeira aba “Sobre” no link “Quem somos”, do portal *Blogueiras Negras*, é apresentada como missão a ressignificação do universo feminino afrocentrado, através da gravação de suas histórias, teorias e sentimentos. (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2019) Nzinga Mbandi, colaboradora do *Blogueiras Negras*, em texto publicado em novembro de 2014, ressalta a importância da memória ancestral como símbolo de resistência e sobrevivência em um sistema de múltiplas exclusões e silenciamentos:

Mulheres que carregaram as memórias de um continente em suas cabeças são sim empoderadas! (...) Atribuo nossa resistência à memória ancestral porque nossa história não é contada nas páginas dos livros acadêmicos nosso aprendizado vem do olhar e ouvir, a oralidade é o fio condutor que tem repassado as lições de resistência por séculos, nosso feminismo se fez no fundo da cozinha, naquele sábado que nunca terminava trançando os cabelos (...)³⁷. (MBANDI, 2014))

Criticar a memória oficial, como propõe Tedesco (2011), e proporcionar a escuta da memória de mulheres negras faz do instrumento de publicação *Blogueiras Negras*, uma iniciativa ainda mais revolucionária e questionadora do *status quo* histórico vigente, porém restaurador e criador de “aura”³⁸, para citar Benjamin (1994), a ritos que pareciam corriqueiros, como trançar os cabelos no canto afastado da

³⁷ . Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/memoria-ancestral-e-a-resistencia-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

³⁸ Walter Benjamin define aura como “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja.” (BENJAMIN, 1994, p. 170) Sendo que seus principais elementos estruturantes são a unicidade e a autenticidade.

cozinha, mas que eram e são momentos em que a história de mulheres negras se perpetuam.

A história oficial tende a embranquecer personagens, cuja trajetória não pode ser ignorada. Cleópatra, Jesus Cristo e, no Brasil, Machado de Assis são alguns nomes embranquecidos pela historiografia. Ao mesmo tempo, aos negros é reservado o esquecimento e a negação. Mary, do Espírito Santo, em texto publicado em *Blogueiras Negras* em novembro de 2017, conta como sua trajetória e de sua mãe as empurraram a um local de total ausência de memória, em que quase esquecia-se de si, e foi a partir da recuperação das certidões de óbitos de seus antepassados que essas mulheres conseguiram reconstruir sua história e reconheceram-se protagonistas em sua caminhada.

Esse ano, 2017, (...), tomei consciência do processo de apagamento da memória da minha família e da minha história conseqüentemente (...). Tentei recordar os nomes da minha avó e da minha bisavó, aquelas que trançavam meu cabelo, e não conseguia. Como não podia nem saber o nome das minhas antepassadas? Como não sabia falar quem foram? Como não podia saber das histórias? Tampouco tinha fotos para lembrar de seus rostos (Nem preciso dizer que não temos brasão!). Com essas inquietações, fui até minha certidão de nascimento para reconhecer os nomes da minha avó e do meu avô. Que alívio. Os nomes foram reconhecidos imediatamente e a vontade de saber mais surgiu. (...)

O processo de conscientização moveu o mundo (...). Pedimos a um dos meus tios as certidões de óbito dos meus avós, bem como a certidão de casamento para dar desdobramento a essa oportunidade. (...) Lembro da noite que recebi a primeira certidão de óbito. Era da minha avó. Chorei a noite inteira um luto tardio. Depois veio a certidão de casamento dela com meu avô e nada sei sobre a história deles dois. Minha mãe também não. Em seguida, a certidão de óbito do meu avô que morreu aos 40 anos deixando 3 filhos pequenos e que, assim como eu, não foi registrado pelo pai. Com esses dois documentos reconheci minha bisavó e meu bisavô maternos e minha bisavó paterna. Também reconheci as doenças, descritas friamente, que os fizeram partir. A cada certidão que chegava, um pedaço da história, um pedaço de mim se reconstruía. (ESPIRITO SANTO, 2017).³⁹

Chimamanda Adchie (2009), em uma palestra apresentada ao canal TED no Youtube, discorre sobre o perigo de uma história única que inviabiliza a existência e o empoderamento de determinados grupos, com base no poder de fala de alguns:

Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história

³⁹ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/retalhos-de-memorias-via-certidoes-de-obitos/>>. Acesso em 20 jan. 2020.

com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (ADCHIE, 2009)⁴⁰.

A autora nigeriana, em sua citação, explicita o que acaba por induzir a reflexão sobre o silenciamento que perdura na história, sobre a participação resistente e decisiva de mulheres negras. Apesar do domínio por estas mulheres da escrita e, mais recentemente, do ciberespaço. Joan Scott (1994), por sua vez, insiste na importância de se realçar o protagonismo da mulher na história, pois, segundo a autora:

[...] a importância da mulher na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. (SCOTT, 1994, p.67)

O protagonismo da mulher negra na memória nacional não é reconhecido e, muito menos, publicizado, fato que, em uma sociedade patriarcal e racista como a brasileira, esse tipo de ausência afeta sobremaneira as possibilidades dessas mulheres de se autoafirmarem e se colocarem como sujeitas de sua própria história. Memória e autonomia, conforme proposto pelas *Blogueiras Negras*, são o caminho viável na construção de uma sociedade que consiga, enfim, enxergar que o sangue, a lágrima e o seio de mulheres negras foram tão essenciais para a história turva deste país, que não seria possível concebê-la sem a força e a resiliência de todas elas.

3.2.4 Guia de segurança na rede e 300 vozes negras: Dororidades

Charô Nunes afirma que as ações do instrumento de publicação *Blogueiras Negras* se orientam por um perfil midialivrista ciberativista (MALIN; AUTOUN, 2013). No entanto, à medida em que se observa o envolvimento do site e de suas colaboradoras com as situações externas que as afetam, percebe-se o perfil combativo que as caracterizavam, inicialmente, é substituído por um viés mais reflexivo, solidário, indubitavelmente reivindicatório, como também atento às transformações externas, principalmente políticas, que podem afetar a permanência no ar e, conseqüentemente, a manutenção dos silêncios a duras penas rompidos.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>> Acesso em: 20 jan. 2020.

Essa mudança sutil no perfil, atrelado ao surgimento de outras duas abas “Guia de segurança” e 300 vozes negras, sinalizam o cuidado e a percepção que *Blogueiras Negras* adquiriram de toda a experiência de violência no ciberespaço de que foram vítimas entre os anos de 2018 e 2019.



Imagem 14 – Abas Guia de segurança e 300 vozes negras

A aba Guia de segurança é um acesso ao Guia Prático de Estratégias e Táticas para a Segurança Digital Feminista desenvolvido pela Universidade Livre Feminista, o CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Marialab, *Blogueiras Negras* e SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia. O Guia é resultado de uma série de discussões realizadas por esses movimentos, que também são vítimas de violência e de vigilância no ciberespaço, e está disponível em arquivo PDF com orientações práticas e análises de situações reais a que foram expostos os grupos feministas e as estratégias de prevenção e de superação a ataques virtuais.

A aba 300 Vozes negras é, por sua vez, uma iniciativa coletiva de mulheres negras, lançado em abril de 2018, que pretende a partir da produção de textos coletivos, criar “uma ferramenta de denúncia, de poetizar as nossas dores, documentar as nossas memórias e ser uma grande ocupação para a vida”⁴¹ (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2018).

É interessante observar que a grande motivação desta ação permanente do site *Blogueiras Negras* é o desejo em manter viva a memória de Marielle Franco, vereadora carioca assassinada em março de 2018. O projeto tem o nome de “300 vozes negras – por Marielle Franco”, todavia, o *link* não denota o caráter consternado

⁴¹ Disponível em: <<http://www.blogueirasnegras.org/300-vozes-negras-por-marielle-franco/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

e questionador que perpassa o projeto, muito menos a página explicita tais questionamentos e indignação.

Os dois *links* realçam na iniciativa *Blogueiras Negras* o sentimento de “dororidade”, ou seja, a cumplicidade entre mulheres negras (PIEIDADE, 2017), ao mesmo tempo em que, em contraposição ao midialivrismo cibernético, inicialmente apresentado por Charô Nunes; reforça-se o caráter quilombola da publicação. Ao aproximar dores e silêncios, territorializar, ainda que no ciberespaço, a escrita de mulheres negras e promover a socialização e a oportunidade de compartilhar em ambiente seguro e solidário, *Blogueiras Negras* é um quilombo editorial que reconhece suas batalhas e seus silêncios.

CONCLUSÃO OU ENCRUZILHADA EDITORIAL

Este trabalho visou, ao longo dos capítulos, demonstrar a relevância de iniciativas editoriais que propõem outras leituras e, principalmente, provoquem reflexão acerca de grupos marginalizados e silenciados historicamente na sociedade brasileira, em específico, as mulheres negras. Para tanto, foi traçado, brevemente, ao longo do primeiro capítulo, um percurso do surgimento da imprensa negra no Brasil, no século XIX, e a sua importância como registro memorialístico da participação afro-brasileira na consolidação da nação, bem como a compreensão dos processos que geraram a exclusão e a obliteração da mulher negra deste contexto.

A imprensa negra no século XIX é marcada por uma existência marginal, permeada de conflitos e censura por parte da corte recém instalada no Brasil, mas seu surgimento é primordial para a fomentação dos debates quanto ao reconhecimento de cidadania aos negros livres, bem como o fortalecimento dos movimentos pró-abolição. Francisco Paula Brito, precursor da imprensa negra no Brasil, figura como um dos principais nomes desse período, publicando anonimamente, explicitou os conflitos sociais e raciais existentes, panfletou a favor da abolição. Além disso, utilizando-se de *i*, pseudônimo feminino, esforçou-se em dar voz às mulheres de sua época, mas não foi tão bem sucedido nessa empreitada, visto que sua iniciativa, de certo modo, reforçou estereótipos negativos associados à mulher, como também sua escrita não pareceu contemplar mulheres negras, já que estava endereçada, especialmente, às pertencentes à Corte portuguesa.

No pós-abolição, a imprensa negra deu uma arrefecida em suas atividades, especialmente o processo abolicionista não ter sido planejado, de modo a garantir estabilidade e dignidade aos recém-libertos. Nesse período, esta pesquisa destaca o trabalho do periódico Sul-rio-grandense, que demonstrou perseverança e comprometimento em anos tão desmobilizadores para a população negra no Brasil e, em especial, no Sul do país, um dos principais destinos da imigração europeia no início do século XX. Este século, nesse sentido, apresentou-se ao contrário do que se poderia imaginar, um pouco menos auspicioso à escrita afro-brasileira. Apesar da liberdade alcançada em fins do século XIX, a população negra no Brasil permanece em luta por reconhecimento de direitos e garantias de dignidade. Para tanto, organizam-se em associações como a Frente Negra Brasileira, responsável pelo surgimento de um dos periódicos de maior longevidade nesse período, *O clarim da*

alvorada, que cumpria o papel de divulgar as ações da Frente, orientar os negros na luta por seus direitos e cuidar de sua autoestima e identidade, numa época perpassada por teorias raciais e políticas de branqueamento da população brasileira. Outro movimento que se destacou na primeira metade deste século foi o Teatro Experimental do Negro – TEN, que deu origem nos anos de 1940 ao periódico *Quilombo*. Tanto o TEN quanto o jornal foram iniciativas de Abdias do Nascimento, que, na ocasião, buscava uma alternativa cultural, cujo lugar de fala fosse do próprio negro, desde a produção ao protagonismo de suas obras. Tanto a Frente Negra Brasileira quanto o TEN foram dissolvidos por movimentações políticas totalitárias. A Frente Negra pelo getulismo nos anos de 1930 e o Teatro Experimental do Negro, em 1968, a partir do exílio de Nascimento, motivado pela ditadura militar no Brasil.

O levantamento feito sobre a imprensa negra no Brasil durante o século XIX até meados do século XX realça a ausência de visibilidade à escrita de mulheres negras. Esse silenciamento reflete na falta do ponto de vista crucial daquelas que foram parte da força motriz na consolidação econômica do país (SOARES, 1994; SAMPAIO, 2017) e que, diferentemente das mulheres brancas, não tiveram a oportunidade a uma vida “privada”, por assim dizer, por estarem quase sempre envolvidas no trabalho fora de casa como escravas de ganho, durante a escravidão ou como contribuintes fundamentais no sustento familiar, no pós-abolição. Sueli Carneiro (2003) afirma o caráter “antimusa” que perpassa a existência da mulher negra no Brasil, característica que, de certo modo, é percebida nos escritos recuperados de Maria Firmina dos Reis, romancista negra do século XIX e nos cadernos publicados em meados do século XX de Carolina Maria de Jesus, dando origem ao aclamado, e nem por isso menos incômodo, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*.

A escrita de Firmina e Carolina traz à luz um aspecto da historiografia brasileira que, por muitos anos, tentou-se silenciar e, principalmente, esquecer. No entanto, seus pontos de vista, após publicizados, potencializa o surgimento e a publicação de outras produções de homens e mulheres negros que denunciam e explicitam as desigualdades sociais impostas por uma falaciosa democracia racial. Iniciativas editoriais forjadas a partir da indignação e ruptura de silenciamentos históricos são percebidos mais intensamente, a partir dos anos de 1970 e ganham contornos quilombolas, conforme observado por Oliveira (2018), dado o seu perfil contestador da ordem imposta, mas fortalecedor e incentivador de eventos e movimentos que

coloquem em evidência a produção intelectual, literária e cultural afro-brasileira, ao mesmo tempo em que privilegia a edição e a publicação de autores e autoras negras.

No encaixo dessas iniciativas editoriais, tais como Cadernos Negros, Mazza e mais recentemente, Nandyala, para citar algumas, *Blogueiras Negras* se instala no ciberespaço com uma proposta editorial abrangente, política e engajada. Objetivando a publicização da escrita de mulheres negras, o instrumento de publicação caracteriza-se por não apenas potencializar a produção literária e acadêmica de afro-brasileiras, como também nutre o debate político, promove e participa de ações fora do ciberespaço que discutam os feminismos negro e interseccionais e possibilitem a ampliação de voz e participação de mulheres negras aliadas, historicamente, nas decisões políticas nacionais. O caráter híbrido e ativo, tanto virtual quanto real, demonstrado por *Blogueiras Negras*, aproxima seu perfil editorial aos quilombos editoriais, conforme citados anteriormente. Essa perspectiva faz da blogagem coletiva apresentada por *Blogueiras Negras* um objeto de pesquisa instigante, democrático e necessário.

O ciberespaço é o campo de lutas escolhido por *Blogueiras Negras* na busca por reconhecimento e legitimidade das produções em seus canais de publicação. Apresentar o ciberespaço é importante na compreensão de suas possibilidades e em demonstrar que teóricos como Flusser (2010), já previam a transformação que a imersão no universo dos códigos digitais provocaria na sociedade, incluindo a sua relação com a própria escrita.

Noções de comunidades virtuais, interconexões e inteligência coletiva são fundamentais na compreensão das novas relações estabelecidas a partir do ciberespaço. O acesso às redes de informação ainda não alcança 100% da população brasileira, mas ainda assim não é possível ignorar que as relações pessoais foram intensamente modificadas pelas redes sociais, os canais de notícias *online* e outros recursos, que positiva ou negativamente, coloca o usuário em um patamar muito mais autônomo de decisões quanto ao que é consumido e aceito como verdade a partir dessas redes.

Publicar a partir do ciberespaço expõe a dualidade existente entre o tradicional e o moderno, o convencional e o tecnológico, o legitimado historicamente e o que busca legitimação em tempos cibernéticos. O reconhecimento do trabalho editorial de *Blogueiras Negras* passa pela admissão, por parte dos críticos de edição e de outras instancias legitimadoras, de que o ciberespaço constitui, na atualidade, o caminho

viável para a permanência da escrita, pelo menos por enquanto, conforme Flusser (2010) e, por conseguinte, da manutenção do ofício de editor e todas as responsabilidades que tal ofício acumula. Bragança (2005) e Medeiros (2009 e 2012) são um tanto reticentes em suas análises quanto à importância do ciberespaço no que tange ao ofício do editor e os processos de publicação *online*. Embora reconheçam a importância do mercado virtual na manutenção comercial de algumas editoras, os autores minimizam a importância do editor e do trabalho de edição nos meios digitais. Tal posicionamento denota certo protecionismo às formas tradicionais de edição e seus círculos limitantes e pouco democráticos, em detrimento à ampla gama de interações editoriais proporcionadas pelo ciberespaço, que, ao contrário de reduzir ou fazer desaparecer o ofício do editor, o torna ainda mais necessário e fundamental no trabalho de selecionar, organizar, e principalmente, valorizar a diversidade de sujeitos e estilos que a virtualização possibilita.

Pierre Bourdieu (1989,1992) desvenda o poder simbólico que envolve as instituições legitimadoras e sua capacidade mantenedora de *status quo*. A partir dos conceitos de campo e *habitus*, o autor descortina estratégias para apropriação das regras da arte, por assim dizer, e uma possível ruptura desse ciclo acumulador de privilégios e de bens simbólicos e, por conseguinte, econômicos. A iniciativa editorial *Blogueiras Negras*, dentro da perspectiva bourdieiriana de mercado de bens simbólicos, apropria-se do ciberespaço, como campo de lutas, e atrai para si grupos de leitores e colaboradores que fortalecem a iniciativa e a popularizam, aproximando-se ao método das editoras independentes, ou seja, publicações geridas por seu público leitor, que, em parte, também são co-autores, com ciclo de publicação constante e de longo prazo, e ganhos financeiros mínimos, apenas para manutenção dos trabalhos editoriais. Entendendo *habitus* como uma internalização de regras e normas sociais, sujeitas a aspectos de condutas do indivíduo que não são previsíveis (BOURDIEU, 1998), *Blogueiras Negras* buscou fundir em seu site características advindas de revistas virtuais convencionais, mescladas com imagens, identidade visual e abas temáticas que demarcavam a diversidade de interesses e assuntos que perpassam esse instrumento de publicação.

A identidade visual atrelada a todas as escrituras publicadas no site *Blogueiras Negras* torna-oum instrumento de luta, acolhimento e dororidade, como o eram os quilombos em tempos de revolta e escravidão. A iniciativa *Blogueiras Negras*, ao se dispor publicar sobre todas as dores, questões e relatos que perpassam o ser

mulher negra no Brasil, cria uma espécie de “divã” virtual, em que as dores são ressignificadas em resiliências, as memórias são geradoras de futuros orgulhosos e conscientes e os silêncios modificados em discursos abrasadores e atestadores de nossa origem e sabedoria.

Esta escrita foi um processo longo e difícil, porém, necessário. Mulheres negras tivemos, muito tardiamente, acesso à escrita, assim como tivemos, mais tardiamente, direito a voz. Porém, nossa oralidade sempre nos lembrou de nossa ancestralidade, nos posicionou no mundo e nos assegurou sobrevivência contra toda a violência de que fomos vítimas ao longo da história fundante deste país. Trazer *Blogueiras Negras* para conhecimento e apreciação das instituições acadêmicas é tornar oficial as histórias de todas nós, presentes e ancestrais, como parte do tecido da identidade nacional. É uma iniciativa que, apesar de todas os desafios financeiros, políticos e racistas, existe e, principalmente, resiste, como toda mulher negra, ao longo da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ADCHIE, Chimamanda. Palestra proferida no TED. The danger of a single story. Oxford (England), jul. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>>. Acesso em: 19 mai 2020.

ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. 1 ed. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

ALIMONTI, Veridiana. Preservando o essencial: os desafios da universalização do acesso e as ameaças de uma internet cindida. **Em aberto**, Brasília, v.28, nº 94, p. 62-70, jul/dez, 2015.

ALVES, Miriam. **BrasilAfro autorrevelado** – literatura brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ALVES, Miriam. A literatura negra feminina no Brasil – pensando a existência. **Revista da ABPN**, v.1, nº 3, p.181-189, nov/fev, 2011.

ALVES, Valéria. Admirável Paula Brito: um homem a frente de sua época. **O Menelick** – 2º ato. Disponível em: <<http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/admiravel-paula-brito>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

ANUNCIADA, Patricia. Por um feminismo interseccional e inclusivo. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/por-um-feminismo-interseccional-e-inclusivo/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, nº 3-320, p. 704-719, set/dez, 2005.

ASSIS, D. N. C. SOBRE GRIOTS: Por uma história das mulheres negras, por elas mesmas. In: IV Seminário Enlaçando Sexualidades, 2015, Salvador. **Anais do Seminário Enlaçando Sexualidades**. Salvador: Editora da Universidade Estadual da Bahia, 2015. v. IV. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1672543/sobre-griots--por-uma-hist%C3%B3ria-das-mulheres> Acesso em: 26 jan. 2020.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto, 2013, p. 659 -688.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. **O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP, 1972.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/blogueirasnegras/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Manual da Blogueira Negra. Disponível: <<http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-74.

BOURDIEU, Pierre. “O mercado dos bens simbólicos”. In: **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.162-202.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. “La lectura: une pratique culturelle – débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier”. In: **Pratiques de la lectura**. Paris: Peyot e Rivages, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción**: Critérios y bases sociales del gusto. Buenos Aires: Ed. Taurus, 1998.

BRAGANÇA, A. Sobre o editor: notas para sua história. In: **Em questão**, Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 219-237, jul/dez, 2005.

CALDEIRA, Claudia A. A., Francisco de Paula Brito: política e imprensa. **Revista Maracanan**, vol. 8, nº8, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12776/9896>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CAMARGO, Oswaldo. **O negro escrito**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** Vol. 17, nº 49, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em 29/10/2019.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências.** Dissertação de Mestrado (História econômica). São Paulo, USP, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO GOMEZ; GROSFUGUEL, Ramón (org.). (2007), **El Giro Decolonial: Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global.** Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia; Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

CATANI, Afranio M. et al. **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHIARA, Ana Cristina. Qual a diferença entre o jejum e a fome? (Experiência de pobreza em Carolina de Jesus e Clarice Lispector). In: CHIARA, Ana Cristina. **Ensaio de possessão (irrespiráveis).** Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2006, p.91-114.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Estudos Feministas**, vol. 22, nº 3, p. 929-934, 2014.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à Colônia.** São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé Williams, "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero," **Revista Estudos Feministas**, 10: 177, 2002.

CUNHA, Neon. O que é o seu feminismo? Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/o-que-e-o-seu-feminismo/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20ODavis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf Acesso em: 19 mai. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Diáspora afro-brasileira impressa. In: **Portal Ciência & Vida.** Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/49/artigo255371-1.asp>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 17, nº 49, p. 151-172, 2003. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf> Acesso em: 19 mai. 2020.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX–** Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ESPIRITO SANTO, Mary. Retalhos de memórias via certidões de óbito. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/retalhos-de-memorias-via-certidoes-de-obitos/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

EVARISTO, Conceição . Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: Nadilza Martins de Barros Moreira; Eliane Schneider. (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. 1ed. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005, v. 1, p. 201-212. Disponível: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. São Paulo: Malê Edições, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Disponível em: <[https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2020.

FERRARA, Miriam N. **A imprensa negra paulista, 1915-1963**. São Paulo, 1981. Dissertação [Mestrado em Sociologia] – FFLCH/USP.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1971.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. “Pelo interesse dos homens pretos, noticioso, literário e de combate”: O jornal Clarim D’Alvorada no pós-abolição (1924-1932). **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

FLUSSER, Vilém. **A escrita: Há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume Editora, 2010.

GOMES, Mara. **De mucama a doméstica: um breve relato da mulher negra contemporânea**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/?s=de+mucama+a+dom%C3%A9stica>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Sandro. A imprensa negra e a Abolição. **Revista APPAI Educar**, s/n, 2017.

GONZALEZ, L. **A mulher negra na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Tendências: Ed. Graal, 1982.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16, p. 193-210, jan-abr, 2015.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LA RUE, Frank. **Informe del relator especial sobre la promoción y protección del derecho a la libertad de opinión y de expresión**. (A/HRC/17/27). [Relatório apresentado na 17ª Sessão, maio de 2011]. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2015/10048.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

LEITE, José Correia ...**E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. **Feminismo Negro em construção**: A organização do Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Rocha Coutinho. 1997. Dissertação. Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. UFRJ. 1997

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY, Pierre. **Inteligência Coletiva**: Por uma antropologia do Ciberespaço. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LIMA, Tania; NASCIMENTO, Izabel; ALVEAL, Carmen. (Orgs.) **Griots: culturas africanas**: literatura, cultura, violência, preconceito, racismo, mídias. Natal: EDUFRN, 2012.

LORDE, AUDRE. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LÓPEZ WINNE, Hernán; MALUMIÁN, Víctor. **Independientes, ¿de qué?**: hablan los editores de América Latina. México: FCE, 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, vol. 22, nº 3, p. 935-952, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Ao redor de Machado de Assis**: Pesquisas e interpretações. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1958.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. **RBCS**, vol. 14, nº 41, 1999.

MALINI, Fábio; AUTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013

MBANDI, Nzinga. Memória ancestral e a resistência de mulheres negras. Disponível em: <<http://bloqueirasnegras.org/memoria-ancestral-e-a-resistencia-das-mulheres-negras/>> Acesso em: 20/ mai. 2020.

MEDEIROS, N. Acções prescritivas e estratégicas: A edição como espaço social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 85, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/363>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

MEDEIROS, N. Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição. **Revista Angolana de Sociologia**, nº 9, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/412> Acesso: 19 mai. /2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MONTEIRO, Liliane Nogueira. A representação da mulher negra na literatura brasileira. In: **Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental**, 10. 2016.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v.11. nº 1, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v.18, nº 50, 2004.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Apresentação. In: **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: Editora 34, 2011.

NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: **2º Congresso sobre a 98 | Literatura, espaço autobiográfico e memória Mulher, Gênero e Relações de Trabalho**, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.

NUNES, Charô. **Como feminista negra tenho basicamente duas opções**. Conquistar espaços que me são hostis ou criar novas possibilidades. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/como-feminista-negra/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OLIVA, Thiago Dias; ANTONIALLI, Dennys Marcelo. Estratégias de enfrentamento ao discurso de ódio na internet: o caso alemão. **Direitos Culturais**. 2018, V13, nº 30, p. 29-44.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. **A Frente Negra Brasileira: Política e questão racial nos anos 1930**. Orientador: Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva. 2002. 112p. Dissertação. Mestrado em História Política, UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/14367>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. A razão negra e o projeto romântico: dupla face do romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 48, p. 654-671. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/42343>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

OLIVEIRA, Maybell Sulamita. A intelectualidade e o Tetro Experimental do Negro. Raça e negritude em debate no 1º Congresso do Negro Brasileiro. **29º Simpósio Nacional de História**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501675853_ARQUIVO_Texto_Maybel.pdf> Acesso em: 11 out. 2019.

OLIVEIRA, Luiz H. S.; RODRIGUES. Fabiane. Panorama editorial da literatura afro-brasileira. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/11269>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PAREDES, Julieta. [Entrevista concedida a] Patricia Dopazzo Gallego. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

PAREDES, Julieta. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865**. Dissertação. Mestrado em História Social, USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-112116/publico/TAMIS_PEIXOTO_PARRON.pdf>. Acesso em: 19/ mai. 2020.

PAULA, Viviane de. “Vocês veem preconceito em tudo”: o silêncio da mulher negra nos movimentos feministas. 2014. Disponível: <http://blogueirasnegras.org/voces-veem-preconceito-em-tudo-o-silencio-da-mulher-negra-nos-movimentos-feministas/> Acesso em: 19 mai. 2020.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4ªed. São Paulo, 2008.

PEREIRA DE SÁ, Simone. Somos todos fãs e haters? Cultura pop, afetos e performance de gosto nos sites das redes sociais. **Cultura Pop**, 2016. V19, nº 3, p. 59-67.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura a tinta fresca: a imprensa negra no século XIX**. Orientador: Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito. 2006. 197. Dissertação. Mestrado em História, UNB, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PRAIA, Dheik. Quantos feminismos seu pensamento consegue catalogar?, 2019. Disponível: <http://blogueirasnegras.org/quantos-feminismos-seu-pensamento-consegue-catalogar/> Acesso em: 19 mai. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad, modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, nº 29, p. 11-20, 1992.

RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. **Revista Simbiótica**, vol. 2, nº1, jun, 2015.

REBS, R. R.; ERNST, A. *Haters* e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes sociais. **Diálogo das letras**, pau dos ferros, v. 06, n. 02, p. 24-44, jul./dez. 2017.

RECUERO, Raquel C. Comunidades virtuais – uma abordagem teórica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 5, 2001, PUC/RS. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/teorica.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

RHEINGOLD, Howard. **La Comunidad Virtual**: una Sociedad sin Fronteras. Gedisa Editorial. Colección Limites de La Ciência. Barcelona, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RISO, Ricardo. A escrita insubmissa das mulheres negras. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-escrita-insubmissa-das-mulheres-negras/>>. Acesso: 19 mai. 2020.

RODRIGUES, Luciana dos Santos. **Os Exaltados**: Política e identidade na corte regencial (1831-1834). 2013. 99p. Dissertação. Mestrado em História, UFF, Niterói, 2013.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Aby Yala: Feminismo comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural. **Uni-pluri/versidad**, v. 16, nº 2, 2016.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. Celso Furtado: Tensions and Contradictions about the manpower problem in his classical book Economic Formation of Brazil. *In*. **51st Annual Conference of the Canadian Economics Association**, Nova Scotia's St Francis Xavier University, June 2nd to June 4th, 2017.

SANTANA, Mônica. Pode a mulher negra falar? Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/pode-a-mulher-negra-falar/>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SANTOS, José Antônio dos Santos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiae**, Rio Grande, 2(3), 143-160, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, nº 2, 1994. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 19 mai. 2020.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 20, p. 60-70.2002. Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502005> Acesso em: 20 mai. 2020.

SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, nº 17, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória, **Cadernos do CEOM** - Ano 25, n. 34, 2011.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.

TRINDADE, Luiz Valério P. **Formas contemporâneas de racismo e intolerância nas redes sociais**. Universidade Southampton, 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2018/07/FormasContemporaneasRacismo_Portuguese-final.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

VERA CRUZ, Beatriz *et al.* Movimento apresenta as demandas das mulheres indígenas latino-americanas que acabam invisibilizadas pelas demais lutas feministas. *Pressenza: International Press Agency*. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2019/10/vivemos-uma-dupla-opressao-afirma-ativista-do-feminismo-comunitario/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100p. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2016.

ANEXOS

Por um feminismo interseccional e inclusivo



PATRICIA A. A. N. C. I. A. D. A 25 de outubro de 2017

Hoje em dia felizmente temos visto um expressivo aumento no número de mulheres que se firmam feministas, algo que não era muito comum há bem pouco tempo. Inclusive temos observado algumas mudanças no cenário social, como medidas que ampliam o significado do estupro, incluindo o assédio sexual, por exemplo, e reforçam a necessidade de combater o feminicídio, assassinato de mulheres, protegendo-as e punindo os agressores.

É interessante notar que há diversas vertentes do movimento feminista, baseadas em diferentes perspectivas sobre o que é ser mulher que se desdobraram principalmente a partir da década de 60. Mas, independente da vertente que se siga, é importante nos perguntarmos: será que meu feminismo é, de fato, inclusivo, representando a pluralidade de mulheres (brancas, negras, transsexuais, heterossexuais, bissexuais, magras, obesas, donas de casa, mulheres que trabalham fora de casa etc.)?

Essa pergunta é importante para instigar o debate sobre temas como racismo, homofobia, transfobia, gordofobia, preconceito social, entre outros. Muitas pessoas que se afirmam feministas oprimem outras pessoas com base em marcadores da diferença como cor, classe social e orientação sexual, por exemplo, daí a necessidade de se realizar uma autoanálise e se perguntar se as causas feministas que abraçamos são inclusivas ou excludentes, o que estaria perpetuando a desigualdade e mantendo determinados grupos sociais na marginalidade.

O feminismo interseccional, também chamado de feminismo negro, surgiu a partir da necessidade das feministas negras de superar as barreiras que lhes eram impostas na sociedade.*

Esse termo surgiu para dar conta de uma série de opressões a que as mulheres negras eram submetidas simultaneamente como machismo, racismo e preconceito de classe, uma vez que elas ocupavam a base social com trabalhos mal pagos e sem condições de trabalho apropriadas. Sendo mulher, negra e pobre, é difícil

definir apenas a questão de gênero como um problema, pois a situação era muito mais complexa, uma vez que uma somatória de opressões atinge mulheres com essas especificidades

Retalhos de memórias via certidões de óbitos



MARY DO ESPIRITO SANTO 29 de novembro de 2017

As famílias negras são atravessadas por fragmentações, abandonos, ausências e são vistas como meras coadjuvantes no processo de construção da identidade nacional. Com a minha família não é diferente. Minha mãe nasceu em Campos, cidade do interior do Rio de Janeiro, e saiu de casa para tentar uma vida melhor na capital. Esse deslocamento geográfico por melhores condições de saúde, habitação, bem-estar e estudo, deu início ao processo de fragmentação familiar que acompanharia minha história.

Já no Rio e trabalhando como babá, minha mãe conheceu meu pai e engravidou aos 22 anos. Assim como tantas outras companheiras, viu-se sem rede de apoio e com a responsabilidade de criar sozinha uma criança (Aqui tem mais tretas, mas vamos seguir o baile!). Quando fiz um ano de idade, a “corda ruiu totalmente” e minha mãe teve que voltar para casa e pedir que ficassem comigo para conseguir voltar a trabalhar. Fui acolhida por minha avó, por minha bisavó e por dois tios e duas tias. A caminhada continuou com minha mãe dando suporte financeiro e acompanhando meu crescimento de longe, indo me ver sempre que dava.

Quando eu tinha lá pelos meus 3 anos, um dos meus tios, viciado em jogo, perdeu a casa onde morávamos (Sim, isso aconteceu!!). Para resolver esse imbróglio, acionaram minha mãe que alugou uma casa e fez a mudança de todo mundo para o morro do Juramento, Rio de Janeiro, onde tias avós moravam. Aí inicia o tempo de maior lembrança da minha avó e da minha bisavó e do restante da família. Lembro das minhas avós trançando meu cabelo, me dando banho, me abraçando. Lembro do meu tio me ensinando a ler com os gibis da turma da Mônica. Lembro que sempre tinha alguém me esperando na porta da creche. Lembro dos desafios diários também. Um belo dia minha mãe, muito consciente do que queria para o meu futuro, chegou lá na casa, arrumou minhas coisas e fomos embora morar com a patroa dela. Eu tinha 4 anos quando esse rompimento aconteceu. Dessa separação, que o excesso de trabalho e a falta de grana não conseguiu unir, formou-se uma família de duas: Eu e minha mãe. A mágoa pairava e não falávamos sobre eles. A vida seguiu, aos trancos e barrancos, e levei a sério a máxima lá de casa: “Mary, estuda...É a única coisa que não tiram de você”.

Quando eu tinha uns 25 anos minha mãe “sentiu” (só entende quem sabe desses paranauês) que minha avó estava muito doente e fomos atrás de informações de onde estavam morando. Descobrimos que ela tinha voltado para Campos. Quando

encontramos a casa já era noite e lembro que meu coração parecia que ia saltar pela boca. Não nos víamos há mais de 20 anos. Me olhavam como se tivessem me visto ontem. Foi um reencontro muito bonito, mas eu não os reconhecia. Realmente minha avó estava mal de saúde e minha bisavó já tinha partido. Voltamos para o Rio e pouco tempo depois minha avó faleceu. Quando minha mãe me contou, lembro que não senti nada, mas lembro de ver a tristeza dela. Não fomos ao enterro. A morte da minha avó não nos aproximou deles. A vida seguiu, ainda com barrancos, mas eu já estava na universidade.

Esse ano, 2017, uns dez anos depois, tomei consciência do processo de apagamento da memória da minha família e da minha história conseqüentemente (aqueles momentos ou vai ou racha!). Tentei recordar os nomes da minha avó e da minha bisavó, aquelas que trançavam meu cabelo, e não conseguia. Como não podia nem saber o nome das minhas antepassadas? Como não sabia falar quem foram? Como não podia saber das histórias? Tampouco tinha fotos para lembrar de seus rostos (Nem preciso dizer que não temos brasão!). Com essas inquietações, fui até minha certidão de nascimento para reconhecer os nomes da minha avó e do meu avô. Que alívio. Os nomes foram reconhecidos imediatamente e a vontade de saber mais surgiu. Nesse pequeno movimento recordei que meu último nome, que nunca gostei, mas que agora me orgulho, é da família do meu avô, que morreu cedo e de quem sei poucas histórias.

O processo de conscientização moveu o mundo e gerou a possibilidade de reivindicar tardiamente para minha mãe um direito à pensão enquanto filha solteira de um ex-combatente da Marinha (meu avô morreu assim que voltou de alguma guerra em território nacional). Após um cansativo processo de reconexão, mais rápido com a utilização do facebook, pedimos a um dos meus tios as certidões de óbito dos meus avós, bem como a certidão de casamento para dar desdobramento a essa oportunidade. Foi assim que as certidões começaram a chegar no meu email, uma a uma, e que comecei a reconstruir a memória via esses documentos. Lembro da noite que recebi a primeira certidão de óbito. Era da minha avó. Chorei a noite inteira um luto tardio. Depois veio a certidão de casamento dela com meu avô e nada sei sobre a história deles dois. Minha mãe também não. Em seguida, a certidão de óbito do meu avô que morreu aos 40 anos deixando 3 filhos pequenos e que, assim como eu, não foi registrado pelo pai. Com esses dois documentos reconheci minha bisavó e meu bisavô maternos e minha bisavó paterna. Também reconheci as doenças, descritas friamente, que os fizeram partir. A cada certidão que chegava, um pedaço da história, um pedaço de mim se reconstruía. Nesse processo percebi que os meus antepassados homens tiveram uma vida curta no começo da vida familiar.

No fim de outubro, retomando contato com uma das minhas tias, descobri que ela é a guardiã de muitas memórias orais da família e da certidão de óbito de minha bisavó (Havia solicitado busca dessa certidão em cartórios de Campos e Miracema, mas sem sucesso). São as memórias preservadas sobre ela e ressignificada por mim nesse contexto presente que a faz ser enaltecida. Lavadeira desde menina, deixou sua cidade natal, Miracema, para dar suporte a filha viúva e os 3 netos que moravam em Campos. A resiliência dessa família parece que vem dela, pois morreu com 85 anos, cega e ainda cuidando ativamente da família. E foi através da certidão de óbito da minha bisavó que cheguei aos nomes da minha tataravó e tataravô maternos. Renasceram.

Memória ancestral e a resistência das mulheres negras

E porque a ancestralidade nos importa? Porque crescemos e aprendemos umas com as outras a sermos mulheres negras! Considero hoje minha mãe a primeira feminista negra que conheci, uma mulher negra que dormiu com uma criança no colo por mais de trinta dias na rodoviária aprendeu nas lições da rua a palavra resistência e desde meus primeiros passos me mostrou que eu precisaria resistir à invisibilidade.



N Z I N G A M B A N D I 4 de novembro de 2014

Aprendi com minhas mais velhas que o feminismo negro começa de fato na ancestralidade, com os Orixás quando Nanã reúne as mulheres (nossas sagradas Yágbas). Nunca me esqueci disso, e mais ainda comecei a pensar que a resistência e a capacidade das mulheres negrxs em permanecerem vivas em um sistema de múltiplas exclusões só poderia vir de uma memória ancestral.

Embora o feminismo hegemônico não reconheça a capacidade de organização, a resistência das mulherxs negras é de longa data, pergunto-me até se resistência não faz parte da nossa própria essência, estávamos organizadas e resistindo em África, nos navios negreiros, nas senzalas, nos terreiros e assim permanecemos nos dias atuais nas ruas e favelas, porém em meio a tudo isso por vezes nos deparamos com um feminismo branco que nos induz ao seu padrão de empoderamento, mas digo: Mulheres que carregaram as memórias de um continente em suas cabeças são sim empoderadas!

E porque a ancestralidade nos importa? Porque crescemos e aprendemos umas com as outras a sermos mulheres negras! Considero hoje minha mãe a primeira feminista negra que conheci, uma mulher negra que dormiu com uma criança no colo por mais de trinta dias na rodoviária aprendeu nas lições da rua a palavra resistência e desde meus primeiros passos me mostrou que eu precisaria resistir à invisibilidade. Naquela época eu ainda nem sabia o que era feminismo, mas a memória ancestral me faz entender hoje de onde vem à força que

tenho para resistir à violência e invisibilidade cotidiana, é mãe a senhora sabia das coisas.

Atribuo nossa resistência à memória ancestral porque nossa história não é contada nas páginas dos livros acadêmicos nosso aprendizado vem do olhar e ouvir, a oralidade é o fio condutor que tem repassado as lições de resistência por séculos, nosso feminismo se fez no fundo da cozinha, naquele sábado que nunca terminava trançando os cabelos, naquele tapa que você ganhou sem saber por que, naquele não que você ouviu repetidas vezes e que já estava te treinando para as coisas da vida. Mas apesar de parecermos tão duras, a ancestralidade também nos ensinou a política do afeto que precisamos resgatar, ela foi ensinada no açúcar emprestado da vizinha, do vestido de festa emprestado da prima, naquela blusa herdada da irmã, naquele prato que já era tão pouco e mesmo assim a gente conseguia dividir.

Acredito que nossa resistência deve-se dar com ternura, ser forte e ancestral, mas fugindo da solidão e amargura que esse sistema impõe as mulheres negras, sabe aquele momento que você sai na rua e alguém torce o nariz pro seu cabelo? Que você não passa em uma entrevista por não ter “boa aparência”? Que acham que seu corpo é de carnaval, mas que no outro dia você levanta de cabeça erguida e black empinado? Só pode ter uma explicação: Nosso feminismo negro é realmente ancestral, e todas que vieram antes de nós enviam muita força pra formar essa resistência, que contrariando as estatísticas nos faz sambar na cara da sociedade!

Axé!

A todas as guerreiras negras que vieram antes de nós! Salubá Nanã!

De Mucama a Doméstica, um breve relato da mulher negra contemporânea

Eu, mulher negra filha de uma mãe negra e trabalhadora doméstica me senti profundamente atingida por esse estereótipo profissional, mesmo não comprovando ele na prática. Dentro de onde cresci sempre fui coagida pelos meus pais a ter um futuro diferente do que eles tiveram, a estudar, ter um emprego que me fizesse feliz, dentre outras coisas que todos os pais desejam para os seus filhos. Mas mesmo assim, passando por escolas públicas precárias e um ensino ruim, sempre dentro de mim ficava aquele receio de um dia não conseguir o que eu sonhava e aceitar o destino que me era dado e colocado desde o meu nascimento aos meus pés.



M A R A G O M E S 19 de julho de 2013

Acompanhei recentemente uma reportagem que dizia que a cada cem negras trabalhadoras vinte duas eram empregadas domésticas, com isso, concluí que essa profissão perpassa as mulheres negras com muito mais frequência que qualquer outra profissão e obviamente esse fato acontece por causa do encargo social que acompanha a raça negra desde que o primeiro navio negreiro desembarcou no Brasil por volta de 1563. Mas também vão junto, além disso, questões fortes de gênero que incitam para que se dê repetidamente a ocorrência desse ofício entre as mulheres, questões como a explicitada nesta frase machista que está completamente naturalizada em nossa cultura: “Lugar de mulher é na cozinha”.

Percebi o quanto é difícil encontrar mulheres negras que não sejam domésticas ou, ao menos, filhas, netas, sobrinhas e irmãs de domésticas. De certo modo comprovamos que está cravado em nossa história que ser uma empregada doméstica é a única profissão que devemos seguir e que em apenas raras exceções não a seguiremos. A relação da mulher negra com o trabalho doméstico não acontece em uma forma de escolha, mas sim de coação, até mesmo de obrigação por muitas vezes. Por mais que pareça muito claro acredito que muitos não saibam qual é o grande problema que traz essa situação.

Em 1850, há exatos 38 anos antes da abolição, foi criada no Brasil uma lei chamada Lei de Terras, essa foi a primeira lei agrária do Brasil e tinha um motivo camuflado, que quase nunca é apresentado ao conhecimento do senso comum, o tal motivo era o de impedir que negros tivessem terras propriamente deles. Por causa disso por “coincidência” a Lei de Terras foi a provada no mesmo ano da lei Eusébio de Queirós, que presumia o fim do tráfico negreiro e sinalizava que estava por perto a abolição da escravatura no Brasil. A terra se transformava a partir daí em uma mercadoria, só conseguiria ser propriedade de alguém se fosse recebida como herança ou comprada, logo por não ter dinheiro nem empregos bem remunerados após a abolição os negros foram jogados na periferia da cidade por isso hoje em dia existe uma porcentagem esmagadora de negros vivendo nas favelas brasileiras.

Ok, mas onde quero chegar com esses dados? É uma simples matemática feita da soma de dolorosas e falsas coincidências. Após o fim da escravidão, sem terras, sem educação e sem qualquer experiência profissional além de trabalho escravo, o negro se viu anulado de conseguir qualquer emprego além do que já fazia antes sem ganhar nenhuma remuneração. Se ele trabalhava antes de graça, por que agora dariam algum valor justo para o seu trabalho? Algumas das profissões destinadas ao negro eram: carregador de caixas, cozinheiro, copeiro, lavadeira, mucama/criado, carregador de cestos, padeiro, forneiro, carpinteiro, ama de leite, ajudante de cozinha, lavador de pratos e etc. Já que disputava os empregos com um grande número de imigrantes, sobravam sempre os serviços com as piores remunerações. Para a mulher negra continua sendo o de criada, que hoje apenas só mudou de nome.

Constatamos que a profissão doméstica é uma das mais negligenciadas e isso é um resultado claro do histórico escravista, ou melhor é visivelmente uma extensão da escravidão só que disfarçada. Afirmando isso por causa da falta de direitos trabalhistas, das longas e árduas horas de trabalho para um salário indigno que faz com que elas façam diversas diárias no mesmo dia para terem chance de pagar as contas. Quando mãe de família a mulher tem que abandonar seus filhos em casa para cuidar dos filhos de outras mulheres. O filme *The Help* (Histórias cruzadas) apresenta bem essa relação. Lembro da cena em que uma das mulheres leva a sua filha adolescente até a parada de ônibus para seu primeiro dia de trabalho como doméstica, as duas de uniforme, a mãe estava desempregada e por um empecilho não podia trabalhar, como sendo a mais velha das filhas a menina assumiria a função passada de geração por geração, sem ter nem o direito de escolha. Se tratava da profissão que era dada e deveria ser desempenhada, porque isso era natural e, de acordo com os dados atuais, ainda é.



Eu, mulher negra filha de uma mãe negra e trabalhadora doméstica me senti profundamente atingida por esse estereótipo profissional, mesmo não comprovando ele na prática. Dentro de onde cresci sempre fui coagida pelos meus pais a ter um futuro diferente do que eles tiveram, a estudar, ter um emprego que me fizesse feliz, dentre outras coisas que todos os pais desejam para os seus filhos. Mas mesmo assim, passando por escolas públicas precárias e um ensino ruim, sempre dentro de mim ficava aquele receio de um dia não conseguir o que eu sonhava e aceitar o destino que me era dado e colocado desde o meu nascimento aos meus pés. Acredito que essa situação com certeza não é apenas minha, mulheres negras passam por isso todos os dias o que o torna um dilema geral.

Nosso esforço para chegar a uma faculdade ou carreira de sucesso é duplamente difícil, porque no fim nossos caminhos sempre nos levam a crer que o nosso destino era o de nossas avós, tias, amigas de escola, mães, irmãs, destino que está na televisão, onde a mulher negra só aparece como empregada nos comerciais, filmes e novelas. Não quero por nenhum segundo aqui desmerecer essa profissão, porque tenho um orgulho imenso da minha mãe, ela se virava em mais de dez mulheres para criar eu e meus 4 irmãos, trabalhou desde os 7 anos de idade abafando dentro de seu peito o desejo de estudar e ser professora. O que é explícito aqui é o jeito que a profissão doméstica nos é dada e não escolhida por nós, quantas meninas não abafam sonhos todos os dias porque precisam trabalhar em casas de madame com direitos precários?

Essa profissão carregou até pouco tempo total falta de direitos trabalhistas, até que algo mudou, quando neste ano foi aprovada pelo Congresso Nacional a PEC das domésticas. Essa PEC é responsabilizada pela regularização do direito dos trabalhadores domésticos, entre eles, a remuneração igual ou superior a um salário mínimo, décimo terceiro salário, folga semanal remunerada, férias, licença-maternidade e paternidade e aposentadoria. Direitos que todo o trabalhador deve ter e só foram conquistados agora, ainda existem umas lacunas no projeto que não foram conferidas perfeitamente, mas a PEC é um avanço, todavia não deve parar por aí. Creuza Maria Oliveira mulher, negra e a frente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad) em um de seus relatos afirma que se a PEC existisse antes ela não teria sofrido tanto, esse mesmo pensamento minha mãe carrega nos seus 63 anos.

Ambas têm uma história muito parecida, ambas começaram a trabalhar na infância e tem quase 30 anos de trabalho doméstico na história. Acredito ao mesmo tempo, se você for negra, que a sua mãe, irmã, tia, sobrinha, amiga, também tenham experiências ou estejam vivenciando situações semelhantes a essa. As chances de você também estar vivendo isso são igualmente grandes, nossa história foi construída com base no trabalho doméstico por isso não é estranho que essa seja uma das profissões menos valorizadas do Brasil, pelo contrário isso é apenas o que se espera.

Como feminista negra tenho basicamente duas opções. Conquistar espaços que me são hostis ou criar novas possibilidades.



CHARÔ NUNES 21 de agosto de 2013

Por Charô Nunes para as Blogueiras Negras



Quem precisa do feminismo?

QUERIDA FEMINISTA BRANCA,
precisamos conversar sobre nossos espaços.

Confesso que falamos muito sobre você, o que faz, onde vive e o que come. Mas tudo isso é uma parte ínfima de nossas vidas. Somos o centro de nossas próprias atividades, essa é a grande verdade. Não é porque te odiamos. É porque existem outras protagonistas e personagens que não você. Entenda que em alguns momentos você será apenas convidada. Qualquer coisa além disso será uma intromissão, um ato hostil. É como pintar a cara de preto para dizer que você é uma feminista negra.

Você já se sentiu observada como num zoológico?

É mais ou menos isso que acontece quando você pede para entrar em nossos coletivos para observar quem somos e o que fazemos. Você certamente entende o que estou falando pois muitos homens, tão bem intencionados quanto você, pedem para adentrar espaços feministas com a promessa de que não irão protagonizar a luta. Que querem apenas aprender e olhar. Mas veja, assim como a função primária dos espaços feministas não é educar o homem, os espaços de negritude feminista não foram feitos para educar você.

Querida feminista branca, você precisa se sentir segura?

Nós também. Ansiamos desesperadamente que você reconheça seus privilégios e capacidade de opressão. Enquanto isso não acontece, nos reunimos para que sejam criados mecanismos de empoderamento de nossa identidade, nossa negritude. Para combater o racismo que nos desestrutura e mata. Tenho certeza que você sabe do que estou falando se já escutou que suas reuniões são feitas para conspirar contra homens. Pois acredite, nossos encontros também não são para pensar sobre você.

Não sou contra a existência de espaços mistos.

Muito pelo contrário. Estou dizendo que feministas negras também precisam de seus espaços. Você pode chamar isso de feminismo negro excludente (à exemplo do que fazem com o próprio feminismo) ou você pode, antes de nos criticar, se informar sobre os porquês dessa necessidade. Não há qualquer racismo reverso envolvido, tal coisa não existe. Nós não temos o poder de segregar a nós mesmas. O que estamos fazendo é justamente lutar contra tudo que nos aparta, nos torna inviáveis até mesmo nos meios feministas.

Querida feminista branca, preciso confessar que odeio ser a única feminista negra a quem você recorre. Confesso que senti grata lisonja quando aconteceu da primeira vez, mas agora me sinto cansada. Não quero falar apenas nos dias de comemoração, como o 25 de julho ou 20 de novembro. Do mesmo modo que as lésbicas não querem ser convidadas apenas no dia 29 de agosto ou transfeministas em 29 de janeiro. Sei que você finalmente reparou que não há negras nos seus espaços, então me chamou. Mas sozinha não posso corrigir tal aberração.

Se você também já foi convidada de última hora, preenchendo cotas desengonçadas que são tudo menos afirmativas, sabe do que estou falando. É desanimador sempre ser, com sorte, uma entre as duas feministas negras que irão palestrar. É por isso que preciso reivindicar meu próprio megafone e estar com outras mulheres negras. Quando cada uma de nós falar, teremos a certeza de que será uma negra. Vez após vez, dia após dia. É nesse detalhe, que alguns consideram menor, que reside muito de nosso poder.

Quero estar nos mesmos espaços que você. O problema não é esse.

Sei que você muitas vezes você não acredita nisso e diz “nossas reuniões são abertas”, “nossa lista de discussão permite que a fala seja distribuída igualmente”, “nossos espaços de publicações são acessíveis”, “nós convidamos, elas que não vem”. Cada vez que você pensa assim, alimenta a ideia de que nós estamos nos apartando de você. Esse é o problema do seu convite. Como você será capaz de nos receber agradavelmente se ainda pensa dessa forma? Como deseja que nos sintamos bem se seu convite é apenas isso?

Como feminista negra tenho basicamente duas opções.

Conquistar espaços que me são hostis ou criar novas possibilidades. Sim, estou dizendo com todas as letras que os espaços feministas brancos são hostis às feministas negras. O utras antes de mim fizeram o m esmo e ainda temos de falar as mesmas coisas. Cabe

a você mudar essa realidade, a lição de casa é sua. E tem outro motivo, antes que me esqueça. Estou ocupada com minhas irmãs e outras feministas igualmente silenciadas. Procuramos alternativas, meios, soluções pra o que nos aflige. É o que chamamos de intersecção.

Mas não se preocupe, apesar de tudo isso sei que precisamos conversar, todas. É por isso que escrevo.

“Vocês veem preconceito em tudo”: o silêncio da mulher negra nos movimentos feministas

“Todas nós passamos pelo mesmo”. Não, não passamos. O movimento feminista negro tem suas peculiaridades, omiti-las acaba contribuindo para desconstrução de toda a luta de um povo, do negro, da mulher negra na sociedade.



VIVIANE DE PAULA 22 de dezembro de 2014

Nos últimos meses tenho ouvido com mais frequência e indignação a seguinte frase: “você vê preconceito em tudo”. Não era apenas de uma ou duas pessoas, mas sim de quase todo o meu círculo social e família. Passei a rever as minhas críticas e as minhas opiniões, repensando se eu realmente “via preconceito em tudo”.

Percebo que, para grande parte das pessoas com as quais convivo, os discursos racistas da mídia e da sociedade em geral, são comuns e desprezíveis, isto é, apenas “coisa” da minha cabeça. Em uma das minhas últimas discussões, levantei o caso da ex-globeleza Nayara Justino. Estava eu, numa roda de colegxs, feministxs inclusive e brancxs. Neste ano, Nayara sofreu diversas críticas de caráter extremamente racistas e sexistas, sobretudo, por não se encaixar nos padrões da “mulatologia”. Isso mesmo: como se precisássemos de uma área de conhecimento para descobrir mulheres negras, ou melhor, mulheres negras (e bonitas). Não, eu não vejo racismo em tudo. Eu não preciso de “mulatólogos”. Nenhuma pessoa negra precisa.

Por vezes, não há um espaço, peculiar e específico, para se pautar o feminismo negro nos movimentos feministas. Embora para nós – mulheres negras, militantes e feministas – esteja estampado que o machismo contra a negra é mais cruel, certos grupos feministas chegam a desconsiderar esse fato. Minimizar a luta desses movimentos contra os discursos e atitudes machistas não é o objetivo, mas refletir sobre a necessidade singular de se escutar a voz da mulher negra.

“As negras são hipersexualizadas, mas as brancas também”. Sim, mas essa questão vai muito além. A experiência da opressão é dada, sobretudo, pela posição que ocupamos numa matriz de dominação em que raça, gênero e classe social relacionam-se em diferentes perspectivas. Não é difícil notar que a mulher negra, em uma sociedade desigual, racista e sexista, vivencia a opressão de um lugar bem distinto.

Vejo certa relutância por parte de feministas brancas a conceberem relevância ao feminismo negro dentro do movimento feminista hegemônico. A voz da negra, até mesmo dentro desses movimentos, é silenciada, como se o fôssemos dramáticas demais, enxergássemos demais, ouvíssemos demais: contudo, entre tantas, essa é apenas mais uma forma de silenciamento.

“Todas nós passamos pelo mesmo”. Não, não passamos. O movimento feminista negro tem suas peculiaridades, omiti-las acaba contribuindo para desconstrução de toda a luta de um povo, do negro, da mulher negra na sociedade. Quando falamos em violência doméstica, 60 % dos casos envolvem mulheres negras. Na mídia, a representação da negra de “mulata gostosa”, “do bumbum grande” contribui diretamente a fortalecer o discurso de que as negras são sexualmente mais ativas, mais provocantes, mais “quentes”. Dessa maneira, recusar algum tipo de assédio não é socialmente aceito, gerando, muitas vezes, motivos para insultos e até mesmo violência física.

Desde a colonização, a cultura do estupro vem sendo disseminada pelo discurso de que somos “um país miscigenado, por isso, aqui não existiria discriminação”. O corpo da mulher negra era tido como objeto e, hoje em dia, não é diferente. Por que a Rede Globo não estende a “mulatologia” às outras raças? Não estamos em um país miscigenado? Pois, então.

Quando falamos em condições iguais de trabalho para homens e mulheres, de que mulheres estamos falando? Quando se vê um anúncio de emprego em que se diz “mulheres com boa aparência”, de que mulheres estamos falando? Quando se fala em padrão brasileiro de beleza, de que mulheres estamos falando? Quando discutimos a marginalização da mulher, de que mulheres estamos falando?

Os discursos racistas e machistas que ouço a todos os dias vão além do que esteja nítido aos nossos olhos e, talvez, o problema da sociedade seja enxergar além da opacidade, do obscuro, além do que esteja transparente.

Não, não vejo demais. Não vejo preconceito em tudo.

Ele sempre esteve aí. Feche os olhos e veja.

Quantos feminismos seu pensamento consegue catalogar?

“Todas nós passamos pelo mesmo”. Não, não passamos. O movimento feminista negro tem suas peculiaridades, omiti-las acaba contribuindo para desconstrução de toda a luta de um povo, do negro, da mulher negra na sociedade.



Nos últimos meses tenho ouvido com mais frequência e indignação a seguinte frase: “você vê preconceito em tudo”. Não era apenas de uma ou duas pessoas, mas sim de quase todo o meu círculo social e família. Passei a rever as minhas críticas e as minhas opiniões, repensando se eu realmente “via preconceito em tudo”.

Percebo que, para grande parte das pessoas com as quais convivo, os discursos racistas da mídia e da sociedade em geral, são comuns e desprezíveis, isto é, apenas “coisa” da minha cabeça. Em uma das minhas últimas discussões, levantei o caso da ex-globeleza Nayara Justino. Estava eu, numa roda de colegas, feministas inclusive e brancas. Neste ano, Nayara sofreu diversas críticas de caráter extremamente racistas e sexistas, sobretudo, por não se encaixar nos padrões da “mulatologia”. Isso mesmo: como se precisássemos de uma área de conhecimento para descobrir mulheres negras, ou melhor, mulheres negras (e bonitas). Não, eu não vejo racismo em tudo. Eu não preciso de “mulatólogos”. Nenhuma pessoa negra precisa.

Por vezes, não há um espaço, peculiar e específico, para se pautar o feminismo negro nos movimentos feministas. Embora para nós – mulheres negras, militantes e feministas – esteja estampado que o machismo contra a negra é mais cruel, certos grupos feministas chegam a desconsiderar esse fato. Minimizar a luta desses movimentos contra os discursos e atitudes machistas não é o objetivo, mas refletir sobre a necessidade singular de se escutar a voz da mulher negra.

“As negras são hipersexualizadas, mas as brancas também”. Sim, mas essa questão vai muito além.

A experiência da opressão é dada, sobretudo, pela posição que ocupamos numa matriz de dominação em que raça, gênero e classe social relacionam-se em diferentes perspectivas. Não é difícil notar que a mulher negra, em uma sociedade desigual, racista e sexista, vivencia a opressão de um lugar bem distinto.

Vejo certa relutância por parte de feministas brancas a conceberem relevância ao feminismo negro dentro do movimento feminista hegemônico. A voz da negra, até mesmo dentro desses movimentos, é silenciada, como se o fôssemos dramáticas demais, enxergássemos demais, ouvíssemos demais: contudo, entre tantas, essa é apenas mais uma forma de silenciamento.

“Todas nós passamos pelo mesmo”. Não, não passamos. O movimento feminista negro tem suas peculiaridades, omiti-las acaba contribuindo para desconstrução de toda a luta de um povo, do negro, da mulher negra na sociedade. Quando falamos em violência doméstica, 60 % dos casos envolvem mulheres negras. Na mídia, a representação da negra de “mulata gostosa”, “do bumbum grande” contribui diretamente a fortalecer o discurso de que as negras são sexualmente mais ativas, mais provocantes, mais “quentes”. Dessa maneira, recusar algum tipo de assédio não é socialmente aceito, gerando, muitas vezes, motivos para insultos e até mesmo violência física.

Desde a colonização, a cultura do estupro vem sendo disseminada pelo discurso de que somos “um país miscigenado, por isso, aqui não existiria discriminação”. O corpo da mulher negra era tido como objeto e, hoje em dia, não é diferente. Por que a Rede Globo não estende a

“mulatologia” às outras raças? Não estamos em um país miscigenado? Pois, então.

Quando falamos em condições iguais de trabalho para homens e mulheres, de que mulheres estamos falando? Quando se vê um anúncio de emprego em que se diz “mulheres com boa aparência”, de que mulheres estamos falando? Quando se fala em padrão brasileiro de beleza, de que mulheres estamos falando? Quando discutimos a marginalização da mulher, de que mulheres estamos falando?

Os discursos racistas e machistas que ouço a todos os dias vão além do que esteja nítido aos nossos olhos e, talvez, o problema da sociedade seja enxergar além da opacidade, do obscuro, além do que esteja transparente.

Não, não vejo demais. Não vejo preconceito em tudo.
Ele sempre esteve aí. Feche os olhos e veja.

consciência de que, para se manter vivo é preciso se aliar. Nosso movimento começou nos Andes, indo de comunidade em comunidade, levando muita porta na cara, muito não e percebendo que se existia dúvidas acerca da prática eficaz do dito “feminismo europeu”, enfatiza Julieta Paredes, Boliviana da Etnia Aymara.

SOBRE FEMINISMO COMUNITÁRIO

Paredes conduziu uma roda de conversa sobre “Feminismo Comunitário” na tarde deste domingo. Muitos militantes e estudantes indígenas, pesquisadores e visitantes do acampamento, marcaram presença na atividade. Julieta, com sua voz incisiva, suas expressões expansivas e sua fala convicta, mapeou o surgimento do feminismo e destacou a linha do tempo colonial que neutralizou as ações das recém invadidas terras americanas.

A partir de 2006, Paredes inicia sua saga em função da construção e mobilização de um pensamento decolonial para um feminismo comunitário, que tem como principal mola propulsora a descolonização do tempo ameríndio. Segundo ela “vivemos em um mundo hegemonicamente eurocêntrico, precisamos posicionar nossos corpos; essa deve ser uma estratégia de resistência, mas para além do físico, precisamos ocupar o território simbólico das palavras”.

Ao longo da roda de conversa, foi possível compreender que o respeito às diferenças é a base para compreender o feminismo comunitário, visto que cada ser humano, cada povo tem sua biografia de luta. O objetivo desta nova vertente do feminismo, partindo da experiência boliviana, é intensificar a noção de resistência a partir da unificação de lutas em um território.

Para Julieta, o pensamento revolucionário eurocidental na América Latina é binário, mas o pensamento indígena é muito amplo, não é quem é amigo ou inimigo e sim quem está disposto a construir soluções para o futuro partindo de uma vivência do presente. Qual seria então os passos para a descolonização desses corpos, dessas mulheres?

“Eu me inspiro pra falar de feminismo comunitário a partir das lideranças indígenas do Brasil, mas tendo o meu lugar de fala a partir do povo Pankararú. É de onde eu me oriento e a partir de onde eu conheço outros povos”, destaca Elisa Pankararú Mestranda da Universidade Federal de Pernambuco.

Para Pankararú, o feminismo comunitário se destina à comunidade, todo aquele que está em comunidade. Mas se pararmos para refletir a essência dele é indígena, e se divide em cinco eixos: corpo, tempo, espaço, movimento e memória. Em sua fala durante a marcha, Cris Pankararú destacou que “os filhos da colonização ficaram ou misturados ou descendentes”, tal frase ganha força ao se perceber que o silenciamento é uma das ferramentas utilizadas pelo estado para a não afirmação de muitos. Uma pergunta recorrente é se para este quadro, existe reversão. Para a Amazonense Inara Nascimento, do povo Sateré Mawé, doutoranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi no feminismo que ela encontrou uma base sólida para reconstruir o percurso de volta às suas origens.

“Viver na cidade era viver no silêncio e durante todo o meu percurso acadêmico, posterguei esse encontro com as minhas raízes e confesso que isso me machucou durante muito tempo. A cidade de Manaus é uma cidade feita por sangue indígena e quase não conversamos sobre isso.”, destaca Inara, que destaca a importância do feminismo para o seu processo de retomada étnica.

Encontrar um lugar, a partir de onde se quer observar e vivenciar o mundo é uma demanda existencial, todos precisam desse fio condutor, caso contrário não se existe sentido no caminhar. “Os espaços feministas naturalmente são anti-racistas, pensando o contemporâneo. Desta forma é possível aglomerar as mais variadas lutas de mulheres indígenas, negras, lgbt+ e também de mulheres brancas, desde que essas repensem sua branquitude”, finaliza Inara que destaca a importância do feminismo que luta junto com as mulheres indígenas.

Pode a Mulher Negra Falar?



MÔNICA SANTANA 12 de maio de 2016

Uma menina negra com um turbante lidera o grupo de outros adolescentes que ocupavam a Assembleia Legislativa de São Paulo. Ela discursa e o grupo repete suas palavras. De forma empoderada, contundente e cheia de força, ela reconhece que o grupo lutou, aprendeu e ensinou, suportou a guerra de (des)informação, o terror psicológico e físico, sob as mãos do estado, que parece pouco interessado em garantir educação de qualidade, inclusive, dificultando a abertura das investigações sobre os desvios de recursos que seriam destinados à merenda escolar – muitas vezes, principal momento de alimentação

de meninos e meninas pobres, em sua maioria negros e negras, das periferias. Ela, com os demais jovens, decidiram se retirar daquela que deveria ser uma arena política democrática e escuta dos anseios populares – mas contudo, segue como um espaço de negociação e barganha dos direitos das populações, conduzindo campanhas por meio da mídia, onde a criminalização das lutas sociais e a desvalorização dos direitos humanos são tônicas vigentes.

Circula pela internet a imagem de uma mulher negra com os punhos cerrados, reproduzindo o gesto do Grupo Panteras Negras, nos Anos 70, numa atitude aguerrida e corajosa. Sozinha ela põe-se diante de uma marcha neonazista, enfrentando homens brancos de extrema direita, que propõem medidas xenofóbicas para com os grupos de imigrantes. Esta mulher afro-sueca teve sua imagem viralizada como um exemplo de coragem, mas também dos enfrentamentos das populações negras que renovam a diáspora. Usando sua voz, a poetiza somali Warsan Shire canta em verso: “Você só deixa seu lar, quando seu lar não lhe deixa ficar. Ninguém deixa seu lar, a menos que seu lar lhe persiga”, no poema Home (Lar). Em constante deslocamento corpos negros abandonam sua terra natal, numa desafortunada busca de casa, em locais onde o olhar de estranhamento e rejeição imperam. Onde os nativos elegem gestores que possam fazer cumprir seu desejo “mandem esses bastardos de volta para casa”.

Em fevereiro, a mulher mais poderosa do mainstream mundial lançou um videoclipe que causou espanto pela força do teor político: afirmação da identidade racial, denúncia da violência policial contra corpos negros, o abandono das vítimas do furacão Katrina nos anos 2000, mulheres negras ocupando a velha casa grande para dançar e celebrar sua existência em liberdade. Dois dias depois, Beyoncé usa o espaço do show do intervalo do Superbowl, um dos mais caros horários da TV americana dada sua absurda audiência, matando dois coelhos com uma cajadada de marketing só: lança seu novo single, que anuncia a turnê mundial, mas também coloca no centro da discussão o empoderamento da mulher negra, evoca a memória de líderes como Malcolm X e os Panteras Negras e denuncia a violência policial. Dois meses depois, a artista lança o visual álbum Lemonade, que aprofunda os apontamentos indicados com Formation. A internet se revira em discussões acirradas, performando o belo tribunal que ela costuma encenar. Oportunista para alguns. Marqueteira para outros. alguns se espantam, mas por trançar os cabelos ela virou negra? Ela é rica, não pode falar dessas coisas, dizem outros.

Escolhi três mulheres negras de contextos bastante diferentes, mas cuja ação e visibilidade estão reverberando no momento de agora. Sob elas recaem toda sorte de julgamento, como de costume, com sobreposição da indagação sobre se há legitimidade para que possam falar o que fazem. Interessa-me neste texto evocar a autora indiana Gayatri Spivak que lança uma obra que indaga “Pode o subalterno falar?”. Em seu denso texto, a pesquisadora remonta os tantos mecanismos de dominação ideológica

que foram estrategicamente usados ao longo dos processos coloniais mundo afora. Um os pontos importantes de sua construção é buscar compreender como se constitui e opera a consciência do subalterno – que não é um algo dado, nem pronto e frequentemente, pode não existir, confirmando o sucesso das operações realizadas pelo velho e bom imperialismo e as normas de gênero, raça, classe, regionalidade. E ainda que haja consciência de sua condição de subalterno – mulher, negra, cis ou trans, nordestina, africana entre tantas intersecções que possamos agregar aqui – Spivak questiona sobre aquilo que não pode ser dito. Porque mesmo quando há espaço conquistado de fala, quase sempre há uma série de lacunas na fala dessa mulher subalternizada – a porosidade daquilo que não é permitido dizer, do que não se ousa dizer ou que escapa a nossa própria consciência.

A questão da vocalidade – a capacidade de falar, de ter uma voz e exprimir um discurso. Performatizar novos mundos por meio da fala, mas também dos discursos do gesto e do movimento são questões do corpo. Sim, do corpo. A mulher – independente do aspecto racial – sempre foi alocada no lugar do corpo: corpo invólucro para receber o pênis, ou o filho; corpo pecado que leva o homem ao erro; corpo sujo, que não pode ser tocado, tampouco tocar quando menstrua; corpo a serviço para o outro, não para si. Quando agregamos o contorno racial, o corpo ganha ainda mais exclusividade, somando os aspectos da força de trabalho – do período escravocrata, mas também dos tempos presentes – e da falta de humanidade, o que permitiu toda sorte de experimentação, exploração, silenciamento e exclusão. Em tempos de liberdade – ainda que limítrofe – a mulher negra consegue emitir sua voz, quase sempre como um grito – mesmo aquela que domina fatores como mercado, consumo e mídia, sua voz é ainda de uma mulher negra (e é fundamental que assim ainda seja).

Ouvindo a jovem, precariamente, sem microfone, orquestrando seus colegas, exigindo à alimentação básica no ambiente da escola, lembro-me que este foi um dos direitos que foi violado por toda minha vida de estudante, em diferentes escolas públicas de Salvador, mas que nem eu sabia que era direito, mas talvez sim um favor concedido pelos governantes, que algumas vezes era possível, outras nem tanto – este bem mais frequentemente. Seu corpo inteiramente engajado na tarefa de convocar vontades para a luta e pedir o respeito devido. Corpo extremamente vulnerável ao acoite das balas de borrachas e cacetes descerrados sem piedade por tantos homens negros, cuja consciência de subalternidade não fora despertada ainda. Homens que são tratados e treinados para serem apenas corpo, destituídos de voz, pensamento nem escuta daquilo que silenciados não falam. Homens que sendo corpo, atendem aos anseios do ensaio e praticam o banal exercício do mal: crueldade, pequenos poderes a serviço do opressor hospedado dentro de si, além do velho e bom falocentrismo.

Diante da mulher, cuja voz não podemos ouvir, mas a força do gesto realizado, diante da marcha de nazistas renovados, encontramos um corpo de luta. Muito próximo ao de tantas das nossas antepassadas

– que emudecidas resistiram. Mas poderá a sociedade europeia escutar o grito desta mulher? Está disposta a construir canais para o diálogo? Está o Estado de São Paulo disposto a ouvir o grito de estudantes das camadas mais populares? Ou o diálogo será sempre o do grito conclamando o mais básico seguido de gestos de força desproporcional, impondo o silêncio em nome da ordem, seguido dos aplausos de uma sociedade que taxa de vandalismo toda luta que não seja financiada pela FIESP.

E quando uma mulher, cuja estética embranquecida em parte de sua trajetória artística ofuscou sua negritude para os olhos menos atentos, usa a potência de sua voz e do corpo para falar seu discurso – que não pode ser esvaziado pela força física, mas por argumentos quase pueris como “por que ela se tornou politizada?”, “mas ela está dentro da indústria”, “ela não sofre violência policial”. Pueris porque são frágeis, facilmente desmontáveis e seguem a serviço da lógica que no fundo diz “era melhor quando ela só fazia música para a gente dançar na boate e mexia o quadril”. Ainda que faça parte da prática discursiva e de celebração das mulheres negras, dançar, mexer e tremer seus quadris em fúria, não precisamos engolir a velha dicotomia de quem balança a bunda não consegue pensar – que há tanto tempo, é apenas mais uma das prisões que nos encerraram. Beyoncé ousou falar sobre solidão da mulher negra, sobre as opressões que muitas vezes, nossos irmãos, homens negros, nos devolvem. Ousou ser misândrica e rir disso – pois às vezes, a misandria se faz necessária no processo de libertação da voz feminina. Ousou balançar as estruturas do sistema, por dentro dele, conhecendo os mecanismos de funcionamento. E sim, ficando mais rica com isso. Mas ela ainda é uma mulher negra. E isso incomoda – mesmo os esquerdistas, mesmo os vanguardistas, assim como os de direita, como os conservadores.

Como não podem silenciá-la, criam mecanismos de esvaziar seu discurso e boicotes. Como sempre fizeram. Como continuarão a fazer. E a interdição segue posta – porque nossa voz, assim como nossos corpos precisam se debater e muito, até que se façam ver e ouvir. Spivak afirma que o subalterno não pode ser lido e ouvido. Falta o respeito necessário para tornar possível esse diálogo. Essa constatação me

dói. Me debato dentro dela. Esperneio e grito. É o que me faz fazer arte e engajar meu corpo na minha forma de tecer a luta. É preciso mais corpo. Mais potência. Mais criação de estratégias conjuntas e ousadas – para que nosso corpo não sucumba frente a marcha daqueles que querem nos esmagar. Talvez, perfurando o sistema. E o sacudindo por dentro. São muitos talvez.